



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL

FERNANDA SILVA ROCHA

OS TRUKÁ DE SÃO FÉLIX: RESGATANDO MEMÓRIAS E
CONSTRUINDO O FUTURO POR MEIO DA METODOLOGIA *RARA*

Salvador
2024

FERNANDA SILVA ROCHA

**OS TRUKÁ DE SÃO FÉLIX: RESGATANDO MEMÓRIAS E
CONSTRUINDO O FUTURO POR MEIO DA METODOLOGIA *RARA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ladeira

Coorientador: Prof. Dr. Jorge Emanuel Reis Cajazeira

Salvador
2024

Escola de Administração - UFBA

R672 Rocha, Fernanda Silva.

Os Truká de São Felix: resgatando memórias e construindo o futuro por meio da metodologia rara / Fernanda Silva Rocha. – 2024.

116 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ladeira.

Coorientador: Prof. Dr. Jorge Emanuel Reis Cajazeira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração.

1. Índios Truká – Conhecimentos e aprendizagem – Pernambuco. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Marketing social. 4. Indígenas da América do Sul – Usos e costumes. 5. Teatro. 6. Tecnologia apropriada – Uso. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 980.4134



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 17/12/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL no. 63, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) FERNANDA SILVA ROCHA, de matrícula 2022118735, intitulada Os truká de São Félix: resgatando memórias e construindo o futuro por meio da metodologia RARA. Às 17:00 do citado dia, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - EAUFBA, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. RODRIGO LADEIRA que apresentou os outros membros da banca: Profª. TANIA MARIA DIEDERICHS FISCHER, Profª. Dra. JANE OLIVEIRA PEREZ e Prof. Dr. JORGE EMANUEL REIS CAJAZEIRA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora APROVADO COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.



Documento assinado digitalmente
JANE OLIVEIRA PEREZ
Data: 09/01/2025 11:15:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. JANE OLIVEIRA PEREZ

Examinadora Externa à Instituição

Dr. JORGE EMANUEL REIS CAJAZEIRA

Examinador Externo à Instituição

TANIA MARIA DIEDERICHS FISCHER, UFBA

Examinadora Interna

Dr. RODRIGO LADEIRA, UFBA

Presidente

FERNANDA SILVA ROCHA

Mestrando(a)



Documento assinado digitalmente
FERNANDA SILVA ROCHA
Data: 02/01/2025 11:47:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

A
Edite, fonte maior de força.
Edmundo, fonte primeira de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Num dia bonito de sol, a caminho da Ilha de São Félix, agradeço a Deus por ter permitido que meus olhos vissem o rio São Francisco em toda a sua exuberância. Agradeço também na volta, ao ver do escuro, deitada em um barquinho singelo, a Via Láctea brilhando intensa, ao som de grilos, e do correr da água, como só se vê nos cantos mais quietos do mundo. Agradeço hoje a Ele, por me lembrar de tudo o que vivi desde aquele dia.

Nessas viagens sobre o Velho Chico tive mais certeza ainda de que sou parte de algo maior; sigo agradecendo por essa epifania e testemunhando esse mundo diverso, cheio de cores, perfumes e texturas, no qual coexistem com pessoas muito especiais que colaboraram para a consecução deste trabalho: meus pais, meu esposo, irmãos, sobrinhos, amigos, colegas de turma... Com todo o meu amor, agradeço a vocês.

A Mariana, que me recebeu em sua casa para a etapa da Residência Social (de surpresa, mas com o amor e paciência de quem já espera), agradeço pelas conversas profundas e rasas, pelas risadas inacabáveis, pelo consolo do pranto, pelas novas risadas, passeios e planos. Redescobri naqueles vinte dias que a vida é muito melhor com uma grande amiga que nos empresta ouvidos atentos e roupas bonitas por perto.

A Tonny, meu companheiro de vida, que me presenteia diariamente com seu cuidado e atenção; que me compreendeu nessa fase intensa, me incentivou, trouxe-me lanches tantas vezes, nas horas intermináveis de estudo, me ofereceu a mão ou um sermão, dependendo da minha produtividade ou necessidade; agradeço por estar por perto e por existir em minha vida. Você é um homem extraordinário, que bom que te encontrei!

A Edite, minha amada mãe, que está me cobrando o doutorado desde o começo do mestrado, e que me deu todo o suporte quando precisei estudar na casa dela (que sempre será a minha também), que vibra por mim, que é o meu maior motivo para tudo nesta vida. Assim também o digo do meu sereno e paciente pai, fonte primeira da arte que carrego nos genes e na alma. Meu amor por vocês é maior que eu.

E já que estamos em casa, agradeço também a Jordânia que muitas luas atrás, plantou em minha cabecinha de criança a ideia de seguir estudando, que me apoia em absolutamente tudo que eu invento, e a quem devo muito do que sou; a Duda, que esteve sempre disponível a ajudar; ao Ícaro pela alegria da presença; ao Jorge, por dizer que "uma hora é preciso parar de escrever" e a Marinês pelo apoio numa das partes mais difíceis do percurso.

Edson, Everaldo, Kelly e Erasmo: o que a distância separa o coração reúne.

Ao Luís (*in memoriam*) agradeço, especialmente, por ter sido quem primeiro me incentivou a cursar esse mestrado na UFBA e pelo alimento do corpo e da alma no decorrer do curso; pela amizade, pelo abrigo, arte, afeto, pelas canções que fizemos juntos no processo, pelas caronas, pelas risadas, pelo cuidado, e por tudo que compartilhamos, plantamos e que segue comigo. Até a próxima vez, *Luisenrique*.

Agradeço à FUNAI - João Pessoa que me recebeu tão afetuosamente para a residência social, em especial ao Jairo, a quem agradeço pelas partilhas, pela paciência, pela amizade inesperada e pela disponibilidade. Jairo, você foi fundamental nesse processo, obrigada por me apresentar à sumaúma e ao universo incrível de onde vocês vieram.

É também mister expressar minha gratidão a Marcos e ao Cinema no Interior por me apresentarem à Ilha de São Félix, onde conheci pessoas tão especiais como a afetuosa dona Dita; o sr. Carão, tão disponível; Lourdinha e Victória, que me acolhem alegremente em seu lar; o sr. Diniz; Mestre Pretinho; agradeço a eles e aos barqueiros Bené, Zaca, Dejair, Zé, companheiros de lindos passeios pelo rio ou pelas histórias. À potente Anaiza de acolhida sempre afetuosa, agradeço por compartilhar a profundidade da sua herança e a Edna e Edilma por suas valiosas contribuições.

Agradeço ainda ao IFSertãoPE, nas pessoas de Kelsen, Sarah e Jane pelo apoio incondicional; a Luciana, Anne e Hiolanda, que tanto auxiliaram ao povo Tuká e a Nadi por sua paciência infinita.

Minha gratidão alcança também meus professores e colegas da UFBA, em especial, Morgana, que ensinou sobre tantas coisas, inclusive sobre gentileza; e ao meu orientador Rodrigo Ladeira por todo o estímulo, e ao co-orientador Jorge Cajazeiras pela parceria; e à toda a turma 9, pelo afeto e cafés revigorantes.

Aos que vieram antes por prepararem o caminho e aos que virão depois porque, no devido tempo, irão continuar a trilhá-lo.



“Temos obrigação de inventar outro mundo. Mas cabe construí-lo com nossas mãos, entrando em cena, no palco e na vida.”

(Augusto Boal)

ROCHA, Fernanda Silva. **Os truká de São Félix: resgatando memórias e construindo o futuro por meio da metodologia RARA**. Orientador: Rodrigo Ladeira. 2024. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2024.

RESUMO

Este trabalho corresponde a uma pesquisa aplicada realizada na Ilha de São Félix, Pernambuco, território habitado majoritariamente pelo povo indígena truká, cujo objetivo foi identificar as demandas dos habitantes locais, visando integrá-las ao desenvolvimento sustentável e à preservação cultural, com foco em estratégias que promovam o progresso comunitário sem comprometer os recursos naturais. Para tanto, foi adotada a metodologia experimental RARA – Reconexão com Ancestralidades e com o Ambiente, estruturada em quatro etapas: lembrar, aprimorar, repetir e avançar. Essa abordagem combinou ferramentas do marketing social e do teatro para aprofundar o entendimento sobre o modo de vida truká e propor estratégias alinhadas à sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental. Entre os resultados, destacam-se a coleta de informações sobre o cotidiano da aldeia, a realização de uma intervenção artística baseada no teatro-fórum, a participação em uma entrevista para rádio local com representantes do poder legislativo e da comunidade truká, e a oferta de um curso destinado às mulheres da aldeia.

Palavras-chave: povos indígenas. desenvolvimento sustentável. teatro. marketing social.

ROCHA, Fernanda Silva. **The Truká of São Félix: Reclaiming Memories and Building the Future through the RARA Methodology**. Advisor: Rodrigo Ladeira. 2024. 116 p. Thesis (MSc in Development and Social Management). School of Management, Federal University of Bahia, 2024.

ABSTRACT

This work corresponds to an applied research conducted on the Island of São Félix, Pernambuco, a territory predominantly inhabited by the Truká Indigenous people. The aim was to identify the needs of the local inhabitants, aiming to integrate them into sustainable development and cultural preservation, focusing on strategies that promote community progress without compromising natural resources. To this end, the experimental methodology RARA – Reconnection with Ancestralities and with the Environment was adopted, structured in four stages: remember, improve, repeat, and advance. This approach combined tools from social marketing and theater to deepen the understanding of the Truká way of life and propose strategies aligned with economic, social, cultural, and environmental sustainability. Among the results, the collection of information about the daily life of the village, the implementation of an artistic intervention based on theater-forum, participation in a local radio interview with representatives from the legislative branch and the Truká community, and the offering of a course aimed at the women of the village stand out.

Keywords: indigenous people. sustainable development. theater. social marketing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MULHER TAPUIA “MULHER TAPUIA”, ALBERT ECKHOUT	18
FIGURA 2 – IGREJA DE SÃO FÉLIX	20
FIGURA 3 - LIFELINE POR PETER VON TIESENHAUSEN	39
FIGURA 4 - GONE, POR ISABELLA KIRKLAND 2004	41
FIGURA 5 - KAPENAWÉ PUKENIBU, ACELINO TUIN HUNI KUIN (MAHKU), 2022.	44
FIGURA 6 - VISTA AÉREA DA CIDADE DE OROCÓ	58
FIGURA 7 - LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS TRUKÁ EM PERNAMBUCO	60
FIGURA 8 - REPRESENTAÇÃO VISUAL DA RARA	71
FIGURA 9 - FLUXO DE CONHECIMENTOS NA VISÃO DA RARA	75
FIGURA 10 - CURSO DE ELABORAÇÃO DE PRODUTOS A BASE DE BANANA REALIZADO NO IFSERTÃOPE	79
FIGURA 11 - ALONGAMENTO	82
FIGURA 12 - REPRESENTAÇÃO DE CENA NOS MOLDES DO TEATRO-FÓRUM	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - QUADRO-RESUMO RARA	74
QUADRO 2 - COMPARAÇÃO ENTRE OS PS DO MARKETING SOCIAL E MARKETING SOCIAL NA ILHA DE SÃO FÉLIX	81
QUADRO 3 - PROCEDIMENTOS RARA E APLICAÇÃO EM SÃO FÉLIX	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DSEI - Distrito Sanitário Especial Indígena

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

IFSertãoPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

INCA - O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CR - Coordenação Regional

SEMEMPPE – Companhia de Sementes e Mudanças de Pernambuco

SESAI - Secretaria de Saúde Indígena

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

RARA (Metodologia) - Reconexão com a ancestralidade e com o Ambiente

RARA (ETAPAS) – Relembrar, Aprimorar, Repetir e Avançar

TGS - Tecnologia de Gestão Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 CULTURA E MISTURA: DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO BRASIL AO APAGAMENTO DA CULTURA DOS POVOS	23
2.2 A ABORDAGEM TRADICIONAL DE DESENVOLVIMENTO E OS POVOS ORIGINÁRIOS	28
2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O BEM VIVER PARA CONTINUAR A VIVER	31
2.4 A ARTE CONTRA O STATUS QUO: POSSIBILIDADE DE RESTAURAÇÃO DA TERRA E DA CULTURA ANCESTRAL POR MEIO DA ECOARTE E	37
2.5 O TEATRO	43
2.5.1 Avançar por meio do teatro fórum	44
2.6 MARKETING SOCIAL: “MARKETING DO BEM”?	45
2.7 A RESIDÊNCIA SOCIAL – UM RELATO PESSOAL DAS CONTRIBUIÇÕES DA VIVÊNCIA NA FUNAI PARA ESTA DISSERTAÇÃO	48
3 O POVO TRUKÁ - TERRITÓRIO E IDENTIDADE	58
3.1 HISTÓRIA E LUTAS	60
3.2 ASPECTOS COSMOLÓGICOS	64
3.3 ECONOMIA E ETNODESENVOLVIMENTO	65
3.4 RELAÇÕES DE PODER	66
3.5 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	66
4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	67
4.1 A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DETALHANDO A RARA	70
4.1.1 Relembrar	76
4.1.1.1 Preparação e entrevistas nos momentos T0 e T1	76
4.1.2 Aprimorar	77
4.1.3 Repetir	79
4.1.4 Avançar	81
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PRIMÁRIOS COLETADOS	84
5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85
5.2.1 Relações familiares e com o território	86

5.2.2 Etnia, costumes e tradições	87
5.2.3 Medicções Ancestrais	90
5.2.4 Intolerância e religião	91
5.2.5 Economia e finanças	92
5.2.6 Uso de Defensivos/Agrotóxicos	93
5.2.7 Descarte de resíduos.....	93
6 CONCLUSÕES.....	95
6.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista semi-estruturada.....	114

1 INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil promoveu um processo de extinção de grandes grupos indígenas, segundo Darci Ribeiro (1995), em decorrência das epidemias, guerras e escravidão. Além disso, ocorreu uma ruptura da relação dos indígenas com suas terras tradicionalmente ocupadas. Ainda hoje, muitas populações continuam passando por um contínuo processo de assimilação cultural, e um dos fatores que contribuem para isso também é um desdobramento da colonização: a proximidade com a sociedade envolvente, os não indígenas e seus modos de vida.

Por se tratar de um meio de produção de riqueza bastante valioso, dispendo de diferentes possibilidades de exploração, o seu acesso, uso e apropriação são desiguais, envolvendo violência institucional, material e estratégias políticas que promovem concentração e expropriação. Trata-se aqui da constituição do latifúndio (Silva, 2018. p. 2).

Além do referido processo colonizatório, a proximidade com sociedades não indígenas, o contato com as diversas religiões, predominantemente com o cristianismo clássico no período colonizatório e, mais recentemente, com sua vertente neopentecostal, e as facilidades na gestão da terra encontradas no uso dos defensivos agrícolas, contribuem para a consolidação da assimilação da cultura envolvente. Para Pereira, Florêncio e Santos (2022), o desafio enfrentado pelo movimento indigenista no Nordeste é garantir a devolução e a proteção dos territórios tradicionais indígenas, removendo a presença de não indígenas dessas áreas. Além disso, destacam a necessidade de questionar e desconstruir a ideia de que a “mistura” de culturas, etnias e modos de vida é a única maneira de assegurar a sobrevivência e a cidadania para os povos indígenas. Isso implica valorizar e preservar as identidades e direitos indígenas sem que sejam diluídos ou vistos apenas como parte de um contexto misto e assimilado.

Ao percorrer o caminho de volta ao passado na tentativa de compreender o presente, corre-se o risco de apontar opressores e oprimidos, ou “vilões e mocinhos históricos”, mas este não é necessariamente o ponto a ser tratado. Objetiva-se entender como se deu o processo de formação da comunidade truká antes de pensar sobre o seu *desenvolvimento*.

A filosofia do *Buen Vivir*, compartilhada por povos de diferentes partes do mundo, tem uma relação íntima com a sustentabilidade, hoje necessária para a continuidade não somente dessas populações, mas de toda a humanidade. Esses conceitos serão desenvolvidos ao longo deste trabalho. Será feito um paralelo entre a abordagem tradicional de desenvolvimento socioeconômico e os povos originários, e como a ideia concebida nos moldes

desenvolvimentistas tradicionais teve impacto nestas comunidades ao longo do tempo, buscando compreender o contexto por meio das vozes dos próprios indígenas.

Objetivando ponderar sobre um tipo de desenvolvimento que considere as preocupações ambientais, culturais, sociais e éticas; que não torne homogêneos pensamentos e espaços; que, principalmente, reconheça a sociedade brasileira como uma socio-biodiversidade permeada por múltiplas experiências e projetos de vida, aqui serão usados, além de outras perspectivas, as vozes indígenas atuais para compor o referencial teórico.

No referencial teórico, será apresentada a ideia de Desenvolvimento Sustentável, aliando essa perspectiva ao Bem Viver; e posteriormente, a arte como mecanismo de difusão dessa filosofia, seu uso no enfrentamento de ações prejudiciais ao meio ambiente, e como forma de resistência dentro da perspectiva indígena, levando-se em consideração, novamente, as vozes indígenas nesse tocante.

Para encerrar o referencial teórico, será abordado o marketing social: uma faceta do marketing voltada para questões sociais e ambientais, bem como para a modificação de comportamentos e atitudes, mostrando que é possível transformar o consumo de bens, serviços e ideias a partir de ferramentas originalmente utilizadas para criar necessidades e gerar lucro.

Baseado nesse conjunto de informações e inspirações, será apresentada a RARA (Reconexão com a Ancestralidade e com o Ambiente), uma metodologia que tem a intenção de relembrar os costumes ancestrais do povo truká; aprimorar os conhecimentos já adquiridos com criatividade e inovação; repetir a história e valores daquele povo para que não seja esquecida, e para que seja conhecida por outros; e finalmente, experimentar ideias de desenvolvimento que contemplem sua trajetória e cultura.

Importa elucidar que, quando se fala em ‘relembrar os costumes’, trata-se de ressaltar o modo de vida que privilegia o contato e a comunhão com a natureza, evidenciando os valores indígenas e a importância que eles possuem para a construção de uma sociedade atenta ao meio ambiente; e não evocar um saudosismo aos costumes dos povos indígenas por meramente serem distintos daqueles dos povos não indígenas, ou por não se enquadrarem nos padrões da cultura hegemônica. A reconexão pretendida se aplica tanto aos indígenas quanto àqueles que queiram dialogar com práticas e valores de respeito para com o meio ambiente.

A metodologia RARA se propõe a subverter o fluxo histórico de integração forçada das populações indígenas aos costumes da sociedade envolvente, um processo que remonta à colonização.

A reconexão pretendida envolve o reconhecimento e a revitalização dos conhecimentos, práticas e valores culturais de um povo, oferecendo-os como paradigma para a sociedade envolvente. A metodologia não visa apenas a preservação interna das tradições, mas sim o seu potencial de aplicação e adaptação em contextos mais amplos, em que as crises socioambientais, culturais e éticas demandam soluções inovadoras e integradas. O *buen vivir*, em sua forma mais profunda, emerge como um modelo de convivência sustentável e harmônica, capaz de fornecer alternativas viáveis às práticas hegemônicas que têm exacerbado a exploração ambiental e as desigualdades sociais.

Assim, o resgate almejado pela RARA não é uma tentativa nostálgica de retornar a um passado isolado, mas um movimento visionário que propõe um olhar renovado e aplicável aos desafios contemporâneos. Ao promover o reconhecimento do valor universal das práticas indígenas, que historicamente foram marginalizadas, a RARA busca reposicionar esses saberes no centro dos debates sobre sustentabilidade, justiça social e equilíbrio ambiental. Desse modo, o conhecimento ancestral, longe de ser visto como arcaico, é apresentado como uma fonte vital de inovação para a construção de um futuro mais ético e sustentável, servindo como exemplo e inspiração para as novas gerações.

A partir daí, serão apresentados os dados colhidos junto à comunidade truká na qual a pesquisa foi realizada, e feitas algumas análises destes.

1.2 JUSTIFICATIVA

A formação cultural do Brasil, apesar de notadamente pluricultural, revela violências, silenciamentos e invisibilidades empreendidas contra os povos nativos e os escravizados vindos do continente africano. O problema que aqui se busca compreender é o grau de afastamento da população da ilha de São Félix de suas tradições, originado pelo modo como o seu território foi colonizado, e concretizado pelo esfacelamento de sua cultura material e imaterial. A utilização de defensivos agrícolas nas suas lavouras, em detrimento do cuidado com os recursos naturais evidencia isso. O ato de enxergar-se como parte da natureza é característica inerente às culturas indígenas, como parte essencial de sua ótica de mundo e, naquele território, poder-se-ia obter um resgate dessa visão, considerando que muito não pode ser recuperado, como sua língua originária, que já não é falada há séculos, mas para além do que não se pode solucionar, existem

as possibilidades reais de compreender quem foi, quem é, e quem aquele povo pode se tornar; e como pode auxiliar o seu entorno a buscar melhorias por meio da sustentabilidade.

Uma das minhas motivações para adentrar neste estudo é Filipa, minha tetravô indígena, que, adotada por uma família “branca”, casou-se com meu tetravô João Timótheo. Conheceram-se na frente da igreja, no dia do casamento, de acordo com o costume da época. Conforme é contado por minha família, esta “adoção” se deu na ocasião em que fora acuada por cachorros enquanto seus pais coletavam pimenta das terras do homem que se tornaria seu pai adotivo. Os animais afugentaram a família biológica da menina, que no momento de desespero, a abandonaram. O dono dos cães correu, achando que eles haviam encontrado uma caça, mas, no lugar, encontrou a criança que criaria como filha. De uma forma truculenta, a pequena perdeu tudo o que conhecia, e foi viver uma vida na qual pouco transmitiu da sua cultura. Filipa não foi a única, existe até uma expressão para designar mulheres indígenas raptadas de suas aldeias: “a dente de cachorro”, de tão natural que era a prática. No caso de Filipa, ainda que a adoção não tenha sido um ato de violência intencional, foi uma ruptura definitiva com sua cultura originária, e conseqüentemente, de todos os seus descendentes com suas origens.

Segundo o censo realizado pelo IBGE em 2022 há 1,7 milhão de indígenas no Brasil, mas esse número deveria ser muito maior, pois, como Filipa, muitos outros indígenas deixaram de se reconhecer assim desde a colonização do país, quando acabaram perdendo sua identidade e se misturando ao povo que chegava do além-mar.

Por meio de relatos familiares e dados históricos, chegou-se à conclusão de que Filipa era uma Payayá, do Sertão das Jacobinas, etnia da família lingüística dos kariri, povo que habitava a região central da Capitania da Bahia, atual Chapada Diamantina e seu Piemonte, e especula-se a etnia estendia seus limites no sentido N/S entre os rios Itapicuru Açu e Paraguaçu, e W/E entre o Médio São Francisco e o Recôncavo baiano (Santos, 2011).

Minha família é como o Brasil, uma mistura de europeus, africanos e indígenas. Estar com os truká, tentar oferecer um pouco do meu conhecimento e trabalho, e obter muito do deles, é como estar com os Tapuias¹ Campo Formosenses, com a aldeia de Filipa, que ela própria, pouco conheceu.

¹ Tapuias: denominação dada aos indígenas não submetidos, do interior do continente; não-Tupis.

Figura 1 – Mulher Tapuia “Mulher Tapuia”, Albert Eckhout



Fonte: Ensinar História, abril de 2024

O povo Truká está profundamente ligado ao rio São Francisco, do qual depende para todas as suas atividades. O rio é essencial para sua sobrevivência, fornecendo sustento e

abrigando os Encantados de Luz. “Daqui tem os pés de árvores, daqui tem os passarim, as lontra, os sinais de vida e de morte. Nós e o rio é um só” (Pajé Truká, 2008). Apesar da importância do rio, a necessidade de plantar e colher grande parte dos indígenas a utilizarem produtos químicos nas lavouras, o que polui o São Francisco e prejudica a saúde dos próprios agricultores quando mal utilizados.

Desta forma, promover um diálogo sobre os cuidados com a preservação do ambiente e da cultura truká diante da necessidade de desenvolvimento na Ilha de São Félix pode ser um caminho para que este desenvolvimento se dê de uma forma sustentável. Para esse povo, ambiente e cultura são indissociáveis: o rio e a terra são o lar dos Encantados. Assim, preservar o meio ambiente também significa preservar suas raízes e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável.

Pretende-se utilizar o marketing social como base e o teatro fórum como ferramenta para implementar uma metodologia que ora se constrói, à qual denominei “RARA”. A metodologia RARA constitui-se de quatro processos: **relembrar, aprimorar, repetir e avançar**; será descrita mais a fundo em capítulo oportuno, e tentará estabelecer uma ponte entre as raízes do povo truká e o lugar para onde esse povo pretende ir do ponto de vista econômico e social.

É preciso revisitar a formação cultural do Brasil para compreender esta comunidade indígena específica, o povo truká da Ilha de São Félix. A aldeia de mesmo nome está situada na Ilha de São Félix – uma entre as mais de oitenta ilhas do arquipélago da cidade de Orocó, sertão de Pernambuco.

Segundo Batista (1992), por volta do século XVII, frades capuchinhos conheceram a ilha e seus habitantes e, com a ajuda desses indígenas, ergueram uma igreja inspirada na catedral de Notre Dame, que resistiu a inúmeras cheias do rio, e é a única desta época que se mantém em atividade até os dias atuais. A igreja de São Félix está em fase de tombamento como patrimônio histórico pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) desde o ano de 2017. Isso denota como é imperativo para a sociedade não-indígena preservar sua memória, entretanto, pouco foi preservado dos truká de São Félix dada a intensa modificação promovida pela inserção de outras culturas nos territórios por eles habitados e pelo próprio modo de vida que eles possuem.

Figura 2 – Igreja de São Félix



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Conheci São Félix em 2019, durante as gravações do curta-metragem *A Menina da Ilha*, no qual atuei como roteirista, assistente de direção, diretora de arte e compositora da canção-tema. Na ocasião, fiquei encantada com a beleza do Rio São Francisco, a igreja centenária, a alegria e afetividade do povo truká; mas ao mesmo tempo, ficaram evidentes a situação de abandono da escola da ilha, e das crianças muito ligadas à internet e jogos de celular, mas, ainda pouco conscientes de sua própria cultura.

A fragilidade do senso de identidade cultural entre os jovens Truká compromete a preservação da etnia. Sem um forte sentimento de pertencimento e uma compreensão aprofundada de sua história e tradições, as novas gerações correm o risco de se afastar dos valores culturais que mantêm a coesão da comunidade. Crianças que não são incentivadas a valorizar suas raízes acabam se distanciando dessas vivências, dificultando a transmissão intergeracional de saberes. Sem essa conexão, a transmissão intergeracional de saberes fica comprometida, ameaçando a continuidade de ritos, línguas e modos de vida fundamentais para

a cultura Truká. Por essa razão, é essencial fortalecer iniciativas que integrem a cultura indígena local na formação dessas crianças, valorizando seu patrimônio cultural.

Minha preocupação com o uso intensivo de agrotóxicos surgiu ao observar os agricultores trabalhando sem equipamentos de proteção individual, além do uso desses produtos tóxicos às margens do rio, que é a principal fonte de abastecimento de água da comunidade.

A integração com a natureza, premissa ligada à cultura indígena, não coaduna com as pilhas elétricas e baterias usadas nos rádios e aparelhos eletrônicos jogadas à margem do São Francisco, muito menos com o uso indiscriminado de agrotóxicos, e do descarte irregular de vasilhames, por exemplo.

Todas essas questões estão profundamente ligadas à memória e à identidade do povo Truká, o que levanta uma questão fundamental: como conciliar o desenvolvimento econômico com o sentimento de pertencimento e o respeito à natureza e à vida?

Essa questão traz em si o desafio da sobrevivência econômica e da manutenção dos valores e costumes de um povo que, em decorrência do impacto sofrido desde o período colonial, já se percebe “misturado”, mas que nem por isso deixa de se identificar como indígena e de se sentir ligado a traços indelévels de sua cultura ancestral.

A hipótese central nesta pesquisa argumenta que a resistência às imposições colonialistas que permeiam os povos indígenas há séculos, não apenas fortalece os processos identitários destes povos, mas contribui para a proteção da natureza, e a metodologia RARA, desenvolvida por mim, tem a intenção de auxiliar um desses povos a redescobrir e se reaproximar de sua identidade ancestral.

1.3 OBJETIVOS

Para responder ao problema de pesquisa foram formulados o objetivo geral e os específicos, conforme se segue.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é promover uma reflexão, considerando a sustentabilidade sobre os cuidados com a conservação ambiental e da cultura material e imaterial da etnia truká diante da necessidade de desenvolvimento na Ilha de São Félix por meio da metodologia RARA.

1.3.2 Objetivos Específicos

De forma específica o estudo pretende:

- 2- Realizar escuta das demandas dos moradores e lideranças da ilha;
- 2- Apresentar a importância de se realizar ações de desenvolvimento que fortaleçam a cultura truká;
- 3- Sintetizar soluções produtivas e/ou de uso da terra, que sejam capazes de auxiliar no desenvolvimento sustentável e conservação ambiental;
- 4- Observar e buscar interferir no comportamento de descarte de resíduos, utilizando técnicas de Marketing Social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o embasamento teórico que sustenta a argumentação. Inicialmente será abordada a formação cultural do Brasil e os impactos que o contato com os colonizadores teve sobre os povos indígenas. Em seguida, serão explorados o desenvolvimento sustentável e sua correlação com o conceito do *Buen Vivir*. Para finalizar, adentrar-se-á na temática da arte (ecoarte, ativismo) e do marketing social e a abertura de possibilidades que essas ferramentas trazem para conservação ambiental e para sustentabilidade.

2.1 CULTURA E MISTURA: DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO BRASIL AO APAGAMENTO DA CULTURA DOS POVOS

É perceptível como o conceito de Cultura – aqui entendido como o conjunto de aspectos de uma realidade social; e especificamente, o conhecimento, as ideias e crenças de um povo (Santos, 2006) – é relevante na construção de uma sociedade. A história demonstra, e Santos (2006) corrobora, que os contatos entre diferentes culturas têm o potencial de gerar conflitos e até mesmo de alterar, de forma contundente, os diferentes modos de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la.

Muitos desses contatos ocorreram de maneira impositiva, por meio de processos como o colonialismo e, mais recentemente, o imperialismo. Said (1994) conceitua o imperialismo, em um nível básico, como o ato de estabelecer-se e controlar terras que não se possui, que estão distantes e habitadas por outros povos. Fenômenos distintos, com características semelhantes, mas que provocaram perdas para diversas culturas ao redor do mundo.

No Brasil colonial, os povos indígenas foram privados de grande parte de sua cultura original e passaram a ser incorporados à cultura europeia em decorrência da busca dos europeus por novos territórios, riquezas e matérias-primas, utilizando a força e dispositivos legais como a política pombalina. O etnocentrismo a que esses povos foram submetidos modificou profundamente a maneira como vivem e transmitem seus modos de vida; O próprio termo 'índio', designação criada pelo colonizador, carrega em si a estratégia de generalização e massificação das identidades indígenas, apagando suas especificidades culturais; sendo expressão insuficiente para representar a diversidade dos grupos étnico-linguísticos da América Latina, segundo Goulart (2018).

A formação cultural do Brasil foi forjada sob a influência dos colonizadores europeus no século XVI; os portugueses, seguidos por outros povos europeus, trouxeram consigo não apenas suas tecnologias, línguas e sistemas políticos, como também a visão de mundo e os valores que lhes eram próprios, moldando significativamente a sociedade brasileira. Segundo Silva (2018), a imposição de um novo sistema de vida causou o engolimento e obliteração dos povos originários durante todo o período colonial.

A miscigenação também foi um aspecto relevante na formação cultural do Brasil e afetou profundamente a cultura original das terras brasileiras: os povos originários, cujas terras foram invadidas tiveram contatos com os negros, trazidos para cá escravizados, e com os colonizadores; e essa mistura acabou produzindo o povo brasileiro como ele é hoje, mas essa miscigenação ocorreu com violência, sobretudo às mulheres indígenas e escravizadas.

Diferentemente do projeto civilizatório da América do Norte, o Brasil sofreu uma colonização de exploração. Freyre (2006) compara a formação do povo brasileiro ao americano, que não se misturou, tendo inclusive vivenciado o fenômeno do apartheid, e assevera que a miscigenação que aqui ocorreu, de certa forma, corrigiu as distâncias sociais entre indígenas, negros e brancos. Essa visão não condiz completamente com a realidade, visto que a vulnerabilidade social no Brasil ainda afeta majoritariamente populações negras e indígenas. O abismo social entre os descendentes dos colonizadores e esses grupos segue existindo.

A crítica ao autor também é motivada pela forma com que ele minimiza as violências sofridas pelas populações originárias e pelos escravizados, tendo chegado a dizer que a escravidão foi necessária. Ao postular que a distância social entre dominantes e dominados foi reduzida pelo cruzamento inter-racial e que isto harmonizaria as diferenças levando a uma diluição de conflitos, o autor, segundo Bento (2003), nega o preconceito e a discriminação, deixando margem para a ideia de que insucesso dos povos dominados deve-se a eles próprios.

Freyre (2006) apresenta o conceito de “equilíbrio de antagonismos”, para afirmar que indígenas, negros e brancos contribuíram igualmente para a formação cultural do Brasil sem mencionar o apagamento de características, ritos religiosos, imposições diversas sofridas pelos indígenas e africanos.

Coelho e Rodrigues (2023) afirmam que o pensamento do autor se baseia no conjunto de aspectos morais e éticos, o *ethos*, do povo inglês para tratar da questão da formação da cultura brasileira, e criticam o 'equilíbrio de antagonismos' proposto por Freyre, pois consideram que a visão positiva da mestiçagem por meio do processo de miscigenação contém,

implicitamente, uma idéia de pacto, o que não ocorreu de fato. Ao contrário, houve um apagamento de traços muito relevantes das culturas originárias. Paula *et al.* (2022) denominam de colonialidade o discurso narrativo de subalternização e o apagamento cultural do povo colonizado, promovidos pelas estruturas políticas e econômicas europeias, que também resultam na desumanização e na dominação do pensamento.

Quando se trata do apagamento cultural das populações indígenas, é importante mencionar a imposição da língua portuguesa como idioma dominante como um dos fatores mais importantes nesse movimento. Segundo Garcia (2007), em meados do século XVIII, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, criou uma série de medidas que objetivavam integrar as populações indígenas da América à sociedade colonial portuguesa. Estas medidas foram sistematizadas em uma lei denominada *Diretório*, que tinha como objetivo a integração dos indígenas à sociedade portuguesa “seja em termos físicos, por meio da miscigenação biológica, seja em termos comportamentais, por intermédio de uma série de dispositivos de homogeneização cultural” (Garcia, 2007, p. 01).

A imposição linguística empreendida pelos colonizadores realizada por meio da criação de escolas para educar os indígenas, limitou a capacidade de expressão dos povos originários em seu próprio idioma. Isso levou à perda gradual de línguas e dialetos autóctones, enfraquecendo a diversidade linguística que existia antes da colonização.

Segundo Bittar e Ferreira (2017), a substituição pela língua portuguesa foi um processo difícil e lento, tendo ocorrido uma progressão entre os séculos XVI e XVIII que transitou da língua geral, o *nheengatu*, que misturava o tupi e o português, até a substituição final pelo português. Ainda segundo os autores, no princípio, a cada três falantes de tupi, apenas um falava português. Tal substituição demorou a ser efetivada também pelo fato de que a catequese dos povos originários era feita em seu próprio idioma, e que apenas em 1757, após a expulsão dos jesuítas, o governo português proibiu o uso da língua geral e impôs a portuguesa, a fim de garantir a hegemonia do idioma lusitano (Schaden, 1954).

Nym (2022) questiona o fato de o Brasil ser uma nação multiétnica e, apesar disso, não ser ensinada nenhuma das mais de 274 línguas indígenas nas escolas convencionais, sendo este um questionamento muito válido, apesar de o próprio autor considerar que a resposta já foi dada por meio do projeto de dominação vigente. A homogeneização cultural, o desaparecimento de línguas, e a devastação ambiental estão diretamente ligados ao capital globalizado (Merçon *et*

al, 2020), que por meio de processos como o desmatamento e a contaminação da água, ar e solo, ainda segundo os autores, promovem essa corrosão nos modos de vida originários.

Flexor (2010) traz a política pombalina como mais uma evidência de que os portugueses tinham a intenção de integrar a população indígena à sociedade colonial

O Diretório e instruções estipulavam ainda que seria conveniente que os índios perdessem seus nomes bárbaros, que tivessem nomes e acrescentassem sobrenomes portugueses, permitindo confundirem-se com os outros vassalos em obediência às ordens régias. Determinava-se que tirassem os nomes bárbaros das aldeias, trocando-os por outros das vilas civilizadas (Flexor, 2010).²

Além do exposto, a imposição do cristianismo, inicialmente da religião católica e, mais recentemente, de vertentes evangélicas, desempenhou um papel fundamental na supressão das crenças e práticas espirituais dos povos originários. As religiões indígenas foram associadas à superstição ou paganismo, e os colonizadores europeus frequentemente tentaram converter os nativos à sua fé, muitas vezes recorrendo a métodos coercitivos e violentos.

Domezi (2015) relata que um documento produzido por um tabelião da corte em 1502, baseado na carta de Pero Vaz de Caminha e nos relatos de Américo Vespúcio, foi lido e aprovado pelo rei e seu conselho. Esse documento refletia a visão portuguesa de que os nativos do Brasil não tinham lei, rei ou religião, justificando assim a imposição do modo de vida do colonizador.

Acosta (2016) afirma que o racismo foi utilizado para legitimar a conquista europeia, pois a crença na superioridade racial não apenas gerou um problema político, mas também resultou em segregação econômica, exclusão e marginalização. No entanto, segundo o autor, as consequências vão além disso. Acosta (2016) aponta que essa lógica racista também se manifesta como um problema ambiental, já que os ecossistemas e territórios habitados pelos povos originários são frequentemente desrespeitados e explorados.

A apropriação de terras também teve um impacto muito significativo sobre as comunidades indígenas. Segundo Goulart (2023), à medida que o número de colonizadores aumentava, crescia também a necessidade de conquistar novos territórios, o que intensificou os conflitos com os povos indígenas. Além disso, a implementação do sistema de sesmarias — que deu origem aos latifúndios atuais —, juntamente com a expansão da agricultura e da

² O termo índio não é mais utilizado, mas sim, indígena. A partir da Lei 14.402, de 2022, até mesmo o nome da celebração do "dia do índio", foi alterado para "dia dos povos indígenas". A alteração ocorreu com a aprovação do PL 5.466/2019, que revoga o Decreto-Lei 5.540, de 1943.

pecuária, resultou na perda de terras tradicionalmente ocupadas, comprometendo as estruturas sociais, a cultura e o sustento dos povos indígenas.

Segundo Ribeiro (2017), os indígenas do Nordeste resistiram fortemente à invasão. Aqueles que mais se opuseram foram obliterados pelos colonizadores, enquanto os sobreviventes foram capturados e escravizados para trabalhar nos canaviais ou nas missões religiosas. Fazendo um paralelo com os dias atuais, em que as desavenças entre indígenas e ruralistas são um tema recorrente. Além da disputa territorial, há também um embate ideológico, frequentemente impulsionado pela mídia, que, como observou Ijuim et al. (2016), tende a fortalecer as narrativas dos ruralistas.

Outra faceta do apagamento da herança cultural indígena é abordada em *Lugares de Origem* (Krenak & Campos, 2021). Ailton Krenak relata que, do século XVIII até o final do século XX, os indígenas não podiam escolher os nomes de seus próprios filhos. A escolha era feita nos cartórios, que registravam apenas nomes considerados brasileiros, negando-lhes o direito à construção de sua identidade. Atualmente, essa situação foi parcialmente revertida com a Resolução Conjunta nº 3, de 19/04/2012, do CNJ, e a Lei nº 6.015/73, que estabelecem que, no caso de registro de indígenas, a etnia pode ser incluída como sobrenome, a pedido do interessado. Ainda assim são relatadas dificuldades e obstáculos para que os indígenas registrem-se utilizando suas etnias como segundo nome ou nomes próprios tradicionais.

O apagamento da cultura indígena reverbera até hoje sob a forma de racismo religioso. Inicialmente, a Igreja Católica classificava as crenças e a espiritualidade indígenas como demoníacas. Atualmente, esse tipo de intolerância se manifesta com maior intensidade a partir de setores neopentecostais, como apontam Milanez et al. (2019).

Com o passar dos séculos, a perspectiva da Igreja Católica mudou. Em 1972, durante o auge da Ditadura Militar, foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com o objetivo de promover a articulação entre aldeias e povos indígenas. Essa articulação fortaleceu a luta pelo direito à diversidade cultural, especialmente em um período em que o Estado brasileiro priorizava grandes projetos de infraestrutura e impunha a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única alternativa. O Cimi, organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) busca dar um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas, atuando na denúncia de inúmeras violências sofridas pelos povos indígenas.

Segundo Saquet e Briskievicz (2020), os povos indígenas buscam reafirmar identidades que foram, em alguma medida, apagadas ao longo da história, ao mesmo tempo em que constroem novas formas de identidade. Nesse contexto, a redescoberta do passado desempenha um papel essencial no processo de construção identitária de cada grupo social.

Para os povos indígenas, é preciso levar adiante a luta dos antepassados, incorporando a ancestralidade como uma dimensão fundante das territorialidades que compõem esse potencial de resistência. Os ancestrais orientam o caminho a seguir e meio para a defesa dos territórios tradicionais. A busca pela autonomia dos territórios por práticas dissidentes (não normatizadas pela lógica colonial-moderna ocidental) passa pelo projeto-ação de autodeterminação e pela r-existência em favor dos modos próprios de organização sociopolítica, espacial e cosmológica, na luta pelos direitos dos povos. (Mondardo, 2022, p. 11).

Os povos indígenas têm o direito e a necessidade de resistir e existir, e a dimensão territorial é fundamental nesse processo de luta, no qual a ancestralidade serve como sustentáculo.

2.2 A ABORDAGEM TRADICIONAL DE DESENVOLVIMENTO E OS POVOS ORIGINÁRIOS

Eduardo Galeano (2010), no prefácio de *As veias abertas da América Latina*, questiona: 'Exportamos produtos ou solos e solos?'. O autor adverte que, em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações minerais e as plantações em larga escala esgotam os recursos naturais, substituem os bosques nativos, envenenam a terra e comprometem os recursos hídricos.

De modo geral, a partir do final da década de 1990, os governos progressistas da América Latina, apesar de suas diferenças, seguiram um modelo semelhante de desenvolvimento, baseado na exploração dos recursos naturais. Esse modelo persistiu mesmo diante dos impactos socioambientais e das violações de direitos humanos, conforme aponta Monteiro (2018). Ainda segundo a autora, ao tomar o desenvolvimentismo como fórmula para solucionar crises e impulsionar o crescimento econômico, os diferentes governos — desde a ditadura militar até os períodos democráticos, neoliberais e progressistas — recorreram ao mesmo modelo.

No entanto, essa prática remonta a períodos anteriores. O termo “desenvolvimento” foi utilizado para justificar ações que foram de encontro ao bem-estar dos povos originários ao longo da história do Brasil. Os povos indígenas foram frequentemente marginalizados e, até o

século XX, considerados obstáculos ao desenvolvimento econômico do país, conforme aponta Silva (2018). A visão dos indígenas como “impedimento ao desenvolvimento” está ligada ao interesse na exploração dos recursos naturais presentes nas terras habitadas por esses povos, e desconsidera o direito humano fundamental deles sobre a terra em que vivem, a fim de preservar sua cultura e existência. Acosta (2016) argumenta que os indígenas não são pré-modernos ou atrasados. Pelo contrário, seus valores, vivências e práticas refletem uma civilização viva, que demonstrou resiliência diante da Modernidade colonial.

A abordagem tradicional de desenvolvimento é conflitante com os valores, modos de vida e territórios dos povos indígenas, gerando preocupações ambientais, culturais, sociais e éticas. Para Laschefski e Zhouri (2019), essa abordagem leva à homogeneização dos espaços físicos e sociais, limitando o reconhecimento da sociedade brasileira como uma socio-biodiversidade permeada por múltiplas experiências e projetos de vida.

Esse modelo de desenvolvimento, estruturado nos princípios do capitalismo e da economia de mercado, frequentemente ignora os valores coletivos e comunitários dos povos indígenas. Como consequência, gera marginalização econômica e social dessas comunidades. Além disso, para Laschefski e Zhouri (2019), essa abordagem rompe a relação afetiva dos membros do grupo com seu território, fragiliza a memória coletiva sobre sua história de ocupação, compromete o uso social do espaço e enfraquece suas estratégias de defesa territorial, resultando na perda do senso de pertencimento.

Haesbaert (2004) argumenta que todo território possui tanto uma dimensão funcional quanto simbólica, pois o domínio sobre um espaço ocorre tanto para realizar 'funções' quanto para produzir 'significados'. Assim, quando um território é acessado sem o devido cuidado na exploração de seus recursos naturais — especialmente quando se trata de um território indígena —, a interferência não ocorre apenas no aspecto físico, mas também no simbólico. Para os povos indígenas, essas terras são sagradas e possuem significados profundamente diferentes daqueles impostos pela lógica capitalista.

Os grandes projetos de infraestrutura frequentemente resultam em transformações territoriais profundas, muitas vezes causando impactos ambientais irreversíveis. Um exemplo é a construção da hidrelétrica no Vale do Jari, Amapá, que, segundo relatos dos moradores, provocou mudanças significativas no meio ambiente, afetando o rio, a cachoeira de Santo Antônio e as florestas ao redor. Entre os impactos relatados estão a redução e morte de peixes, o declínio das árvores, a piora na qualidade da água, a erosão das margens do rio e o

desmatamento. Além disso, houve alterações no patrimônio cênico, resultando na perda de áreas de lazer, além de conflitos com pescadores externos, realocação da comunidade e redução da renda (Lopes e Brito, 2021).

O resultado de tal interferência, frequentemente, é a destruição de territórios de forma irremediável e definitiva, mas, nem só o território é destruído, também são perdidas as referências dos moradores locais. A construção da Usina de Belo Monte, segundo Santos et al. (2013), não apenas causou perdas ambientais significativas, mas também evidenciou uma tentativa de imposição de um modelo de sociedade. Esse projeto segue a lógica das iniciativas empreendidas desde a segunda metade do século XX, quando o exército conduzia expedições ao norte do país para integrar a região ao projeto nacional desenvolvimentista. Atualmente, a crescente demanda energética tem impulsionado grandes empreendimentos na Região Norte, refletindo uma postura etnocêntrica do governo federal. Essas ações são frequentemente justificadas em nome do desenvolvimento econômico e do crescimento industrial do país, desconsiderando os impactos sobre os povos indígenas e seus territórios.

A necessidade de revisar o modelo tradicional de desenvolvimento torna-se urgente para evitar o colapso ambiental decorrente da exploração descontrolada dos recursos naturais. Gare (2009) foi mais enfático, assumindo que o capitalismo é um sistema que, por sua própria natureza, deve se expandir até destruir as condições de sua própria existência, e trazendo a experiência marxista na União Soviética, na qual se argumentava que a razão final para substituir o capitalismo pelo socialismo seria a atual crise ambiental.

Embora o capitalismo não privilegie a preservação ambiental, ele não é, em si, totalmente incompatível com a gestão sustentável dos recursos naturais. No entanto, sem mudanças estruturais, sua lógica de exploração compromete não apenas o planeta, mas a própria sobrevivência da humanidade. Como adverte Davi Kopenawa em *A Queda do Céu*: 'As pedras, as águas, a terra, as montanhas, o céu e o sol nunca morrem (...) O sopro de vida dos humanos, ao contrário, é muito curto. Vivemos pouco tempo' (Kopenawa; Albert, 2009, p. 411). Davi Kopenawa apresenta uma crítica social e ecológica ao capitalismo, contrapondo o conhecimento Yanomami à cultura não-indígena associada à mercantilização, atribuindo a destruição das florestas, da terra e a poluição das águas ao apego à materialidade manifestado pelos não indígenas.

Durante a Conferência Digital GLF Amazônia, Benki Piãko Ashaninka (2021), uma das mais importantes vozes indígenas na luta ambiental, alertou que as mudanças climáticas

são um problema social que afeta tanto indígenas quanto não indígenas. A cosmovisão indígena e sua abordagem sustentável dos recursos naturais têm lançado uma nova perspectiva sobre as crises ambientais que assolam o planeta. Benki relatou, ainda na conferência, que chegou o momento de as populações não indígenas observarem a referência indígena no que tange à consciência de que bebe-se o que as águas oferecem, respira-se o que a floresta dá e come-se o que a natureza proporciona, portanto, é necessário rever a forma de lidar com esses recursos, para que desenvolvimento não seja sinônimo de destruição, mas de convivência harmoniosa entre o ser humano e o ambiente em que vive.

2.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O BEM VIVER PARA CONTINUAR A VIVER

Levou muito tempo entre o aparecimento dos primeiros resultados negativos da ação antrópica na natureza, intensificados pela Revolução Industrial, e o momento em que os líderes mundiais, em especial no ocidente, chegaram à percepção da necessidade de se empreender "sistemas econômicos e políticos compatíveis com as realidades ambientais" (Schmidheiny, 1992).

Os avanços tecnológicos e industriais, incluindo modernização da indústria, dos transportes e das comunicações, devem ser reconhecidos. No entanto, não se trata de rejeitar o progresso, mas de buscar alternativas produtivas que minimizem os impactos ambientais, promovendo uma relação mais equilibrada entre o ser humano e a natureza. Essas alternativas tornam-se cada vez mais urgentes, exigindo políticas governamentais que conciliem desenvolvimento econômico com responsabilidade social e ambiental.

A filosofia do “Buen Vivir”, adotada por diversos povos indígenas ao redor do mundo, é uma realidade que pode servir como exemplo de como se deve enxergar o indivíduo, sua inter-relação com a natureza e com a sociedade. No entanto, as sociedades não indígenas ainda resistem em reconhecer que o ser humano é parte integrante do ecossistema, e não um agente externo a ele.

No Oriente, especificamente na China, o conceito de *Shentai Wenming* ('Civilização Ecológica') começou a ganhar notoriedade a partir de 2006. Segundo Campos (2021), essa abordagem enfatiza a sustentabilidade e a harmonia entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, sendo inicialmente promovida por Hu Jintao e posteriormente consolidada por Xi Jinping. Esse conceito propõe uma sociedade próspera e sustentável que se opõe ao modelo de

desenvolvimento capitalista ocidental, promovendo inovação tecnológica em energias limpas e redução das emissões de CO₂ para diminuir a dependência energética da China. Além de enfrentar a destruição ambiental, a *Civilização Ecológica* busca reduzir desigualdades sociais, promovendo um equilíbrio entre crescimento econômico e bem-estar coletivo. Apesar das críticas de que a China ainda mantém relações capitalistas de produção, esse modelo propõe um caminho alternativo no qual o Estado desempenha um papel central tanto na economia quanto na gestão da sustentabilidade.

Ao analisar a trajetória das primeiras manifestações globais em defesa de uma nova perspectiva desenvolvimentista, Montibeller Filho (1993) destaca que foram necessárias amplas discussões até que surgisse uma visão holística dos processos sociais. Essa abordagem integrava aspectos ambientais, econômicos e sociais, contrapondo-se à fragmentação que priorizava apenas interesses específicos. O primeiro grande passo na direção da busca por um tipo de desenvolvimento que privilegiaria o esboço do que seria a estrutura do que hoje conhecemos como desenvolvimento social sustentável, foi a primeira década do desenvolvimento das nações Unidas (1960 a 1970), promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas. Segundo Barbieri (2020), essa iniciativa visava concentrar esforços para reduzir a pobreza nos países então classificados como subdesenvolvidos, priorizando o crescimento econômico e a diminuição do desemprego e do subemprego, reconhecendo a necessidade de promover o desenvolvimento global.

Esta iniciativa buscou concentrar esforços internacionais para promover o crescimento econômico, reduzir a pobreza e o desemprego, e melhorar as condições de vida naqueles países; entretanto, apesar das intenções bem fundamentadas, muitas das estratégias adotadas resultaram em crescimento econômico sem inclusão social, o que manteve as desigualdades já existentes.

Esse fato foi questionado, bem como, foram intensificadas as discussões acerca das relações entre desenvolvimento e o meio ambiente especialmente no final da década de 1960. Segundo Camargo (2020), naquele momento histórico, movimentos de cunho socioambiental evidenciaram as principais limitações do modelo de desenvolvimento puramente capitalista, como o fato de ele atender às necessidades humanas de forma parcial e degenerar sua base de recursos. Como resultado dessas experiências, a década seguinte (1970-1980) trouxe uma reflexão sobre as limitações das abordagens anteriores, e o conceito de "ecodesenvolvimento" começou a ser difundido em conferências, como a Estocolmo 72 - Primeira Conferência de

Meio Ambiente e Desenvolvimento. A conferência foi a primeira vez que o meio ambiente foi tratado, em plano mundial, como algo inerente à humanidade, de acordo com Mazzouli (2013).

O conceito de ecodesenvolvimento, introduzido por Maurice Strong, Secretário da Conferência de Estocolmo, e largamente difundido por Ignacy Sachs a partir de 1974, foi rebatizado na década de 1980 como Desenvolvimento Sustentável, segundo o próprio Sachs (1993). Em decorrência dos debates e das críticas relacionadas ao modelo de crescimento econômico vigente, esse conceito passou a ser amplamente difundido em 1987, com a publicação do Relatório Brundtland da ONU, intitulado *Nosso Futuro Comum*.

Veiga (2019, p. 13) afirma que "No fundo, a expressão 'desenvolvimento sustentável' é um valor similar ao seu mais nobre antepassado, a 'justiça social'", uma afirmativa que não coaduna completamente com o que Fraser (2002) trouxe acerca dessa temática, já que, para a autora, justiça social não abrange apenas questões de distribuição, mas também de representação, identidade e diferença.

Já a definição de desenvolvimento sustentável trazida pelo relatório (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46) é a de que "desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades".

O relatório (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988) cita ainda que o desenvolvimento implica uma transformação progressiva não apenas na economia, mas também na sociedade, pois a verdadeira sustentabilidade só pode ser garantida se as políticas de desenvolvimento levarem em consideração as mudanças no acesso aos recursos e a distribuição de custos e benefícios. Além disso, a sustentabilidade deve envolver uma preocupação intrínseca com a equidade social entre gerações, a qual deve ser estendida à equidade dentro de cada geração.

O Relatório Brundtland faz críticas ao modelo de desenvolvimento utilizado pelos países industrializados, que é reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ao afirmar que o desenvolvimento econômico e social não pode ser baseado na exploração indiscriminada da natureza e destaca a necessidade de uma observação constante do conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, para alguns, ainda não é suficiente para conter os avanços da degradação da natureza provocados pela ação humana. Segundo Martine

e Alves (2015), para que o nível de crescimento econômico seja sustentado, são necessários constantes aumentos na produção e no consumo, seja por meio da incorporação de novos consumidores, seja pela ampliação do consumo entre os atuais. Sob essa perspectiva, o consumo impulsiona a produção, gera crescimento econômico e reduz a pobreza. Mas até onde esse desenvolvimento pode chegar sem se tornar um obstáculo para a manutenção da qualidade dos recursos naturais para esta e para as futuras gerações?

Rostow (1990) considerava que as sociedades passariam por cinco estágios de desenvolvimento: Sociedade Tradicional, Pré-condições para o Arranco, Arranco (Take-off), A Marcha para a Maturidade e, finalmente, A Era do Consumo em Massa. O autor afirmava que seria possível identificar algum desses estágios em qualquer sociedade.

A classificação de Rostow é problemática, pois esse modelo serviu para sustentar decisões tomadas por inúmeros países que passaram a se espelhar no padrão daqueles considerados desenvolvidos. Apesar de terem alcançado melhorias econômicas, esses países aumentaram seu endividamento externo e agravaram as disparidades sociais, além de promoverem intervenções estatais que visavam a modernização compulsória, inclusive com a instauração de ditaduras militares, como ocorreu na América Latina.

O conceito de “desenvolvimento” sob a perspectiva mercadológica difere daquele que se assume como “desenvolvimento sustentável”, que se apoia no tripé da sustentabilidade, ou triple bottom line, como descreveu John Elkington (1994): pessoas, planeta e lucro. Esse conceito refere-se à capacidade de uma organização ser ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

O autor afirma que é necessária a transformação da performance das empresas para que consigam alcançar a prosperidade econômica sem comprometer a qualidade do meio ambiente e observando a justiça social — o que não é prioridade na visão capitalista.

Krenak (2019) afirma que as grandes corporações reproduzem um modelo de desenvolvimento que se replica ao redor do globo, enquanto a humanidade vai se “descolando da Terra”, vivendo, nas palavras do autor, uma abstração civilizatória. Ele defende ainda que as únicas populações que resistem “agarradas à Terra” são os caiçaras, indígenas, quilombolas e aborígenes.

A ideia de nós humanos nos deslocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e se possível a mesma língua para todo mundo. (Krenak, 2019, p. 12).

Além da massificação e da exploração regular de recursos naturais, ainda há a exploração irregular realizada por posseiros e garimpeiros, como ocorre na Terra Indígena Yanomami, que abrange uma área de 9,4 milhões de hectares entre os estados do Amazonas e Roraima (Brasil, 1992) e vem sendo constantemente invadida por garimpeiros.

Davi Kopenawa, liderança indígena do povo Yanomami, defende os territórios indígenas Yanomami e Ye'kuana. O autor apresenta uma crítica social e ecológica ao capitalismo a partir da Amazônia, contrapondo o conhecimento Yanomami à cultura branca, associada à mercantilização.

Na contramão da visão de mundo que incentiva o consumo, a predação e a produção, existe a filosofia do Buen Vivir, traduzida como “Bem Viver”, que prega a harmonia com o meio ambiente. O político e economista equatoriano Alberto Acosta (2016) inspira-se na vivência dos povos originários da América do Sul para propor alternativas anticapitalistas que se contrapõem à ideologia do desenvolvimento. A filosofia do Buen Vivir é encontrada em vários territórios e expressa em línguas diferentes, mas sempre com um significado maior. Segundo Acosta, ela se assemelha ao ubuntu, na África do Sul, ao svadeshi, swaraj e apargrama, na Índia, e até a alguns elementos da “vida boa” de Aristóteles — guardadas as devidas diferenças, especialmente porque este último conceito faz parte da construção da civilização ocidental.

Diante do modo de vida predominante, que faz do consumo o objetivo principal dos seres humanos e se mostra incompatível com a preservação da vida no planeta, Acosta (2016) propõe uma mudança civilizatória que reconcilie o homem e a natureza:

No cerne do Bem Viver – com projeção global, inclusive – está implícito um grande passo revolucionário que nos leva a caminhar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas, assumindo as consequências políticas, econômicas, culturais e sociais desta transição. (Acosta, 2016, p.99).

A visão sociobiocêntrica, segundo o autor, é a única forma de garantir a segurança da existência humana na Terra. Ou seja, parte do princípio de que os seres humanos são parte da natureza, e não externos a ela, devendo combater a visão lógica antropocêntrica, focada em produção, consumo e desenvolvimento.

O Antropoceno, entendido como a nova era geológica que reflete a influência das atividades humanas na Terra, é um conceito proposto casualmente em uma conferência pelo ecologista Eugene Stoermer na década de 1980 (Heise, 2020). Esse conceito reforça a ideia de

que a busca constante pelo desenvolvimento pode causar sérios problemas ao planeta. Embora não haja consenso sobre seu início, Angus (2023) afirma que transições ambientais sempre existiram, mas que esse processo se intensificou de forma desordenada, promovendo catástrofes a partir do avanço das intervenções humanas, que adicionam tensões aos processos normais de mudança. Heise (2020) ressalta que o que está em jogo nas perspectivas mais cautelosamente otimistas sobre o Antropoceno é a tentativa de repensar as culturas humanas como parte da natureza que o ambientalismo busca conservar e sustentar.

Entretanto, o interesse pelo capital prejudica a visão que visa corrigir os impactos humanos no meio ambiente. Para Barcelos (2019), o Capitaloceno desloca as “categorias de sujeito” do Anthropos para o Capital (relação social), demarcando o “projeto histórico específico” e a forma social que impulsionou as transformações ambientais.

Sobre isso, Foster, Holleman e Clarck (2019) afirmam que:

El capitalismo no reconoce límites a su propia autoexpansión. No hay ninguna cantidad de ganancia, riqueza y consumo que sea "suficiente"... el medio ambiente planetario no es visto como un lugar con límites inherentes dentro de los cuales los seres humanos deben vivir, junto con las otras especies de la Tierra, sino como un reino que debe ser explotado en un proceso de expansión económica ilimitada, la mayoría de la cual termina en manos de muy pocos. (Foster, Holleman e Clarck, 2019, p. 2).

Para os autores, o fato de o capitalismo não perceber os limites de sua própria autoexpansão provoca a visão equivocada de que o planeta pode ser explorado à exaustão, num processo de expansão econômica ilimitada, gerando como consequência o acúmulo de renda.

Para que o planeta Terra continue viável para a vida humana das futuras gerações, a economia de mercado precisa incluir em suas preocupações os efeitos da degradação ambiental. Acosta (2016) enfatiza que isso não tem sido feito; ao contrário, os praticantes desse modelo econômico tendem a menosprezar os interesses das futuras gerações e os direitos de outras espécies.

Para Veiga (2019), o foco do debate sobre a sustentabilidade não reside em salvar o planeta, mas sim na esperança de que a humanidade deixe de encurtar o prazo de sua inevitável extinção, caso consiga aprender a cuidar da biocapacidade dos ecossistemas dos quais depende.

A obsolescência programada é também uma das consequências perversas do capitalismo. Em Hecho para tirar: La irracionalidad de la obsolescencia programada, Latouche (2018) afirma que o ponto de partida da obsolescência programada é o vício no crescimento do sistema produtivo e que a sociedade se fundou sobre a acumulação ilimitada. Essa acumulação

rapidamente se transforma em lixo, seja porque o objeto perdeu sua funcionalidade, seja porque já não confere o status que conferia há pouco tempo.

Oliveira e Miranda (2019) afirmam que, pela ótica vigente no pensamento econômico, o lixo pode ser considerado um indicador “peculiar” de desenvolvimento de um país, pois, quanto mais próspera sua economia, mais resíduos ele irá produzir. Em primeiro lugar, o fato de o lixo ser um indicador de desenvolvimento já é, por si só, motivo para que se repensem os caminhos da atualidade. Em segundo, sua presença recorrente e crescente em oceanos, rios, ilhas, no interior de animais e em locais a céu aberto é uma das crises e consequências do modus vivendi do ser humano e das práticas capitalistas.

Bell (2017) chama atenção para o fato de que, embora o mundo esteja imerso em diversas crises ambientais e sociais, seguem existindo uma série de questões básicas amplamente não atendidas dentre as necessidades humanas, como a ausência de saneamento básico e o acesso à energia elétrica para mais da metade da população mundial. Diante do exposto, algumas medidas precisam ser tomadas, considerando todos os aspectos da questão. Todos os territórios e comunidades que estão à margem do chamado desenvolvimento precisam do olhar das organizações privadas e do Estado, assim como o meio ambiente. O desenvolvimento precisa alcançar tanto minorias quanto majorias, garantindo que os marginalizados não sirvam apenas à manutenção de um modelo que perpetua desigualdades.

A filosofia do Bem Viver pode não ser a solução para todos os problemas enfrentados pela humanidade, mas representa um caminho de enfrentamento às práticas predatórias do capitalismo e às mazelas por ele produzidas. Significa voltar os olhos para os povos originários e sua conexão com a natureza e tentar, ativamente, assimilar suas práticas.

2.4 A ARTE CONTRA O STATUS QUO: POSSIBILIDADE DE RESTAURAÇÃO DA TERRA E DA CULTURA ANCESTRAL POR MEIO DA ECOARTE E

Das inúmeras formas pelas quais a arte pode contribuir para a sociedade, duas perspectivas se destacam: a consciência cultural e histórica que ela tem o potencial de despertar e a empatia e conexão social que podem surgir a partir das práticas artísticas realizadas nos territórios e voltadas para eles.

Konder (1992) afirma que a práxis é uma atividade pela qual o ser humano se afirma no mundo, alterando a realidade objetiva e, nesse processo, transformando a si mesmo. Daí,

inferimos que a arte, como práxis humana, tem uma relevância inquestionável, pois, como lembra Freitas (2014), os registros do homem pré-histórico são registros artísticos, artefatos e desenhos em cavernas, permitindo que, hoje, possamos observar, pelo olhar dos primeiros artistas, o mundo de milhares de anos atrás. Isso demonstra que a arte sempre existiu. Da pré-história até os dias atuais, a arte se modificou, modificou espaços e proporcionou reflexões, marcando a passagem do tempo e a mudança de concepções.

Hoje, a arte é usada para ajudar a quebrar o ciclo vicioso da produção em massa com qualidade questionável, do fast fashion e da obsolescência programada – de tudo feito para não durar e precisar ser substituído. Ou, pelo menos, para avaliar a existência dessas práticas e os danos que podem provocar, uma vez que a obsolescência programada, mais do que um sintoma do modus operandi capitalista, é extremamente problemática para a sobrevivência do planeta.

Para Melo Filho (2023), refletir sobre as conexões entre arte e ecologia continua sendo um desafio nas práticas atuais, mas é uma discussão antiga, assim como o movimento ecológico. Já na década de 1970, as poéticas que trabalhavam com arte e natureza recebiam mais destaque à medida que incorporavam em seu discurso as mudanças políticas e sociais.

Aviva Rhmani conceitua "ecoarte" como arte integrada ao habitat ecológico, destinada a evitar o ecocídio (Rhmani, 2021). A ecoartista, compositora e ativista afirma que encontrou a inspiração para a vida selvagem sustentável que procurava nas fabricantes de cestos indígenas, que colhem suas matérias-primas agindo como respeitadas guardiãs culturais e ambientais (Rhmani, 2007). Dentre muitas de suas obras, a artista criou o projeto "Blued Trees Symphony", usando a arte para combater a exploração de gás e petróleo. Esse projeto combinou música, acústica, arte e política ambiental, no qual centenas de árvores foram marcadas por GPS e pintadas com uma curva senoidal no caminho por onde um gasoduto seria construído. Cada árvore pintada se tornou uma nota musical numa composição, e a obra foi protegida por direitos autorais. A proteção conseguida para a obra artística viva salvou a floresta da intervenção planejada pela corporação que exploraria os recursos naturais da área.

Essa iniciativa já havia sido testada por outro artista, Peter Von Tiesenhausen, também lutando para proteger suas terras com arte no Canadá. Ospina (2022) revela que o artista foi assediado por uma companhia de gás para permitir a construção de um poço de petróleo e afirmou que suas obras, como "Lifeline" (uma cerca à qual o artista acrescenta dois metros a cada ano), não estavam isoladas do meio ambiente, mas eram partes integrantes dele. Na

ocasião, Tiesenhausen foi enganado pela empresa, apesar de possuir contratos que demonstravam quebra de cláusulas por parte dela.

Anos mais tarde, o artista foi procurado novamente para negociar suas terras para ampliação do oleoduto. Desta vez, já havia registrado suas obras de arte no órgão competente e, com a ajuda de um advogado, demonstrou que perturbar o solo de qualquer forma durante a escavação da vala para instalação do oleoduto constituiria violação de direitos autorais. Ainda segundo Ospina (2022), o artista demonstrou que suas criações eram uma obra de arte viva e o caso não chegou a ir para os tribunais, pois a empresa desistiu do embate para evitar desgaste com a opinião pública.

Figura 3 - Lifeline por Peter von Tiesenhausen



Fonte: Peter von Tiesenhausen

A arte pode desempenhar um papel significativo na sensibilização e preservação de espécies da fauna e flora, sendo uma ferramenta de conscientização e engajamento que mobiliza esforços para a conservação e proteção da biodiversidade. No entanto, nem sempre se consegue impedir danos irreparáveis ao meio ambiente. Joly e Queiroz (2020) apontam que vivemos a crise da biodiversidade, uma situação para a qual não há solução conhecida, já que a extinção

de uma espécie é irreversível. Em casos assim, só resta ao artista lembrar e homenagear as espécies perdidas devido à extinção.

Pinturas podem destacar a beleza e a singularidade desses animais, ajudando a manter viva a memória de sua existência, além de chamar a atenção para as ameaças ambientais que levaram à extinção dessas espécies. Essas obras podem inspirar ações para prevenir a extinção de outras espécies ameaçadas. Além disso, a arte desempenha um papel importante na preservação da história natural: pinturas detalhadas e realistas de animais extintos podem ser valiosas para documentar e compartilhar conhecimento sobre essas espécies com as gerações futuras, servindo também como um símbolo de reflexão sobre a relação entre a humanidade e a natureza. Isso levanta questões acerca da responsabilidade ambiental e das consequências das nossas ações no planeta.

A pintora Isabella Kirkland retratou em sua obra *Gone* (2004) sessenta e três espécies que foram extintas após a colonização do continente americano, demonstrando que os seres humanos não conseguiram conviver harmonicamente com a natureza, deixando a marca permanente da extinção dessas espécies. Para além da interpretação filosófica da obra, Turner et al. (2023) defendem que ela é significativa por ter catalogado as espécies extintas desde 1700 devido à atividade humana.

Figura 4 - Gone, por Isabella Kirkland 2004.



Fonte: Animal studies Journal

Conforme Turner (2023) relembra, cientistas e artistas têm se relacionado e conversado há muito tempo sobre o mundo natural. Um exemplo disso é a era anterior à fotografia, quando naturalistas criavam suas próprias ilustrações, demonstrando que a arte tem, além de todas as suas qualidades inerentes, a capacidade de auxiliar a ciência na divulgação de descobertas.

Os povos indígenas também promovem esse tipo de interlocução entre arte, preservação ambiental, ciência e ancestralidade. Gouveia (2024) apresentou o caso dos indígenas Tikmu'un, também conhecidos como Maxakali, que registraram o nome de 33 espécies de abelhas no canto tradicional "papa-mel". Para Tugny (2016), os Tikmu'un são vistos por pesquisadores,

indigenistas e outros povos indígenas como povos "puros", resistentes e "indígenas verdadeiros", termos atribuídos a diferentes marcadores, como a vitalidade da língua Maxakali e o semi-monolinguismo dos Tikmu'un.

A arte também tem a capacidade de refletir a cultura e a história de uma sociedade, inclusive, mostrando as mazelas produzidas pelo homem, registrando os impactos, muitas vezes irreversíveis, causados por ele. A arte pode ser uma ferramenta usada para impor uma cultura e modos de vida, pois, como afirmam Zagartos e Arcos (2021), na fase corrente do capitalismo, é necessário destruir o território conquistado e despovoá-lo, destruindo o seu tecido social. Dessa forma, a extinção promovida pelo capital abrange não apenas as espécies animais mais vulneráveis, mas também as culturas mais vulneráveis.

Todo o sistema capitalista neoliberal dominante na economia camufla a "globalização", ao mesmo tempo em que gera movimentos que propõem um tipo diverso desse fenômeno, que reflita os fatores culturais e sociais que geram consciência em questões como cidadania e solidariedade internacional. Nesse contexto, atuam diversos artistas e ativistas, inserindo suas propostas estéticas e demandando maior visibilidade para as desigualdades sociais e para o debate social em rede (Quesada, 2019).

Muitas vozes indígenas têm usado a arte como mecanismo de resistência. O artista indígena, curador, escritor, educador, ativista e pensador contemporâneo Jaider Esbell, falecido em 2021, trabalhava com o conceito de "artevismo" (arte ativista), que seria um ativismo ligado às motivações essenciais da arte indígena. Segundo Paula et al. (2022), Esbell buscava mostrar que a arte deveria ser debatida mundialmente como artivismo, em prol dos direitos indígenas.

Segundo Santiago (2024), Esbell lutava para dar visibilidade à arte indígena, bem como para o reconhecimento da cultura e dos costumes dos povos originários, criando suas obras orientadas pelo viés espiritual e ancestral. Buscava uma relação mais harmoniosa do ser humano com a natureza. A partir de desenhos, esculturas e pinturas em tecido, o artista procurou dar visibilidade aos temas pelos quais lutava; suas obras e seu pensamento se tornaram símbolos de resistência, tendo elaborado uma concepção artística contra-hegemônica.

Ibã Huni Kuin (Isaias Sales) é uma dessas vozes contra-hegemônicas. O txana (mestre de cantos), artista visual e professor, criador do coletivo MAHKU (Movimento dos Artistas Huni Kuin), tem mostrado a visão de mundo daquele povo por meio das artes plásticas e da música. Uma das contribuições do artista é realizar as traduções dos cantos ritualísticos de nixi pae (ayahuasca), cantados nas cerimônias em que se faz uso da bebida sagrada, para desenhos,

pinturas e murais, e reelaborar esses cantos para a língua portuguesa, prática que o artista denominou “pôr no sentido” (Cruz; Matos, 2016). Ibã e os demais artistas pertencentes ao MAHKU recriam artisticamente os cantos visionários e partilham sua cultura com os povos não indígenas, mostrando que uma arte decolonial é possível.

2.5 O TEATRO

A arte decolonial, além de possível, é necessária, porque antes existiu uma arte colonizadora. O teatro, conhecido historicamente por sua capacidade pedagógica, foi utilizado para auxiliar na conquista do Novo Mundo. Colonização e catequese foram dois processos que coexistiram no Brasil colonial. Bittar e Ferreira Júnior (2017) afirmam que o processo colonizatório e a catequese nasceram juntos no Brasil colonial, e que na intenção de educar, os jesuítas retomavam elementos da tradição judaico-cristã, mantendo pequenas salas de aula, nas quais se ensinava a doutrina cristã por meio de catecismos bilíngues. Os autores afirmam ainda que era praticada uma “didática da educação elementar que utilizava o teatro como instrumento lúdico da aprendizagem, mesmo que fundamentada numa concepção mnemônica do ensino” (Bittar; Ferreira Júnior, 2017, p. 8).

Agusto Boal (1982) declarou que o teatro e todas as demais artes são armas que devem ser usadas pelo povo, em favor da luta contra a dominação, e esta ferramenta tem sido utilizada na preservação e defesa da cultura indígena pelo próprio povo indígena. Nym (2022, p. 52) em sua contribuição para o livro “Teatro e os povos indígenas: Janelas abertas para a possibilidade” assevera que “o teatro contemporâneo de nada serve a esta terra se não servir para de(s)colonyzar e de(s)catequizar”. E prossegue lembrando que a definição de teatro é “lugar de onde se vê”, e completa: “eles nunca nos vyram” (Nym, 2022, p. 52). O autor inicia a escrita informando ao leitor que utilizará a letra “y” como substituta do “i” em todo o texto, por esta ser uma vogal sagrada do Tupi-guarani, já denotando o intuito de lutar contra a colonização permanente e profunda, desde o alfabeto.

O autor demonstra assim sua visão de que o fazer teatral pode (deve) ser aplicado para preservar e comunicar tradições, valores e eventos importantes ao longo do tempo, promovendo o entendimento e respeito pelas culturas, e tradições indígenas.

Figura 5 - Kapenawe pukenibu, Acelino Tuin Huni Kuin (MAHKU), 2022.



Foto: Daniel Cabrel

2.5.1 Avançar por meio do teatro fórum

Augusto Boal (1982, p.14) afirmou que "o teatro popular pode ser feito em qualquer lugar: até nos próprios teatros; e por qualquer pessoa: até por atores", a perspectiva Boalina apoia que o teatro seja desmistificado, devolvido às massas, e não encerrado nos muros das grandes salas teatrais. Boal defende o teatro como arma contra a ideologia dominante, diz que:

A alfabetização teatral é necessária porque é uma forma de comunicação muito poderosa e útil nas transformações sociais. Há que aprender a ler. Há que lutar pelos nossos direitos, há que utilizar todas as formas possíveis para promover a libertação(...) Todos devem representar (Boal, 1982, p. 17).

O Teatro-Fórum, modalidade do Teatro do Oprimido de Boal, que tem a intenção de auxiliar o usuário a se transformar em sujeito social ativo e criador (Boal, 2009), mostra-se como uma ferramenta de mudança social. No Teatro-Fórum, dramatiza-se uma situação da realidade marcada por relações de poder e opressão, objetivando ensaiar ações da vida social e produzir transformações nessas relações (Boal, 2009).

Conforme apontado por Canda (2011), com base na obra deixada por Boal e Paulo Freire, é possível compreender que a conscientização não pode ser transferida nem é um simples estado de consciência, mas implica na aceitação crítica da tomada de consciência, considerando-se a realidade histórica e social. Dessa forma, a realização deste trabalho não significa necessariamente uma imediata mudança comportamental e atitudinal, mas sua implantação tem o potencial de desencadear nos participantes um despertar para essa conscientização. A autora aponta, ainda, que a educação e a vivência do mundo são fundamentais para que o sujeito compreenda seu meio e qualifique sua participação nele.

Paulo Freire (1982, p. 32) afirma que a Pedagogia do Oprimido deve ser formulada com o sujeito, e não para ele. Assim, percebeu-se que a única forma possível de despertar a consciência social do povo Truká para as opressões por ele vivenciadas seria mediante sua participação ativa nesse processo. Canda (2011) complementa que a educação tem um papel fundamental na construção do ser, destacando, ainda, sua importância na função política no que tange ao processo de conscientização e libertação dos sujeitos no contexto social, pois possibilita a ampliação da experiência humana para melhor compreender a vida e conscientizar-se da necessidade de transformá-la.

Dentro dessa perspectiva, surgiu a possibilidade de explorar a arte como forma de atrair a atenção do povo Truká para contemplar suas raízes e identificar formas sutis de dominação, aproximando-se de um modo de vida mais sustentável. O Teatro-Fórum foi o ponto de partida para que os Truká pudessem explorar suas possibilidades de defesa diante dos ataques sofridos ao longo dos anos. Além disso, vislumbrou-se a perspectiva educativa, pois o estreitamento entre arte e educação demonstra que não existem fronteiras para o ensino por meio do teatro (Campanini; Rocha, 2021).

2.6 MARKETING SOCIAL: “MARKETING DO BEM”?

Conforme pôde ser observado nos capítulos anteriores, do ponto de vista do Buen Vivir, o consumo exacerbado é uma grande questão para o meio ambiente, por dezenas de fatores, incluindo o aumento da produção de lixo.

Entretanto, para as organizações empresariais, vender é a razão de existir no sistema capitalista vigente, e o composto de marketing (produto, preço, praça e promoção) é, segundo Karam (2024), essencial nesse processo, pois, além de conferir significado aos bens para que sejam buscados e consumidos, estuda as demandas não atendidas ou potenciais para orientar a

produção de bens e serviços que serão consumidos. Ou seja, fomenta e direciona a produção, o consumo e, teoricamente, gera lucro para a empresa.

Santos (2006) reflete sobre como o declínio das trocas comerciais fez a lei de Say perder significação e levou as empresas a buscar alternativas para vender mais e melhor. Em um mundo que experimentava a crise de 1930, as organizações começaram a sentir a necessidade de utilizar ferramentas que aumentassem as trocas comerciais e, a partir da Segunda Guerra Mundial, tornou-se ainda mais claro que “o processo de venda só tem suficiente consistência se emergir e se subordinar ao seu agente decisivo: o consumidor” (Santos, 2006).

O marketing é definido por Richers (2017) como as atividades de uma organização humana voltadas à busca e realização de trocas com o seu meio ambiente, visando benefícios específicos. Já Kotler e Armstrong (2023) afirmam que se trata do processo por meio do qual as empresas engajam os clientes, constroem relacionamentos e criam valor para eles para, em troca, poderem captar valor deles. Assim, se o consumo em excesso é prejudicial ao meio ambiente e o marketing impulsiona o consumo, poder-se-ia assumir que, por consequência, o marketing é prejudicial ao meio ambiente? Não necessariamente. Para muitas organizações, o custo ambiental acaba se tornando uma questão secundária; outras, no entanto, apostam em campanhas e ações que demonstram cuidado com o meio ambiente, inclusive com a intenção de atrair segmentos do mercado preocupados com a sustentabilidade.

A partir dos anos 1950, iniciou-se um movimento que viria a se tornar de grande relevância para as questões sociais e ambientais: o marketing social. Esse conceito teve sua gênese em um artigo publicado por Wiebe, no qual o autor afirma que objetivos sociais só serão alcançados por meio dos meios de telecomunicação quando as condições essenciais para um marketing eficaz forem atendidas. Tais condições seriam, principalmente, que o público deve estar fortemente motivado e objetivamente direcionado para um mecanismo social adequado, apropriado e acessível (Wiebe, 1951). Entretanto, segundo Stewart (2014), apenas vinte anos depois da publicação o marketing social começou a ser mais difundido.

De acordo com Kotler e Lee (2011), o marketing social é basicamente um processo que utiliza ferramentas de marketing comercial para planejar, executar e avaliar programas que possibilitem a mudança voluntária de atitude do público-alvo, sem gerar lucro financeiro para o profissional envolvido. Essa mudança geraria benefícios tanto para o próprio público-alvo quanto para a comunidade em geral.

Michael Rothschild (2010) afirma que o marketing social trata de gerenciar o ambiente para que o comportamento apropriado surja, sendo esse comportamento necessariamente importante para o bem-estar geral. No marketing empresarial, as preferências artificiais são o tema principal das atividades de marketing, enquanto, no marketing social, o bem-estar e as crenças da sociedade ganham mais importância nas estratégias das empresas. Para Sümer (2017), o principal objetivo do esforço de marketing social é criar mudanças comportamentais após a campanha ser apresentada aos consumidores-alvo. O marketing social, dessa forma, teria o potencial de modificar ações, transformar comportamentos e servir a um propósito transformador para as comunidades que dele fizerem uso.

É preciso mencionar que esse mecanismo possui algumas limitações. Uma delas é a dificuldade de obtenção de financiamento, em virtude de seus "lucros" serem difusos e não apresentarem retorno imediato (Santos, 2006). Outro desafio enfrentado pelo marketing social, segundo Rodríguez-Sánchez (2016), é que ele busca fazer com que as pessoas adotem comportamentos que podem entrar em conflito com seus próprios desejos, como evitar comidas gordurosas, reduzir o consumo de bebidas alcoólicas ou diminuir o tempo no banho.

Kotler e Zaltman (1971) afirmam que o marketing social deve ser um promotor de mudanças sociais, por meio do qual se pretende modificar comportamentos, atitudes e práticas em relação a um determinado fenômeno. Sob essa perspectiva, têm sido observados diversos casos de sucesso em sua utilização, os quais trouxeram resultados positivos em diferentes situações, como, por exemplo:

- **ALS Ice Bucket Challenge:** o desafio do balde de gelo – Em 2014, a campanha viral ALS Ice Bucket Challenge convocou pessoas ao redor do mundo para jogarem um balde de água gelada sobre si mesmas e, em seguida, desafiavam outras pessoas a fazerem o mesmo ou a doarem para a pesquisa sobre a esclerose lateral amiotrófica (ELA). Segundo Sümer (2017), a campanha arrecadou mais de US\$ 115 milhões para a ALS Association e aumentou significativamente a conscientização sobre a doença.

- **Campanha Dove Real Beleza:** A Dove lançou uma série de campanhas com o lema "Real Beleza", desafiando os padrões tradicionais e promovendo a autoaceitação. As iniciativas incluíram anúncios de TV, vídeos virais e ações em redes sociais que destacavam a diversidade de corpos e rostos femininos. Além disso, a campanha recebeu elogios por promover uma imagem mais realista da beleza feminina e fortalecer a autoestima das mulheres.

- **#MeToo**: A hashtag #MeToo foi criada como um esforço para acabar com a cultura do estupro. Segundo Hawkings et al. (2017), o movimento começou nas redes sociais com o intuito de reconhecer experiências de agressão e assédio sexual, o que levou à criação da hashtag #MeTooMen. O movimento incentiva as mulheres a compartilharem suas experiências de assédio e abuso sexual, visando responsabilizar os assediadores e oferecer apoio às sobreviventes.

- **Campanhas contra o tabagismo**: O Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) tem realizado diversas campanhas publicitárias contra o uso do tabaco, promovendo ações educativas e incentivando ambientes livres de fumo, além de criar peças publicitárias cujos “comandos são diretos ao público, com o objetivo de que as pessoas não fumem e optem por uma vida mais saudável” (Barros e Sauerbronn, 2021).

2.7 A RESIDÊNCIA SOCIAL – UM RELATO PESSOAL DAS CONTRIBUIÇÕES DA VIVÊNCIA NA FUNAI PARA ESTA DISSERTAÇÃO

Para fins de contextualização, a Residência Social é uma atividade curricular de aprendizagem prático-reflexiva do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Social da UFBA; um trabalho de campo que oportuniza ao estudante a imersão em uma realidade social que venha a contribuir para a sua pesquisa. No mapa desenvolvido pela coordenação do curso, podem ser encontrados diversos países que foram escolhidos por outros discentes para sediar suas respectivas residências. No meu caso, a escolha foi ficar no Brasil, optei pela FUNAI como instituição acolhedora, considerando que era preciso compreender os contextos socioeconômicos e políticos que influenciam diretamente a vida das comunidades indígenas.

A escolha da Fundação Nacional dos Povos Indígenas como instituição acolhedora foi motivada, entre outros fatores, pelo seu potencial para aprofundar este trabalho, proporcionando acesso a informações, experiências e interlocuções essenciais para a compreensão das dinâmicas que envolvem a gestão social e o desenvolvimento em territórios indígenas. Sendo o principal órgão responsável pela defesa dos direitos indígenas no Brasil, a FUNAI representa um espaço privilegiado para a análise das políticas públicas, dos desafios enfrentados pelas comunidades e das estratégias de resistência e fortalecimento cultural adotadas por esses povos.

A experiência ocorreu entre os dias 29 de julho e 16 de agosto de 2024, na Coordenação Regional da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, em João Pessoa, Paraíba, totalizando 120 horas dedicadas ao aprofundamento da pesquisadora na questão indigenista. Optei por estender

minha permanência além da carga horária obrigatória por compreender que havia muito a ser pesquisado naquele órgão.

Minhas primeiras impressões foram muito positivas: fui bem recebida por toda a equipe e percebi um ambiente organizacional equilibrado. Embora a estrutura física da instituição pareça aquém de sua relevância social e política, sua localização é acessível — a coordenação está situada no bairro dos Estados, próxima a restaurantes e shoppings. Segundo os servidores entrevistados, as limitações estruturais não reduzem sua determinação em desempenhar suas funções da melhor forma possível, embora tenham revelado que anseiam por investimentos na atual estrutura e pela sede que está em vias de ser construída.

A atividade possibilitou o conhecimento *in loco* das iniciativas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável voltadas aos povos indígenas potiguara e tabajara, assim como das estratégias de proteção e promoção de seus direitos e dos direitos do povo warao.

A FUNAI é responsável por promover políticas direcionadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, auxiliando na conquista de sua autonomia e autodeterminação plena no Brasil. Além disso, contribui para a consolidação do Estado democrático e pluriétnico. Esses princípios estão profundamente alinhados à minha pesquisa, tornando a FUNAI o local ideal para essa fase do estudo.

Como contrapartida, utilizei os dados coletados por meio de anotações e gravações para produzir e devolver à instituição um documentário e um relatório como resultado da minha estadia.

2.7.1 A experiência das entrevistas

Foram realizadas 12 entrevistas, das quais, 10 foram feitas com servidores da FUNAI e duas com indígenas. Foram obtidas algumas horas de gravação de vídeo e áudio, além de muitos relatos que não fui autorizada a gravar, mas que contribuíram para a escrita deste trabalho e ampliaram minha percepção sobre a vida indigenista.

Os servidores demonstraram um forte compromisso com suas funções, desde aqueles que atuam em setores administrativos até os que desempenham atividades finalísticas. Pude observar indígenas ocupando posições de comando, representando e defendendo os interesses de seus próprios povos.

Uma pergunta repetida a todos os servidores entrevistados foi: “Por que você escolheu o indigenismo?” As respostas variaram: alguns ingressaram na FUNAI por considerá-la um bom órgão para se trabalhar, outros se identificavam com a causa indigenista, mas, um deles quis atuar diretamente nas decisões que impactam os povos indígenas, e naturalmente, o seu próprio povo.

Eugênio Herculano, indígena do povo potiguara e atual coordenador estadual da FUNAI na Paraíba, sempre desejou participar ativamente das decisões que impactam sua aldeia, especialmente aquelas impostas de fora dela, geralmente por pessoas não indígenas. Consciente de que precisaria sair da aldeia para estudar, formou-se em Direito, mas jamais rompeu os laços com sua origem, mantendo-se em constante ligação com seu território como forma de reconexão e fortalecimento.

Apesar de ocupar hoje uma posição de destaque na sociedade, Eugênio relatou ter enfrentado preconceito em espaços predominantemente não indígenas, como a universidade, mas também que aprendeu a não se deixar diminuir por preconceitos alheios, que orgulha-se de sua trajetória e busca aprimorar-se continuamente para atender melhor às demandas de sua função como coordenador regional.

Ao entrevistar o senhor Jonilson Ernesto, que está há 46 anos na FUNAI, foram obtidas informações valiosas sobre diversos aspectos da instituição e do indigenismo. Ele relatou ter vivido um intenso choque cultural ao deixar Campina Grande, na Paraíba, para trabalhar na Amazônia, mas sabia que era essa a função que desejava desempenhar. Durante sua trajetória, passou 11 anos aldeado com os indígenas yanomami e conviveu também por um período com os povos tucano, desano e tariano.

Jonilson foi categórico ao afirmar que os yanomami são um povo extremamente reservado, com pouca interação até mesmo entre si. São desconfiados e, segundo ele, exigem cuidados específicos que respeitem essa característica.

Quando questionado sobre a situação atual dos yanomami, ele destacou que, apesar da intensificação dos cuidados médicos, ainda levará anos para erradicar doenças como a tuberculose, que são de difícil tratamento. Da mesma forma, a desnutrição é um problema que demandará tempo para ser resolvido. Com base em sua experiência, Jonilson ressaltou que, em caso de doença, os yanomami precisam receber a medicação diretamente, pois, caso contrário, não a tomam.

O servidor relatou ter enfrentado conflitos diretos com garimpeiros e venezuelanos que invadiam as terras indígenas yanomami para explorar suas riquezas. Ao longo de sua atuação, Jonilson e sua reduzida equipe chegaram a expulsar mais de 5.000 garimpeiros ilegais, especialmente na região do Pico da Neblina. Para monitorar a presença de invasores, realizavam duas visitas mensais ao local. Ele afirmou ter recebido ameaças de morte em diversas ocasiões, mas, segundo suas próprias palavras, precisava continuar, pois essa era sua missão.

Jonilson destacou que, para permanecer na atividade indigenista, é necessário um profundo comprometimento com a causa. Ressaltou ainda que a instituição deveria impor certos limites, pois nem todos os servidores que ingressam por concurso público possuem o perfil adequado para esse tipo de trabalho. Segundo ele, a situação é ainda mais desafiadora no Norte do país, onde, em algumas regiões, são necessários vários dias de viagem — seja por embarcações, a pé ou até mesmo por via aérea —, o que leva muitos novos servidores a desistirem do cargo antes mesmo de chegarem às aldeias.

Antes da intervenção da FUNAI, décadas atrás, alguns povos viviam em grandes habitações coletivas. Na época, a instituição — então responsável pela gestão da saúde indígena, antes da criação da Fundação Nacional de Saúde — observou que, diante da vulnerabilidade imunológica desses povos, surtos de doenças frequentemente resultavam em mortes por contágio direto. Como medida preventiva, a FUNAI incentivou a adoção de moradias individualizadas. Jonilson afirmou que estava à frente de quase todas as atividades desenvolvidas dentro das aldeias em que vivia: educação, saúde, segurança. Hoje, apesar da descentralização ocorrida, muitos servidores, como ele, por falta de contingente e dificuldades que o próprio Estado enfrenta, continuam desempenhando, em alguma medida, todos esses papéis.

Por questões de saúde, o servidor precisou retornar ao Nordeste, onde permaneceu atuando junto aos indígenas de Pernambuco, e mais recentemente, recebeu um convite da instituição para atuar na Paraíba. Embora pudesse ter se aposentado há mais de dez anos, optou por continuar em serviço, pois, segundo ele, depois de dedicar tantos anos à causa indígena em diferentes regiões do Brasil, sentia que também era justo contribuir com o povo tabajara. Quando os próprios tabajara o procuraram, decidiu aceitar o desafio e seguir na atividade. A comunidade tabajara luta há 19 anos pela demarcação de suas terras.

Na entrevista com a servidora Juliana Trindade, ouvi sobre os desafios enfrentados pela instituição no atendimento aos refugiados e migrantes da etnia warao, provenientes da

Venezuela. Pela legislação vigente, esses indígenas não possuem direito a territórios no Brasil, pois não são considerados povos originários do país, o que os coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade. Os warao são frequentemente expostos a ataques racistas e xenofóbicos.

Sobre a questão financeira, Juliana reforçou a fala de Jonilson, informando que, mesmo que não devam, às vezes, por falta de insumos, apoio e recursos no órgão, os servidores são obrigados a arcar com os custos de combustível para viagens, ou com remédios e alimentos para indígenas em situação de vulnerabilidade.

A servidora expressou profunda frustração diante das limitações institucionais, ressaltando o sentimento de impotência frente às dificuldades enfrentadas pelos warao. Juliana, também referiu que do seu ponto de vista, desde que a fundação perdeu a sua competência de promoção da saúde e educação indígena, perdeu também um pouco da sua identidade institucional, por ser ainda o principal órgão de demanda dos indígenas, mas hoje sem o caráter de execução. Referiu ainda que mesmo sem deter a competência formal, em decorrência das carências, o órgão acaba absorvendo certas demandas de outros executores das políticas públicas.

O servidor Antônio Neto trouxe à tona uma questão importante dentro dos desafios institucionais: a influência da política. Ele ressaltou que, entre 2019 e 2022, uma das metas do governo federal era não demarcar terras indígenas nem fortalecer a FUNAI. Além disso, apontou que o Congresso Nacional, majoritariamente não indigenista e fortemente alinhado ao agronegócio, geralmente não apoia a causa indígena.

O servidor Wdson Gomes, cuja atuação é voltada à promoção dos direitos sociais e da cidadania das comunidades indígenas no estado, destaca que o número de servidores no Brasil é extremamente reduzido, o que impossibilita o atendimento adequado às demandas. O departamento de Wdson lida com questões civis, como a emissão de documentos e a aposentadoria especial, além de prestar suporte em demandas culturais, como a organização de eventos nas aldeias. No entanto, ele também acaba desempenhando atividades que contribuem para o etnodesenvolvimento.

O etnodesenvolvimento, por sua vez, é de responsabilidade do SEGATI. Uma ação do setor que me chamou a atenção foi o esforço para mitigar os impactos ambientais causados pela monocultura, que não apenas destrói espécies da flora antes utilizadas no artesanato, mas

também afeta a fauna local. Uma das espécies em risco de desaparecimento é a mangaba, fruta muito apreciada, utilizada tanto na farmacologia quanto na produção de látex.

A FUNAI adquire ferramentas, materiais para artesanato e pesca, buscando fomentar o etnodesenvolvimento, sempre com a preocupação de ouvir as demandas dos povos indígenas. No entanto, a carência de servidores especializados foi novamente mencionada, desta vez pela servidora Gabriela, que ressalta que a presença de profissionais com formações mais específicas, como agrônomos, permitiria uma atuação muito mais eficaz.

Sobre a falta de mão de obra, a servidora Gabriela confirma a necessidade enfrentada na instituição, mas destaca a importância de treinamentos mais específicos para o indigenismo. Além do aumento no quadro de servidores, ela sugere que esses profissionais recebam as devidas capacitações.

Tatiana Brito, bacharel em direito, que sempre se identificou com a área social, revela que passou por momentos muito difíceis no Amazonas, quando lidou com o povo kanamari e com os madiha kulina no período da pandemia de COVID-19, com uma equipe muito reduzida. Tatiana relembrou que eram apenas três servidores para atender cerca de 5.000 pessoas em três municípios (Envira, Itamarati e Ipixuna). Apesar de ter sido contratada para lidar com questões jurídicas, em alguns momentos precisou assumir outros papéis, e enfrentou desafios pessoais para se adaptar. A servidora afirmou, porém, que toda vez que um benefício previdenciário era concedido para algum indígena em decorrência do trabalho realizado por ela, era como um sinal de que estava fazendo a coisa certa.

Outros servidores também destacaram os desafios relacionados às grandes distâncias e dificuldades de acesso, mas enfatizaram a beleza e a pluralidade das culturas indígenas no Brasil, além da satisfação de contribuir para sua preservação.

Rony Pinheiro, que se identifica especialmente com a parte finalística do trabalho indigenista, considera gratificante alcançar resultados positivos. Apesar de reconhecer que a atividade é árdua e pouco reconhecida, mantém a convicção de que deve continuar fortalecendo o indigenismo.

Para Rony, suas principais ressalvas em relação ao trabalho dizem respeito à falta de valorização e às condições precárias, que pouco favorecem os servidores. Ainda assim, ele considera o indigenismo uma missão de vida. Segundo ele, ou a pessoa ama a causa indígena, ou não consegue permanecer na função.

Com vasta experiência no setor de gestão ambiental e fiscalização, Rony relatou momentos de tensão em operações contra o desmatamento e garimpos ilegais. Apesar dos riscos envolvidos, ele afirmou que não havia alternativa senão cumprir sua função: "era minha atribuição e eu tinha que fazer".

O servidor Jairo Magalhães, que optou por não gravar entrevista, forneceu dados valiosos. Sua vasta experiência permitiu que eu me conectasse com territórios que desconhecia e compreendesse melhor a pluralidade dos povos indígenas.

Dentre as muitas histórias narradas por Magalhães, uma em especial me chamou a atenção: sua atuação no contato com o povo sapanawa, que vivia em isolamento até 2014. O indigenista explicou que a política da FUNAI é proteger os indígenas isolados, publicando portarias que restringem o acesso a terras indígenas e fiscalizando essas áreas. No entanto, nesse caso específico, os sapanawa procuraram a FUNAI em busca de ajuda contra os mashco piro, um povo do Peru que os estava atacando. A situação evidencia a complexidade das relações entre povos indígenas em isolamento e a importância do papel da FUNAI na mediação e proteção desses grupos.

Jairo compartilhou muitas outras vivências, falando-me sobre os huni kuin, sua tecelagem e cerâmica; os ashaninka e seus kushmas (trajes tradicionais); os yawanawa e sua forte coesão grupal, "como uma queixada: todos juntos"; além dos katukina, shanenawa, madija, nukini, poyanawa, sayanawa e de povos indígenas em isolamento. Foram verdadeiras aulas, impossíveis de abarcar completamente neste relatório. Ele também narrou momentos difíceis de sua trajetória indigenista que não foram reproduzidos, mas que contribuíram significativamente para meu entendimento da causa.

Além dos servidores, foram realizadas duas entrevistas com indígenas que visitaram a coordenação da FUNAI para tratar de questões territoriais e culturais, incluindo o etnomapeamento dos povos potiguara e tabajara e os desafios enfrentados na demarcação de terras. Um deles foi o cacique Paulo Tabajara que me disse: "Os tabajara são considerados o povo ressurgido, estiveram extintos por um longo período e, hoje, são exemplo de luta pelo reavivamento de sua história." Segundo ele, os tabajara foram um dos primeiros povos da região nordestina a entrar em contato com os colonizadores e sofreram os impactos desse processo de maneira muito severa, mas não aceitaram o apagamento de sua cultura. Atualmente, continuam lutando por seus direitos à terra. Cacique Paulo afirmou que o marco temporal representa um

grande retrocesso nessa batalha, ressaltando que a especulação imobiliária e o poder do capital não podem penalizar mais uma vez o seu povo.

Além do cacique, a indígena Milena Tabajara, em entrevista, destacou o papel fundamental das mulheres na luta do povo tabajara pela demarcação de suas terras. Para ela, porém, é difícil ter que lutar por algo que já pertence ao seu povo.

Outro ponto relevante durante a Residência Social foi a visita da presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, primeira mulher indígena a ocupar esse cargo. Em reuniões com os servidores, ela analisou o panorama da regional, proporcionando um momento essencial para compreender os desafios administrativos e institucionais na implementação das políticas indigenistas. Além disso, sua presença reforçou, mais uma vez, a importância de indígenas ocuparem posições de liderança e decisão.

No que se refere à área administrativa, constatou-se que os desafios enfrentados são semelhantes aos de outros órgãos públicos. Tanto a servidora Marlene, do setor de gestão de pessoas, quanto Manoel Neto, do setor de contratação e aquisição, relataram que, apesar das especificidades da FUNAI, a estrutura administrativa segue o mesmo formato encontrado em outras repartições públicas.

Manoel, que passou muitos anos em setores finalísticos, recentemente aceitou o convite para atuar no apoio administrativo da Regional de João Pessoa. Ele afirmou que não há serviço melhor ou pior; tanto a parte gerencial quanto a finalística possuem prós e contras, mas revelou sentir falta do dia a dia em campo.

Sivaldo Nascimento, outro servidor entrevistado, mencionou que, assim como em outros órgãos públicos em que trabalhou, frequentemente enfrenta cobranças devido aos critérios e trâmites exigidos no desempenho de suas funções relacionadas aos contratos administrativos.

2.7.2 Conclusões

Essas experiências e relatos ressaltam a complexidade do trabalho indigenista e os desafios contínuos enfrentados pelos servidores da FUNAI. As narrativas destacam as diferentes realidades vivenciadas pelas comunidades e a complexidade da atuação da FUNAI em contextos diversos.

Apesar das dificuldades estruturais e administrativas, os servidores demonstram um forte compromisso com a causa. Já a visita da presidente Joenia Wapichana, e o fato de o

coordenador regional da FUNAI em João Pessoa ser indígena por exemplo, reforçou a importância da presença indígena em posições de liderança, o que, sem dúvida, contribui para a construção de políticas mais sensíveis e eficazes no enfrentamento das questões que envolvem os povos indígenas.

As vivências e os desafios apresentados durante este período de Residência Social, aliados às reflexões sobre a importância do etnodesenvolvimento e da valorização das culturas indígenas, consolidam-se como elementos fundamentais na formação da pesquisa, apontando caminhos para uma atuação mais integrada e eficaz na defesa e promoção dos direitos indígenas.

A Residência Social foi fundamental para o meu processo de entendimento das dinâmicas que permeiam o indigenismo. A experiência proporcionou um contato mais próximo com os atores envolvidos na luta pelos direitos indígenas e permitiu uma investigação aprofundada dos impactos do desenvolvimento sobre a aldeia estudada por mim em Pernambuco. A partir dessa vivência, pude compreender, com maior sensibilidade e embasamento, os desafios e as potencialidades que permeiam a realidade indígena no Brasil.

Ao longo do processo, a importância da gestão social como ferramenta essencial para a promoção de mudanças significativas na sociedade foi reafirmada. A experiência também reforçou minha convicção sobre a necessidade de uma maior participação indígena na formulação e implementação de políticas públicas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Finalizei minha rotação entre os setores da Coordenação Regional, consolidando os aprendizados adquiridos ao longo da experiência. Participei de uma reunião de fechamento com a equipe da FUNAI que me recebeu, na qual compartilhei minhas impressões sobre o trabalho desenvolvido e discutimos possíveis caminhos para aprimorar algumas iniciativas em São Félix

Essa experiência também reafirmou minha crença na gestão social como ferramenta transformadora para a promoção de mudanças significativas, além de destacar a urgência de garantir maior participação indígena na formulação de políticas públicas. Concluí minha rotação com a sensação de que, além de fortalecer a escrita da minha dissertação, além disso, a Residência abriu novas possibilidades de estudo e pesquisa para o futuro.

Como resultado principal, realizei um documentário, que será uma contribuição importante para a divulgação das realidades e desafios enfrentados pelos servidores da FUNAI,

e pode ser acessado no canal <https://www.youtube.com/@nandarochamusica>. A versão completa do documentário será publicada em breve.

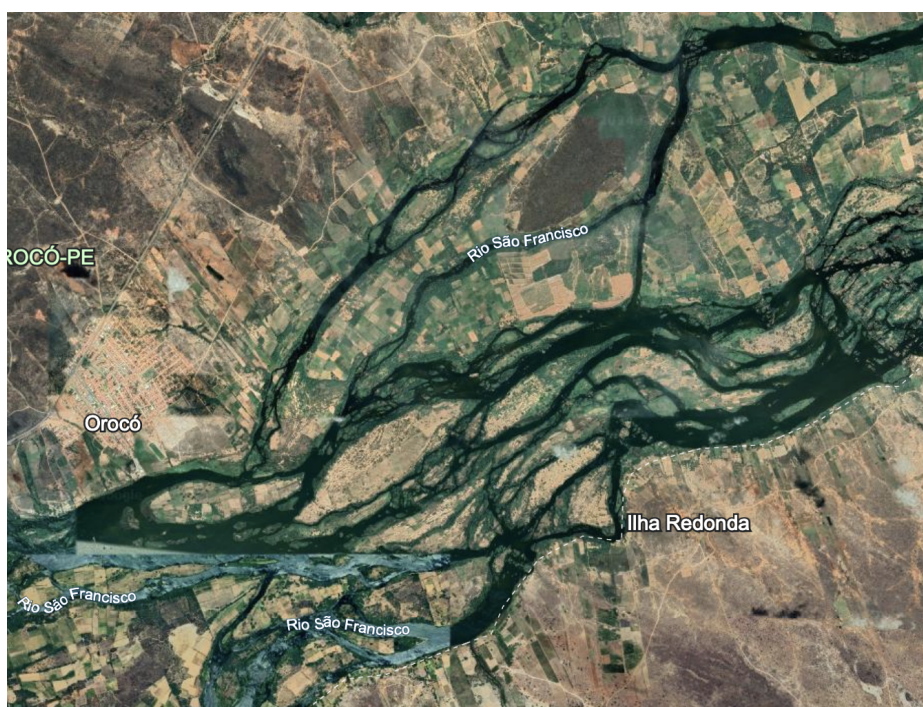
3 O POVO TRUKÁ - TERRITÓRIO E IDENTIDADE

O grupo étnico que hodiernamente se reconhece como truká habita as margens do Rio São Francisco. A maior parte das aldeias situa-se em território pernambucano, nos municípios de Orocó, Cabrobó e Belém do São Francisco, distribuídas pelas ilhas da Assunção, Porto Apolônio Sales, Tapera, São Félix, Missão e Ilha da Vargem. No entanto, Florêncio (2020) aponta que, no estado da Bahia, existem a aldeia truká Camixá, em Sobradinho, e os truká-Tupan, em Paulo Afonso.

A Ilha da Assunção, também conhecida como Nossa Senhora da Assunção, Ilha Grande ou Aldeia Mãe, possui uma importância histórica e cultural significativa para o povo truká, pois deu origem às demais aldeias da região. Localizada em um arquipélago composto por aproximadamente 80 ilhas e ilhotas, nos municípios de Cabrobó e Orocó, a Ilha da Assunção estende-se por 5.769 hectares, sendo reconhecida como um dos principais territórios de preservação da identidade e das práticas culturais do povo truká.

Neste trabalho, examina-se especificamente os truká residentes na Ilha de São Félix e suas interlocuções com os indígenas que vivem no arquipélago fluvial do São Francisco pertencente ao referido município.

Figura 6 - Vista aérea da cidade de Orocó



Fonte: Imagem extraída do site Google Earth em 17 de setembro de 2024.

Em 1993, a Terra Indígena truká foi reconhecida pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos indígenas, conforme a Portaria nº 315, de 17/08/1993. Em 2002, a terra foi delimitada com 5.769 hectares, aproximadamente 173 km de perímetro, e reconhecida como Terra Indígena truká, abrangendo, além da ilha da Assunção, localizada em Cabrobó, outras 73 ilhas e ilhotas. O reconhecimento da TI foi oficializado pela Portaria nº 26, do Ministério da Justiça, em 28 de janeiro de 2002.

Atualmente, a terra indígena ainda está na fase de reconhecimento, ou seja, continua em processo de regularização definitiva. Esse patamar foi alcançado em 2002 e, até hoje, não avançou em direção à demarcação definitiva das terras.

A população total do povo truká, segundo o Censo 2022, é de cerca de 3.500 pessoas. No entanto, de acordo com estimativas das lideranças locais das aldeias, esse número estaria mais próximo de 6.000 pessoas. Optou-se por considerar também essa estimativa na pesquisa, pois, diante das dificuldades enfrentadas para a realização do recenseamento em áreas de difícil acesso e considerando a especificidade de uma população indígena com dinâmicas populacionais particulares, como migrações, é possível que os dados apurados pelos próprios indígenas e por órgãos ligados a eles sejam mais completos.

Os truká, assim como boa parte dos grupos conhecidos como emergentes, encontram-se em um processo interno de retomada de sua identidade indígena. Esse movimento tem início com um renovado interesse por aspectos culturais, como o artesanato, e pelo registro das memórias dos mais velhos da comunidade.

Esse processo de escuta, aliado ao fortalecimento da produção artesanal (especialmente artigos de decoração em palha), tem impulsionado essa (re)construção identitária, contribuindo, ainda que de forma gradual, para um movimento que vem se intensificando nos últimos anos.

Figura 7 - Localização das Aldeias truká em Pernambuco



Fonte: Desenvolvida pela autora

Uma questão relevante acerca da localização geográfica do território truká é o fato de estar inserido na região conhecida como *Polígono da Maconha*. Essa área tem sido historicamente associada ao narcotráfico, que explora a vulnerabilidade socioeconômica da população local para manter e expandir suas atividades ilícitas. Nesse contexto, comunidades indígenas, como os truká, têm sido diretamente afetadas, como será detalhado a seguir.

3.1 HISTÓRIA E LUTAS

A história escrita do povo truká começa a ser contada a partir da chegada dos primeiros não indígenas à região: os frades capuchinhos e os exploradores, em meados do século XVII.

De acordo com Pereira, Florêncio e Santos (2022), em 1761, a Aldeia Nossa Senhora da Assunção, que contava com aproximadamente 400 indígenas, prosperou e foi reconhecida como paróquia. Entretanto, em 1798, uma grande enchente derrubou a igreja e as casas da vila, causando uma migração para outras ilhas e locais mais altos. Segundo Batista (2004), os indígenas se referem a essa grande enchente como o "Dilúvio" e afirmam que, após sua ocorrência, houve a separação de uma grande porção de terra que se tornou a Ilha da Assunção — também chamada "Ilha Mãe" —, além de outras ilhas que formam o seu arquipélago.

Além das migrações ocasionadas por fenômenos naturais, o povo truká também passou por diversos deslocamentos forçados ao longo do tempo. De acordo com a antropóloga Mércia Batista (2004), os truká foram expulsos de suas terras em diferentes momentos por forças governamentais, eclesiásticas e pela elite local.

Segundo Batista e Corrêa (2008), registros históricos indicam que, a partir do século XIX, iniciou-se uma situação de conflito entre os indígenas que residiam no interior da ilha e os ocupantes não indígenas, envolvendo disputas pelo controle da terra, dos rebanhos e da mão de obra indígena. Com a venda da Ilha da Tapera, em 1920, pelo bispo de Pesqueira, os indígenas foram reduzidos à condição de foreiros, agravando os conflitos e impulsionando um processo de resistência e luta pelo território.

As primeiras reivindicações formais do povo truká pela posse de seu território são documentadas em meados da década de 1940. De acordo com Oliveira (2023), os truká, em busca da posse de suas terras, seguiram os conselhos dos indígenas tuxá da cidade de Rodelas-BA, que lhes forneceram informações sobre o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado pelo Governo Federal para prestar assistência aos indígenas e que, mais tarde, se tornaria a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Oliveira (2023) ainda menciona que, devido à violência, aos assassinatos e ao tráfico de drogas na região, os indígenas passaram a ocupar outras ilhas entre Cabrobó e Orocó.

Já na década de 1980, os indígenas empreenderam um grande processo de retomada, que apenas se concretizou em 1999, com a expulsão de posseiros, religiosos e criadores de gado, tornando o Arquipélago de Assunção — formado pela Ilha Grande e diversas ilhas menores, no Rio São Francisco, no município de Cabrobó-PE — território indígena (Batista, 2004).

Esse processo foi longo e desgastante. Em um documento da década de 1980, intitulado Informações gerais sobre a situação dos wassu e truká, Almeida (1981) cobra providências

acerca do reconhecimento de cinco grupos indígenas e menciona uma ação que já se estendia por mais de trinta anos.

Almeida (1981), ao solicitar um levantamento de identificação étnica, destaca que, pelo fato de os grupos não viverem em terras oficialmente reconhecidas como indígenas, estavam sendo assistidos de forma precária pelos órgãos competentes e sofriam constantes invasões por parte da população local.

O documento também menciona um ofício recebido que solicitava providências acerca do direito de posse das terras indígenas da Ilha da Assunção, ocupadas, em grande parte, pela empresa SEMEMPE – Companhia de Sementes e Mudas de Pernambuco. A empresa alegava deter os títulos de propriedade da área e, para manter um convívio pacífico com os indígenas, doava sementes para o plantio, permitindo que, após a colheita de milho e feijão, os indígenas utilizassem a terra.

Um dos trechos mais contundentes do documento relata um ataque da polícia da cidade de Cabrobó, supostamente a mando da SEMEMPE, que culminou na morte do indígena Berto Cirilo dos Santos. Durante o ataque, idosos, mulheres e crianças foram espancados, e suas plantações, destruídas.

No ano de 1981, fortes chuvas inundaram as poucas áreas de cultivo dos truká. Na ocasião, a Delegacia Regional da FUNAI, por meio de uma carta, pediu à SEMEMPE o remanescente das sementes de feijão impróprias para venda, com o intuito de alimentar a população indígena. Também solicitou parte das terras para que, ainda que de forma precária, os indígenas pudessem trabalhar.

A necessidade de pedir autorização a uma empresa para utilizar — e ainda de forma transitória — terras que sempre foram de usufruto indígena evidencia a gravidade da situação enfrentada pelo povo truká. Além disso, a intimidação e a violência provocadas por agentes públicos demonstram que, muitas vezes, o Estado não age em favor dos menos favorecidos, mas conforme seus próprios interesses.

Historicamente, o povo truká, conhecendo suas terras e as dinâmicas geográficas da região, podia migrar entre as ilhas e territórios durante períodos de chuvas intensas. Entretanto, essa possibilidade foi gradativamente negada em razão da apropriação das terras por particulares e empresas.

Batista (2004) revela que os truká realizaram diversos processos denominados por eles como "Retomadas" — lutas pela reintegração de posse de territórios habitados ancestralmente

pelo povo, mas que estavam ocupados por não indígenas, incluindo posseiros, agricultores e criadores de gado locais. Entre 1981 e 1999, ocorreram quatro grandes eventos de retomada, que proporcionaram conquistas significativas para os truká, mas que também resultaram na morte de indígenas e não indígenas. Segundo a autora (2004), esses eventos foram:

I Retomada – 1981. Objetivo: Assegurar terras delimitadas pela FUNAI;

II Retomada – 1994. Objetivo: Retomar as terras que estavam em poder de Apolinário Siqueira (vulgo Xinxá da Cebola);

III Retomada – 1995. Objetivo: Retomar as terras sob dominação de Cícero Caló e do IPA (Instituto Pernambucano de Pesquisa Agropecuária);

IV Retomada – 1999. Objetivo: Finalização dos processos de retomada da Ilha da Assunção e regularização da área do arquipélago como Território Indígena (TI).

Muitos indígenas perderam a vida no processo de retomada de suas terras tradicionais, como é o caso de Dena Truká (Adenilson dos Santos, 38 anos) e seu filho Jorge Truká (17 anos), líderes assassinados em 2005 durante a luta pela terra. Em 2016, o atual cacique Yssô Truká sofreu um atentado, no qual, segundo publicação do CIMI (2016), não houve indícios de assalto e nenhum bem foi subtraído da vítima.

De acordo com a Folha de São Paulo (2007), membros das aldeias truká têm sido cooptados por traficantes para trabalharem nas lavouras ilegais. A falta de alternativas econômicas e a pressão dos grupos criminosos frequentemente colocam os indígenas em situações de risco, forçando-os a colaborar com o tráfico em troca de sobrevivência. Aqueles que resistem a essa cooptação e se opõem às atividades ilícitas enfrentam graves consequências. Em um caso emblemático, a liderança indígena Mozeni Araújo, candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores, esteve ativamente envolvido, já em 1994, no processo de expulsão dos invasores do território tradicional truká, na Ilha da Assunção, no Rio São Francisco, que abrange 6.500 hectares. Mozeni também se opôs à utilização das terras truká para finalidades ilegais e foi testemunha ocular dos crimes que resultaram na morte de Dena e Jorge Truká. Ao lutar pelos direitos de seu povo, fez inimigos em várias frentes e denunciou os crimes que presenciou. Segundo relatório da Polícia Civil, foi assassinado a mando dos narcotraficantes da região (Rebello, 2008).

Essa realidade evidencia a complexa relação entre o crime organizado, fazendeiros e as comunidades indígenas da região. A ausência de políticas públicas eficazes para promover o desenvolvimento sustentável e proteger os direitos indígenas contribui para a perpetuação da violência e da exploração. Espera-se que a situação fundiária do povo truká seja resolvida de maneira definitiva, para que mais nenhum indígena precise perder a vida para defender seu território.

Além das disputas e do apagamento, há um movimento de resistência. Diversos veículos de comunicação noticiaram, em 2021, a demolição de uma igreja neopentecostal construída irregularmente na Ilha de Assunção, território truká. Durante a ação, os indígenas entoaram cânticos e derrubaram a construção, defendendo seu território e identidade, mas não sem antes tentar o diálogo, conforme relatado por Nunes (2021). A demolição também foi uma resposta ao desrespeito com que a espiritualidade do povo truká foi tratada pelos líderes religiosos da igreja, que zombaram dos encantados de luz em uma live publicada no mesmo período.

Atualmente, há uma convivência pacífica entre a igreja católica e o povo truká, que vive o sincretismo religioso. Esse contexto sugere que a reação à construção do templo e ao desrespeito sofrido não se trata de uma oposição ao cristianismo, mas de um ato de resistência contra qualquer denominação religiosa que tente subjugar o povo truká mais uma vez.

3.2 ASPECTOS COSMOLÓGICOS

O povo truká mantém uma ligação profunda com seu território, que, conforme Schillaci (2017), além de estar alinhado aos elementos identitários, é um espaço de memórias coletivas onde se assentam e se enraízam sua cosmologia e tradição. Dessa forma, os movimentos de reivindicação e defesa dessas terras possuem um significado que vai além da questão material, carregando uma dimensão espiritual e histórica.

O território, "onde se realizam as relações sociais e ecológicas, é o espaço cosmológico onde a identidade e a especificidade étnica são construídas e afirmadas, a partir da profundidade histórica dessas relações" (Schillaci, 2017, p. 123). Essa afirmação reforça a importância do lugar, que não é apenas a morada dos vivos, mas também o lar dos Encantados.

De maneira geral, os truká, assim como a maioria das comunidades indígenas do Nordeste, fazem uso da jurema (*Mimosa hostilis*) e do complexo ritual do toré. Essas práticas formam a base da religiosidade truká e sustentam sua identidade étnica.

Para os truká, o mundo é habitado pelos Encantados, ancestrais que se transformaram em seres espirituais e que possuem uma forte conexão com os elementos da natureza.

Na comunidade de São Félix, entretanto, a vivência da cosmologia está restrita à sua prática cotidiana. A jurema é utilizada apenas em momentos muito específicos, como quando um "juremeiro" de outra aldeia é convidado pelo cacique para conduzir um ritual. Da mesma forma, o toré ocorre apenas quando há visitas de membros de outras comunidades, o que acontece poucas vezes ao longo do ano.

3.3 ECONOMIA E ETNODESENVOLVIMENTO

Na aldeia de São Félix, assim como em outras comunidades da região, a economia local é predominantemente caracterizada pela prática da agricultura familiar. Os moradores cultivam o suficiente para atender às suas necessidades, e os eventuais excedentes da produção são comercializados no mercado local da cidade de Orocó. No entanto, esse excedente não constitui um pilar sólido da estrutura econômica da comunidade, sendo, portanto, um complemento instável e secundário para a subsistência.

Além da agricultura, grande parte da renda das famílias provém de programas sociais, como o Bolsa Família, e de benefícios previdenciários, incluindo aposentadorias e pensões. Esses benefícios se destacam como fontes essenciais de sustento financeiro, evidenciando uma dependência significativa da população em relação ao Estado para garantir o mínimo de segurança econômica.

Em termos de políticas públicas e apoio institucional para o desenvolvimento da comunidade, o cenário é de fragilidade. O apoio oferecido pelo município à geração de renda e à produção local é limitado e não oferece um suporte estrutural robusto que permita a emancipação econômica da população. A ausência de incentivos adequados reflete a falta de políticas direcionadas ao fortalecimento das atividades produtivas, o que contribui para a vulnerabilidade socioeconômica da aldeia.

No que diz respeito ao papel das instituições, como a FUNAI, observou-se que sua atuação na Ilha de São Félix, particularmente no que concerne ao etnodesenvolvimento, é praticamente inexistente. Esse vazio institucional implica uma negligência em relação às demandas específicas da comunidade indígena, especialmente no que tange à promoção de

estratégias que alinhem o desenvolvimento econômico à preservação das práticas culturais e ambientais tradicionais.

3.4 RELAÇÕES DE PODER

A liderança da comunidade é exercida por um cacique, que centraliza a tomada de decisões a partir de reuniões e conversas com as famílias. Essas decisões são compartilhadas e definidas com outras lideranças da comunidade, escolhidas entre os membros das famílias locais. Os truká fundaram uma associação, cuja sede fica na cidade de Cabrobó, dirigida por mulheres. Elas também são a maioria dos membros dessa associação, promovendo um equilíbrio em relação à questão da igualdade de gênero.

É prática da comunidade realizar reuniões sempre que há a necessidade de tomar decisões importantes; no entanto, ao final, cabe ao cacique geral a decisão final. O cacicado é exercido por Yssô Truká, cujo nome civil é Ailson Santos, liderança do povo truká que luta pela demarcação das terras indígenas tradicionais e pelos direitos de seu povo.

3.5 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

A relação da comunidade com as instituições de governo, tanto na esfera municipal quanto na estadual, é pontual, restringindo-se a algumas ações de apoio.

Quanto ao órgão indigenista, no caso, a FUNAI, a comunidade é assistida, ao menos no que concerne à jurisdição, pela Coordenação Regional Baixo São Francisco, localizada no município de Paulo Afonso (BA), e pela Coordenação Técnica Local de Cabrobó (PE).

A FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas realiza um trabalho de estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas, a FUNAI desempenha a função de promover ações de etnodesenvolvimento nas aldeias, entre outras muitas atividades. Cabe a este órgão orientar os indígenas sobre ações de etnodesenvolvimento nas aldeias, fortalecendo suas formas de organização a partir dos seus modos de vida tradicionais, e trabalhando juntamente com as lideranças para encontrar a melhor maneira de constituir personalidades jurídicas que permitam ampliar a escala de comercialização.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa aplicada que buscou fortalecer a cultura ancestral do povo truká da Ilha de São Félix, em Orocó, Pernambuco. Para isso, foram lembradas e, posteriormente, transmitidas tradições que, ao longo dos anos de colonização e exploração, foram desvalorizadas e depauperadas.

A trajetória metodológica foi estruturada em dois momentos distintos e complementares: a coleta de dados primários e a aplicação da metodologia RARA.

O estudo tem como ponto de partida uma situação social concreta a ser transformada, conceito que Kurt Lewin define como pesquisa-ação (Franco, 2005; Haguette, 1987). O objetivo foi promover, por meio da reflexão gerada nos sujeitos envolvidos, o fortalecimento da percepção sobre a importância dos recursos naturais, do desenvolvimento sustentável e da transmissão desses conhecimentos para a sociedade envolvente. Esta, por sua vez, também impacta e é impactada pela presença da população indígena que habita a região. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa são, essencialmente, os próprios truká, mas reconhece-se que a população ao redor também pode ser diretamente afetada pelo fortalecimento da cultura indígena.

Busca-se, assim, o fortalecimento da cultura truká, de modo que a sociedade envolvente se sinta convidada a enxergar os recursos naturais locais com mais respeito. Essa mudança foi estimulada por meio da reflexão sobre os antigos modos de cultivo e as práticas atuais, bem como pela investigação sobre o descarte do lixo, incluindo o lixo eletrônico. Conforme Amorim et al. (2024), o lixo eletrônico tem se tornado um problema ambiental global e, ainda que o território truká não seja densamente povoado, a contaminação advinda de um único dispositivo pode causar impactos significativos ao meio ambiente e à população.

Além disso, buscou-se estabelecer um diálogo entre as práticas culturais ancestrais do povo truká e o modelo de vida sustentável, essencial para a preservação do planeta. A intenção foi evidenciar, ao rememorar tais práticas, a relação entre a história desse povo e sua tradição de respeito à natureza. Para a coleta de dados, foram realizadas reuniões com o grupo de moradores, além de entrevistas individuais com os sujeitos envolvidos.

A autora não apenas buscou alterar a realidade estudada, mas também se reconhece como parte do processo, alinhando-se à perspectiva da pesquisa-ação, conforme Franco (2005).

Uma investigação que caminhe na direção da transformação de uma realidade, implicada diretamente na participação dos sujeitos que estão envolvidos no processo,

cabendo ao pesquisador assumir os dois papéis, de pesquisador e de participante, e ainda sinalizando para a necessária emergência dialógica da consciência dos sujeitos na direção de mudança de percepção e de comportamento” (Franco, 2005, p. 5).

A escolha por esse modelo de pesquisa seguiu o repertório bibliográfico aqui disposto, que versa sobre a não-dominação e a socialização das decisões sobre um território.

Esta pesquisa classifica-se como exploratória, uma vez que se utilizaram dados primários coletados diretamente dos moradores da Ilha de São Félix, majoritariamente indígenas da etnia truká. A intenção de utilizar esse tipo de dados, a princípio, foi obter proximidade com a população, já que, segundo Theodorson e Theodorson (1970), a pesquisa exploratória pode ser usada para que o pesquisador obtenha familiaridade com um fenômeno que pretende investigar, valendo-se de uma grande variedade de técnicas. Assim, primeiramente, buscaram-se informações básicas por meio de entrevistas preliminares, sem instrumento formal de coleta, com uma pequena amostra, para então partir para outras etapas da pesquisa.

Ainda segundo Theodorson e Theodorson (1970), o estudo exploratório permite ao investigador definir seu problema de pesquisa e formular sua hipótese com mais precisão. Foi assim que se realizou a formulação do problema de pesquisa, que, a princípio, voltava-se apenas para o desenvolvimento econômico aliado à identidade do povo truká, mas, posteriormente, percebeu-se que a questão da preservação ambiental estava intrinsecamente ligada ao problema inicial, o que tornou necessária sua inclusão na abordagem.

Também a partir do estudo exploratório, foi possível escolher as técnicas mais adequadas para a investigação, decidir sobre as questões que mais necessitavam de ênfase e investigação detalhada e perceber potenciais dificuldades, sensibilidades e áreas de resistência, tal como preconizado pelos autores citados.

A decolonialidade foi trabalhada ao longo da pesquisa, com o objetivo de apontar caminhos para a desconstrução dos padrões e conceitos impostos aos povos indígenas, incluindo o povo truká, ao longo dos séculos. Essa busca se deu por meio da implementação de uma metodologia desenvolvida pela autora, denominada "RARA" (Reconexão com a Ancestralidade e com o Ambiente), cujos passos são lembrar, aprimorar, repetir e avançar. Essa metodologia agrega, em sua constituição, entrevistas, reuniões, teatro (teatro-fórum) e marketing social.

A RARA se entrelaça à trajetória metodológica deste trabalho e visa reduzir a lacuna entre o *modus vivendi* alinhado às questões identitárias de um povo e aquele ao qual este se adaptou, majoritariamente em razão do uso da força física, ideológica ou do capital.

Este trabalho utilizou abordagem fundamentalmente qualitativa no processo de coleta, tendo sido empregada a abordagem quantitativa apenas na análise de alguns dados das entrevistas.

Para a coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, em duas etapas (T0 e T1), com os sujeitos que Kotler e Lee (2011) denominam "informantes-chave". No caso deste trabalho, tais sujeitos são as lideranças da comunidade, os mestres barqueiros, os agricultores, as lideranças religiosas e também jovens em idade escolar.

Para a consecução da RARA, foram realizados os seguintes passos:

- a) Reunião com moradores com a participação de lideranças, respeitando o caráter coletivo daquela população.
- b) Curso de boas práticas alimentares em parceria com o IFSertãoPE.
- c) Cenas teatrais com base teórica no Teatro-Fórum de Augusto Boal (1982).
- d) Entrevista na rádio local, para divulgar os resultados alcançados e promover um estímulo da população da cidade de Orocó, eminentemente agrícola, a compreender a necessidade de se proteger a natureza e a cultura *truká*.

Todos esses eventos metodológicos fizeram parte da RARA, que se configura, em última instância, como a Tecnologia de Gestão Social (TGS) deste trabalho e será abordada de forma mais aprofundada em capítulo específico. Buscou-se garantir que os sujeitos envolvidos estivessem conscientes das etapas e implicações, sugerindo, criticando e opinando; afinal, a metodologia tem o potencial de alterar a realidade deles, e somente eles poderiam dizer o que gostariam de mudar ou manter.

As quatro etapas fundamentais já mencionadas — Relembrar (falar e ouvir sobre os costumes ancestrais); Aprimorar (acrescentar pequenas mudanças nas atividades cotidianas, visando à eficiência delas, de acordo com a etapa I); Repetir (conscientizar os mais jovens e pessoas não indígenas sobre a importância da cultura *truká*); e Avançar (utilizar o teatro para vislumbrar formas de enfrentamento dos problemas vivenciados pelo povo *truká*) — serão detalhadas no capítulo dedicado à TGS.

Diante do exposto sobre a RARA, ela pode ser classificada como uma metodologia, que, segundo Richardson (1999, p. 22), "são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método". Isso porque ela oferece um conjunto estruturado de princípios e práticas para alcançar o objetivo específico da recuperação, valorização e difusão dos conhecimentos ancestrais indígenas, em contraposição ao paradigma colonial. Como metodologia, a RARA não é apenas uma técnica ou um método isolado, mas um sistema abrangente de abordagem que envolve a reconexão com saberes tradicionais, sustentabilidade ambiental e social e decolonialidade, com a intenção de gerar transformações tanto no âmbito comunitário quanto em uma escala mais ampla.

A representação simbólica da RARA, com o círculo e a elipse, reforça essa dimensão metodológica, pois ilustra não apenas um esquema, mas um processo contínuo e expansivo, que orienta a aplicação prática e o desenvolvimento de conhecimentos, oferecendo um caminho para a decolonialidade.

4.1 A TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DETALHANDO A RARA

A metodologia RARA (Reconexão com a Ancestralidade e com o Ambiente) se propõe a subverter o fluxo histórico de integração forçada das populações indígenas aos costumes da sociedade envolvente, um processo que remonta à colonização. Esse movimento tradicionalmente impôs valores hegemônicos em diversas esferas: a linguagem, apresentada como única e superior; a arte, considerada "civilizada"; e a agricultura, vista como mais eficiente, mas que, na prática, tem devastado o meio ambiente e enfraquecido os saberes locais. A RARA, inovadora em sua abordagem, busca inverter essa trajetória na tentativa de restaurar não apenas o modo de vida indígena, mas também o equilíbrio sustentável e a profunda conexão entre os povos originários e o meio ambiente.

Ao contrário de modelos coloniais que tendem a padronizar e homogeneizar culturas, a RARA busca fazer emergir o *buen vivir*, um conceito que, para muitas comunidades indígenas, sequer possui uma tradução direta, pois representa um estilo de vida intrinsecamente harmonioso e equilibrado com a natureza. Esse paradigma não precisa de justificativa ou nomeação nas culturas tradicionais, uma vez que o equilíbrio com o meio ambiente é inerente às suas práticas e à sua existência. A metodologia, portanto, emerge como uma proposta de

resistência e decolonização, ao revalorizar e fomentar práticas indígenas sustentáveis que foram historicamente marginalizadas.

Além de seu foco na sustentabilidade ecológica, a RARA foi pensada também para buscar uma reconciliação cultural, ao valorizar a pluralidade dos saberes indígenas, desafiando o monopólio epistemológico que até hoje privilegia o conhecimento ocidental. Ao retomar as práticas ancestrais e fomentar a transmissão intergeracional de saberes, a RARA cria um espaço de resistência cultural que, ao mesmo tempo, se apresenta como uma alternativa ecológica às crises ambientais contemporâneas, oriundas justamente das práticas predatórias impostas pelo colonialismo.

Figura 8 - Representação visual da RARA



Fonte: Desenvolvida pela autora

A representação visual da metodologia RARA, como um círculo circundado por uma espiral que realiza voltas progressivamente maiores ao seu redor, é carregada de simbolismo decolonial. O círculo, no centro, representa o núcleo do conhecimento ancestral, ou seja, os saberes indígenas que estão profundamente enraizados no modo de vida, nas tradições e na relação com o meio ambiente. Ele simboliza a preservação e a centralidade desses valores dentro da comunidade. As voltas da espiral, por sua vez, representam a expansão desses saberes, simbolizando sua difusão para além das fronteiras da aldeia. Esse movimento, por sua vez, reflete uma ideia fundamental: os conhecimentos indígenas, antes confinados ou suprimidos pelas imposições coloniais, agora ganham espaço e relevância em esferas mais amplas, ampliando sua valorização social.

Em vez de absorver passivamente os valores da sociedade hegemônica, esse movimento implica uma inversão do fluxo. Os saberes ancestrais, ao invés de serem anulados, emergem e se espalham, impactando e influenciando, de dentro da aldeia para o ambiente que a circunda.

Essa simbologia não é apenas visual, mas também epistemológica e política, ilustrando a proposta de decolonialidade central à RARA. Ela desafia o monopólio do conhecimento ocidental, que historicamente foi imposto às populações indígenas, e propõe um movimento contrário. Os valores, práticas e conhecimentos originários, antes marginalizados, voltam a circular, influenciando não só o espaço interno da aldeia, mas também a sociedade mais ampla. Esse símbolo reflete o propósito de revalorizar e disseminar o pensamento indígena como uma forma alternativa e sustentável de entender o mundo, capaz de se opor aos paradigmas coloniais e com potencial de contribuir com soluções globais.

Dessa forma, a metodologia RARA, como tecnologia de gestão social, se coloca como uma ferramenta de resgate e transformação. Ela promove um processo que não só reafirma a identidade indígena, mas também oferece ao mundo contemporâneo alternativas viáveis de convivência sustentável com o planeta. Aplicada à situação social específica da Ilha de São Félix, a tecnologia RARA lembrou aos indígenas truká as formas já existentes e comprovadas pela experiência ancestral, compartilhadas por cada um deles com o grupo, de convivência harmônica com o meio ambiente. Lembrou também à sociedade envolvente que ali existe uma comunidade indígena que precisa ser reconhecida e respeitada.

O buen vivir, em sua forma mais profunda, emerge como um modelo de convivência sustentável e harmônica, capaz de fornecer alternativas viáveis às práticas hegemônicas que têm exacerbado a exploração ambiental e as desigualdades sociais. Esse conceito inspirou a concepção da metodologia RARA.

O resgate almejado pela RARA não é uma tentativa nostálgica de retornar a um passado isolado, mas um movimento que propõe um olhar ancestral aplicado aos desafios contemporâneos. Ao promover o reconhecimento do valor universal das práticas indígenas, que historicamente foram marginalizadas, a RARA busca reposicionar esses saberes no centro dos debates sobre sustentabilidade, justiça social e equilíbrio ambiental.

Cumprido destacar que o objetivo transcende a recuperação de um modo de vida de uma aldeia para si mesma. O resgate pretendido envolve o reconhecimento e a revitalização dos conhecimentos, práticas e valores culturais de um povo, oferecendo-os como paradigma para outros agrupamentos sociais. Do ponto de vista dessa TGS, o conhecimento ancestral, associado

à perspectiva do desenvolvimento sustentável, seria capaz de construir um futuro mais ético e sustentável. Implementar esses princípios em um ambiente como a Ilha de São Félix mostrou-se viável. A partir desse microcosmo, a RARA se mostra uma abordagem que pode inspirar soluções locais e, quem sabe, gerar impactos em escala mais ampla.

A RARA é uma metodologia desenvolvida para ser aplicada especificamente neste trabalho, mas com a particularidade de ser replicável em outros espaços e realidades semelhantes. Seu principal propósito é reduzir a lacuna entre o *modus vivendi* alinhado às questões identitárias de um povo e a realidade à qual este se adaptou majoritariamente, em razão do uso da força física, ideológica ou do capital.

Essa metodologia busca fazer o caminho inverso, partindo da gradativa integração de costumes da sociedade envolvente pelas populações indígenas, que vem ocorrendo desde a colonização. A sociedade impõe as informações ditas corretas, o idioma a ser praticado, a arte hegemônica e a agricultura considerada mais fácil de executar, mas que prejudica o meio ambiente. A RARA vai na contramão desses caminhos e foca no *Buen Vivir*.

A metodologia RARA tem como base quatro etapas: Relembrar, Aprimorar, Repetir e Avançar. Visa melhorar a identificação e o alinhamento de uma população a determinado tipo de conduta, a partir de ferramentas da arte e do marketing social. No caso do povo truká, buscou-se alinhar o modo de vida atual a um modelo que priorize o convívio harmônico com a natureza e com as tradições indígenas. Na penúltima fase da pesquisa, buscou-se comunicar à comunidade do entorno da Ilha de São Félix e a ela própria sobre a importância da preservação ambiental e da própria cultura truká.

Quadro 1 - Quadro-resumo RARA

QUADRO RESUMO	
R	RELEMBRAR Realiza-se a escuta dos moradores para obter informações relevantes acerca dos problemas enfrentados, valores e memórias afetivas, que devem ser preservadas e que podem se tornar soluções. Realiza-se duas coletas: em T0, observa-se o ambiente, aplica-se um questionário preliminar, que depois de melhorado, é novamente aplicado, desta vez em uma maior quantidade de pessoas, no chamado T1.
A	APRIMORAR A aldeia é convidada a declarar um saber ligado às suas raízes que gostaria de desenvolver. Esse saber precisa ter potencial para desenvolvê-la economicamente ou culturalmente. O pesquisador deve firmar parcerias para implementar a formação.
R	REPETIR Etapa na qual será dada publicidade dos valores que a aldeia elencou como relevantes durante as entrevistas por meio de rádio local, <i>lives</i> , blogs, ou quaisquer meios e mídias relevantes para esse público-alvo, que tenham bom alcance. Aqui é utilizado o marketing social visando o convencimento do público-alvo quanto a alguma questão, por exemplo: descarte de eletrônicos ou de vasilhames de agrotóxicos.
A	AVANÇAR Etapa de consolidação dos conhecimentos compartilhados entre os membros da aldeia. As questões debatidas nos primeiros encontros e nas entrevistas serão transformadas em cenas curtas a partir da utilização Teatro-Fórum, abordagem didática e metodológica oriunda do Teatro do Oprimido em que todos são ao mesmo tempo atores e espectadores.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Na perspectiva da metodologia RARA, o fluxo de conhecimentos e visões de mundo segue um movimento inverso ao processo histórico de colonização. Enquanto a colonização impôs saberes e valores externos às comunidades indígenas, apagando suas tradições e formas de vida, a RARA propõe um movimento de decolonialidade, em que os conhecimentos

ancestrais indígenas fluem da comunidade, em especial da aldeia, para a sociedade envolvente, que é seu público-alvo. Esse fluxo representa a disseminação dos saberes tradicionais, da cosmovisão indígena e de práticas sustentáveis para além das fronteiras da comunidade, revertendo a lógica de imposição de saberes advinda da colonização.

Figura 9 - Fluxo de conhecimentos na visão da RARA

FLUXO DE CONHECIMENTOS NA VISÃO DA RARA



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024

Esses conhecimentos incluem a relação harmônica com a natureza, o manejo sustentável da terra, as práticas tradicionais de cura e a valorização do coletivo, elementos intrínsecos ao modo de vida indígena, mas frequentemente subestimados pelo mundo externo. A RARA visa não apenas à preservação desses saberes dentro da aldeia, mas também à sua difusão para a sociedade envolvente, influenciando práticas culturais, ambientais e sociais no contexto mais amplo. Trata-se de um processo de resistência cultural e uma proposta de transformação, em que o conhecimento ancestral se torna referência para solucionar questões globais como sustentabilidade, convivência comunitária e respeito ao meio ambiente.

Esse movimento de dentro para fora reflete o fluxo contínuo e expansivo da sabedoria, no qual o conhecimento indígena, antes marginalizado, torna-se uma fonte de inspiração e

aprendizado para o mundo exterior, promovendo a decolonialidade e a valorização dos saberes tradicionais em novos contextos.

Para a efetivação da TGS, foram seguidas as seguintes etapas:

4.1.1 Relembrar

Na etapa **Relembrar**, foi planejada a escuta dos moradores para obter informações relevantes acerca dos problemas enfrentados, valores cultivados e memórias afetivas que deveriam ser preservadas e que poderiam resultar em soluções para os problemas descritos pelo povo truká. Realizam-se duas coletas: em **T0**, o momento inicial, observam-se os aspectos mais superficiais do meio ambiente e da logística necessária para realizar as entrevistas. Também é realizada uma coleta preliminar, aplicando-se um questionário inicial, que, após ser melhorado, é novamente aplicado, desta vez a um maior número de pessoas, no chamado **T1**, etapa em que as entrevistas são realizadas.

4.1.1.1 Preparação e entrevistas nos momentos T0 e T1

O estudo preliminar e exploratório, denominado 'T0', constituiu a primeira etapa dos procedimentos metodológicos gerais, ocorrendo de janeiro a junho de 2023, e englobando telefonemas, reuniões à distância e entrevistas informais, sempre respeitando o território, os costumes e o tempo dos moradores.

Durante os telefonemas, foram obtidas informações sobre a organização social na ilha de São Félix, questões logísticas e sobre os atores locais, estabelecendo uma maior proximidade com a comunidade. Também se obteve o subsídio necessário para adentrar o território com segurança e respeito às tradições, possibilitando a realização de um trabalho mais aprofundado.

Ainda no T0, foi realizada uma reunião no espaço central da ilha, onde foi oferecido um café da manhã com pratos típicos à pesquisadora e às parceiras do IFSertãoPE. Durante o encontro, foram apresentados os artesanatos que, timidamente, estavam começando a ser desenvolvidos, e foi feito um passeio por boa parte da extensão da ilha, no qual foram apresentadas as culturas e as hortas.

Foi constatado, já nesta etapa, que o descarte de lixo é feito sem critério e sem apoio da gestão pública local, além de ser apurado que não existe nenhuma política pública que incentive ou promova o descarte consciente de resíduos na ilha.

Também foi identificada a presença de espécies exóticas na flora da ilha, como a algaroba (*Prosopis juliflora*), que substituem a mata nativa, especialmente nas áreas que deveriam ser cobertas por mata ciliar.

Nos primeiros contatos, em T0, apenas duas entrevistadas declararam ter concluído o ensino superior. Essa informação orientou a forma de abordagem e o formato das perguntas. Após o T0, o modelo de entrevista foi aprimorado, tornando-se mais claro e objetivo, e preparado para a aplicação geral das entrevistas, no denominado T1.

O T1, que corresponde à aplicação das entrevistas semiestruturadas e presenciais, teve início após a validação do trabalho pela banca de qualificação, em junho de 2024. O modelo da entrevista pode ser visualizado no **Apêndice I**.

Aplicação junto ao povo de São Félix: Na pré-coleta de dados, foram obtidas informações acerca do uso exacerbado de "venenos" nas plantações e do uso indevido por parte de alguns agricultores, que não coadunam com as práticas de zelo pelos recursos naturais. Também foi observado o descarte inadequado de lixo e material eletroeletrônico, como celulares e baterias.

Foi identificado, em alguns entrevistados, o receio quanto à descontinuidade das tradições. Além disso, foram registrados os valores que a comunidade considera relevantes preservar, como os cantos tradicionais, as orações e os costumes que devem ser mantidos. Esses dados foram levantados por intermédio de entrevistas com os membros da comunidade.

A escolha da oralidade para captar os depoimentos se deu principalmente porque, para o indígena, a palavra tem importância fundamental. Segundo Yepamahsã (2022), é a palavra que destrói e que constrói.

A etapa Lembrar contou com a participação de barqueiros, agricultores, lideranças, mulheres e jovens, e foi detalhada no capítulo 5.

4.1.2 Aprimorar

Dentro da metodologia RARA, o passo Aprimorar é a etapa em que a comunidade é convidada a declarar um saber que gostaria de desenvolver. Esse saber precisa estar ligado à raiz da comunidade e ter potencial para desenvolvê-la econômica ou culturalmente, por meio do aperfeiçoamento de algum conhecimento já existente.

Aplicação junto ao povo de São Félix: Esta etapa se deu a partir de uma reunião grupal, na qual as respostas dadas pelos presentes foram compartilhadas e debatidas. Foram ouvidas

proposições para melhorar os pontos mais críticos, com soluções atingíveis tanto por parte dos moradores quanto da pesquisadora. A pesquisadora apontou alguns pontos para discussão e escolha de um saber que deveria ser aprimorado: artesanato; agricultura (melhores práticas no uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; equipamentos de proteção individual - EPIs; descarte de embalagens e materiais como celulares obsoletos e já sem uso); alimentos (secagem de frutas ou curso de fabricação de alimentos).

A assembleia mostrou-se favorável a aprender mais sobre o manejo de defensivos agrícolas, mas, no final, optou pelo curso de fabricação de alimentos. Manifestaram o desejo, caso houvesse oportunidades futuras, de desenvolver o artesanato, as boas práticas na agricultura e o descarte de resíduos.

Para viabilizar essa formação, a pesquisadora estabeleceu parcerias com o curso de Tecnologia em Alimentos do IF Sertão PE, que ofereceu suporte integral, fornecendo transporte, materiais, alimentação e organizando o curso. A capacitação foi oferecida gratuitamente, e 10 indígenas foram transportados da aldeia para a cidade, primeiramente de barco e depois de ônibus, até chegarem ao IF Sertão PE, onde a formação foi efetivamente realizada.

No curso, obtiveram aprendizados que enriqueceram seus trabalhos como cozinheiras, como foi o caso de uma moradora, que informou comercializar refeições para os trabalhadores que vêm da cidade e precisam se alimentar, ou de uma segunda, que afirmou ter interesse de usar os conhecimentos adquiridos para cozinhar em uma barraca que pretende estabelecer para atender aos visitantes da ilha, quando a prática do turismo for regulamentada e se tornar mais constante.

Figura 10 - Curso de elaboração de produtos a base de banana realizado no IFSertãoPE



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Sob a supervisão das professoras Luciana Cavalcanti e Ana Júlia Carvalho, a bolsista de extensão Anne Kainã ensinou técnicas de cocção e juntos produziram: doce, bombom, jujuba e chips de banana. A fruta foi escolhida por ser uma das mais cultivadas em São Félix, e a produção foi feita com insumos que poderiam ser encontrados facilmente no mercado. Todas as mulheres receberam uma cesta com os produtos produzidos, e certificado de participação.

Como foi mencionado, o interesse da pesquisadora foi, antes de tudo, atender aos interesses manifestados pelo povo truká e desenvolvimento de competências culinárias se mostrou mais relevante que as outras propostas, que poderão ser exploradas em outros momentos no futuro. Tudo isso é resultado da pesquisa-ação realizada.

4.1.3 Repetir

O "Repetir" é uma parte da metodologia que requer, necessariamente, que a fase "Relembrar" tenha sido realizada de forma ótima, pois é a partir das conversas e das entrevistas que se terá material para publicizar, com a intenção de influenciar positivamente os comportamentos das pessoas (Kotler e Lee, 2011). Nesta fase, é utilizado o marketing social.

Aplicação junto ao povo de São Félix: A influência buscada era a disseminação dos valores que a aldeia elencou como relevantes durante as entrevistas: amor e cuidado com o território, com a história e com a cosmologia truká. Isso poderia ser feito utilizando-se a rádio local, redes sociais, lives, blogs ou quaisquer meios que tivessem bom alcance junto ao público-alvo; neste caso, jovens e adultos moradores da cidade de Orocó e das ilhas próximas, indígenas ou não. Optou-se pela realização de uma entrevista em um programa da rádio local (Orocó FM).

Devido à amplitude de alcance do rádio como meio de comunicação naquela região, essa foi a opção mais interessante para a aplicação da RARA. Essa escolha ocorreu também em virtude do requisito de alcançar um público específico, já que a Orocó FM é uma das poucas rádios da região e o programa veiculado ao meio-dia tem excelente audiência, facilitando a transmissão da informação a muitas pessoas de uma só vez.

Essa ação buscou fortalecer os laços do povo truká com o povo da cidade de Orocó, e de ambos os povos com os recursos naturais mais valiosos para estes: a terra e o rio São Francisco. Na entrevista, foi apresentado o "produto" intangível: uma perspectiva de vida mais alinhada com a natureza e a cultura ancestral do povo truká, no espaço da praça, a Rádio Orocó, local e casa de apoio da ilha.

O trabalho de pesquisa foi apresentado sucintamente pela pesquisadora, que observou a importância de transmitir, tanto para a aldeia quanto para a sociedade envolvente, os valores que a comunidade elencou como relevantes durante as entrevistas. Foram tratados pontos como o descarte de lixo, inclusive o eletrônico; precauções quanto ao uso de defensivos agrícolas e a importância de se cuidar do meio ambiente; a necessidade de cuidar dos recursos naturais por parte dos indígenas e dos não indígenas.

Foram apontados ainda, achados das entrevistas e a importância cultural e histórica do povo truká, além do que a população não indígena pode absorver do modo de vida truká, com a intenção de construir um maior alinhamento às questões ambientais.

Quadro 2 - Comparação entre os Ps do Marketing Social e Marketing Social na Ilha de São Félix

	MARKETING SOCIAL EM GERAL	APLICAÇÃO EM SÃO FÉLIX
PRODUTO	O produto consiste no conjunto de “bens”, ou benefícios, que uma pessoa recebe em troca do comportamento, pode ser monetário ou não monetário, tangível ou intangível.	Produto intangível: uma perspectiva de vida mais alinhada com a natureza e sua cultura.
PREÇO	O preço consiste no conjunto de “males”, ou custos, aos quais uma pessoa se propõe a sofrer para receber o objeto, desejado. Estes também podem ser monetário ou não monetário, tangível ou intangível.	Preço não monetário. Esforço para produzir adubo e defensivos orgânicos e gradativamente realizar a substituição; realizar a escuta dos anciãos e lideranças da comunidade.
PRAÇA	O local considera o horário e local para a realização ocorra a troca. Pode ser um benefício ou um custo, dependendo da sua conveniência.	Rádio local e casa de apoio da ilha.
PROMOÇÃO	A promoção consiste nas mensagens que anunciam a troca proposta (o produto, o preço, o local, e o comportamento desejado).	Cenas teatrais e entrevista na rádio.

Fonte: Criação da autora e adaptado de Rothschild, 2010

4.1.4 Avançar

A etapa **Avançar** foi programada para consolidar os conhecimentos compartilhados entre os membros da aldeia. As questões debatidas nos encontros e nas entrevistas foram transformadas em cenas a partir da utilização Teatro-Fórum, abordagem didática e metodológica oriunda do Teatro do Oprimido de Augusto Boal em que todos são ao mesmo tempo atores e espectadores, conforme explicitado no referencial teórico.

Aplicação junto ao povo de São Félix: a utilização do teatro se deu na culminância do trabalho, com a participação de 30 (trinta) pessoas. A pesquisadora, que é também estudante de teatro, promoveu uma oficina na qual o conhecimento teatral foi explorado; houve a

preocupação de não se utilizar termos técnicos, em virtude de o público não ser da área teatral, e explicou-se a dinâmica que seria realizada, buscando-se fortalecer o entendimento que se propunha: defesa da cultura truká, da natureza e do território.

Na oficina, as questões debatidas nas fases anteriores foram apresentadas para a assembleia com a utilização de pequenas cenas e da abordagem didática e metodológica oriunda do Teatro-Fórum. Para operacionalizar a primeira cena, considerou-se necessário fazer uma preparação com duas das moradoras da ilha pois seriam as primeiras a encenar o texto. Nesta etapa com as duas atrizes foi realizado alongamento, preparação de voz, e decididos os figurinos que ambas utilizariam.

A oficina de teatro com os moradores iniciou-se após essa preparação na área reservada para reuniões na ilha. No horário combinado, todos os demais moradores compareceram para que fosse dado início ao evento, que começou com uma sessão de alongamento, pensada para proporcionar conforto e descontração ao grupo.

Figura 11 - Alongamento



Fonte: arquivo da pesquisadora

Posteriormente, iniciou-se a apresentação da cena, composta por duas personagens: uma investidora, cuja intenção era explorar os recursos naturais do território e expulsar seus

moradores, e uma liderança truká, que, a princípio, cederia às investidas e se uniria à investidora em troca de pagamento em dinheiro.

Na cena original, a investidora se apresentava fingindo ter um interesse genuíno no desenvolvimento da comunidade. No entanto, à medida que suas falas avançavam, tornava-se evidente que seus objetivos eram egoístas e não trariam benefícios ao povo truká.

A liderança, interpretada pela senhora Edilma Siqueira, seguiu a orientação inicial do texto, aceitando o suborno oferecido pela atriz Maria Madalena. Entretanto, ao final da cena, ambas trocaram de lugar com os primeiros voluntários, que modificaram a narrativa, recusando a tentativa de invasão do território.

Os demais participantes seguiram o mesmo processo, improvisando diálogos e explorando gestos e movimentos corporais. Cada dupla, ao seu tempo, apresentou sua versão da cena, sendo incentivada e aplaudida pelos demais.

Ao final da oficina, todos foram convidados a compartilhar suas experiências, e um lanche preparado por voluntários foi servido, fortalecendo a atmosfera de partilha e comunidade.

Figura 12 - Representação de cena nos moldes do Teatro-Fórum



Fonte: Arquivo da pesquisadora

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS PRIMÁRIOS COLETADOS

Os primeiros dados coletados foram utilizados para nortear a pesquisa, reformular o problema estudado, aprimorar o questionário e proporcionar maior familiaridade com o território. Para essa coleta preliminar, foram escolhidas aleatoriamente cinco pessoas. O instrumento de coleta foi então submetido à avaliação do orientador e, uma vez validado, deu-se início a uma etapa mais ampla da pesquisa.

Ao todo, 25 pessoas se voluntariaram para serem entrevistadas. Os dados coletados foram organizados e categorizados em sete áreas: Relações familiares e com o território; Intolerância e religião; Finanças; Etnia, costumes e tradições; Medicamentos ancestrais; e Uso de defensivos/agrotóxicos. Em seguida, os comportamentos, ações e visões de mundo foram analisados.

Dentre os entrevistados, 55% eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino, com idades variando entre 13 e 84 anos.

5.1 ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi organizado nas seguintes áreas temáticas: **Relações familiares; Conexão com o território; Etnia, costumes e tradição; Economia e finanças; Uso de defensivos agrícolas.** Essas áreas foram subdivididas para melhor compreensão.

No eixo das **relações familiares**, além de identificar a origem dos respondentes – se nativos da Ilha de São Félix ou migrantes de outras ilhas –, buscou-se verificar a presença de nomes indígenas entre os entrevistados e seus familiares. Também foi analisada a relação afetiva com o território e a percepção dos moradores sobre a vida na ilha.

No que se refere à **conexão com o território**, procurou-se compreender o vínculo dos moradores com a ilha, investigando o tempo de residência, os sentimentos em relação ao local e as práticas ambientais adotadas. Foram abordadas questões como o descarte de lixo e a existência de estruturas sanitárias, como fossas sépticas ou sumidouros, aspectos fundamentais para entender a relação da comunidade com a terra e sua participação na preservação ambiental.

No eixo da **etnia e identidade cultural**, considerou-se essencial perguntar sobre a identidade étnica de forma aberta, sem direcionamentos prévios, permitindo que os entrevistados expressassem livremente seu pertencimento. Em seguida, foram investigados os costumes e modos de vida que acreditam que devam ser preservados pelas próximas gerações, além do uso de alimentos e práticas tradicionais, com o objetivo de aprofundar a compreensão

da cultura local. Também foram abordados elementos culturais como canções, danças, receitas e saberes transmitidos pelos antepassados, bem como possíveis conflitos culturais e religiosos, analisando como a religião, caso presente, interage com as tradições indígenas.

Outro ponto investigado referiu-se ao uso de **medicações tradicionais**, questionando-se sobre os conhecimentos passados pelas gerações anteriores, relacionadas a tratamentos e remédios naturais.

No eixo da **intolerância e discriminação**, buscou-se compreender se os indígenas truká da Ilha de São Félix já sofreram preconceito ou se sentiram menosprezados por sua origem.

Foram também explorados aspectos relacionados à **economia, práticas agrícolas e descarte de materiais eletrônicos e embalagens de defensivos agrícolas**, a fim de compreender os impactos ambientais e a sustentabilidade da comunidade.

No que se refere às **finanças e ocupação**, as perguntas abordaram as principais fontes de renda dos moradores, tanto na ilha quanto na cidade, analisando se atividades tradicionais, como agricultura e pesca, ainda fazem parte do sustento da comunidade. Esse eixo permitiu avaliar o grau de dependência econômica em relação ao território e sua conexão com a economia local.

Por fim, a investigação sobre o **uso de defensivos agrícolas** incluiu o conhecimento sobre o manuseio seguro desses produtos e os cuidados com o descarte adequado. Esse aspecto possibilitou avaliar os impactos ambientais das práticas agrícolas e a conscientização da comunidade quanto aos riscos e precauções no uso desses insumos.

Essas perguntas, portanto, formaram a base para compreender a interconexão entre identidade cultural, sustentabilidade, ocupação e práticas ambientais. A partir das respostas, foi possível delinear como os costumes e a relação com o território moldam a vida na comunidade e quais desafios emergem nesse contexto.

5.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ficou evidenciado que a totalidade dos entrevistados utilizava nomes não indígenas, o que atesta o sucesso da política pombalina, iniciada no século XVIII (Flexor, 2010). De acordo com Medeiros (2016), entre as medidas adotadas estavam a proibição da comunicação por meio das línguas nativas e a obrigatoriedade da língua portuguesa, além da imposição de que os indígenas tivessem nome e sobrenome, sendo escolhidos para tal nomes de famílias portuguesas. Essas medidas contribuíram para o apagamento da identidade étnica dos povos

indígenas e sua integração forçada à sociedade dominante.

Quando questionados sobre o local de nascimento de seus pais, 75% dos respondentes afirmaram que seus pais nasceram na Ilha de São Félix ou em ilhas vizinhas, em território truká. Em relação ao tempo de residência, 85% dos respondentes declararam ter morado em território truká durante toda a sua vida. A maioria dos entrevistados vive no território truká desde o nascimento, sendo as exceções formadas por indígenas de outras etnias que se casaram com homens da etnia truká.

Em suma, a investigação sobre as relações familiares na Ilha de São Félix revela um panorama marcado pela continuidade territorial, com a maioria dos respondentes residindo no território truká desde o nascimento, perpetuando o vínculo geracional com a terra. No entanto, o apagamento de traços identitários indígenas, como a utilização de nomes tradicionais, reflete o impacto duradouro das políticas coloniais, especialmente a pombalina, que visavam suprimir a cultura nativa e integrar os povos indígenas à sociedade. Esse processo histórico contribuiu para a invisibilização de elementos culturais indígenas, mas não conseguiu romper totalmente o laço profundo dos habitantes com suas raízes e seu território.

5.2.1 Relações familiares e com o território

À pergunta "Você se sente bem morando aqui?", todos os respondentes responderam positivamente, indicando um forte sentimento de pertencimento e uma apreciação pelo modo de vida compartilhado na Ilha. Uma das respostas mais notáveis foi a de uma moradora que relatou ter se mudado para a "rua" (para a cidade de Orocó), mas, após não se adaptar ao novo ambiente, decidiu retornar para a ilha.

Quando questionados sobre o que mais apreciam na Ilha, a maioria dos entrevistados destacou, em ordem de importância, o rio São Francisco, a natureza exuberante, a possibilidade de plantar, colher e pescar seus próprios alimentos, e a terra fértil. Já em relação ao que menos apreciam, alguns mencionaram dificuldades de acessibilidade entre a ilha e a cidade, uma vez que nem todos possuem canoas. Outras questões mencionadas foram a falta de infraestrutura, a ausência de regulamentação e incentivo ao turismo, e a necessidade de melhorias nas políticas públicas voltadas para a saúde.

Em relação a esse ponto, uma das respostas mais tocantes veio do morador mais idoso da Ilha, que, apesar de afirmar gostar de tudo no lugar em que vive, expressou tristeza por não ser procurado para compartilhar seu vasto conhecimento. Ele relatou que tenta passar o que

sabe ao neto mais novo, com a esperança de que seus ensinamentos não se percam.

Os entrevistados também foram questionados diretamente sobre o descarte de lixo. Quando perguntados sobre como realizam o descarte, 90% dos respondentes afirmaram queimá-lo, enquanto os outros 10% relataram usar uma combinação de queima e enterramento dos resíduos sólidos, incluindo materiais como eletrônicos e embalagens de agrotóxicos. Todos os entrevistados relataram ter passado muitos anos sem banheiro, construindo um somente quando lhes foi possível.

Quando questionados sobre a existência de fossa séptica ou sumidouro nas residências, um morador mencionou que estava em processo de construção, enquanto os outros informaram que já possuíam fossa séptica. Por fim, ao serem questionados sobre quando começaram a se perceber como indígenas, as respostas variaram significativamente.

5.2.2 Etnia, costumes e tradições

Quando questionados sobre a etnia à qual pertencem, todos os respondentes se declararam truká. No entanto, duas mulheres mencionaram ter origem nas etnias atikum e pipipã, mas agora também se consideram truká, uma vez que se casaram com membros dessa etnia. Esse dado sugere a permeabilidade das identidades étnicas dentro dessa comunidade, destacando como laços matrimoniais podem contribuir para a adoção de novas identidades, criando uma fusão entre as histórias pessoais e a coletividade.

Ao serem questionados sobre quando começaram a se perceber como indígenas, as respostas variaram. Muitos relataram que "sempre souberam" de sua identidade indígena, um conhecimento transmitido de geração em geração, principalmente pelos pais ou pelas lideranças mais velhas. Essa transmissão oral demonstra o papel central dos mais velhos como guardiões da memória e da identidade comunitária. Um dos entrevistados afirmou: "Eu sabia que eu era índio, mas não era reconhecido ainda."

Uma das respondentes disse que sempre soubera de sua origem, mas que fortaleceu seus vínculos com a identidade indígena na vida adulta, quando cursou a disciplina de educação indígena. Coincidentemente, nesse momento, teve de estudar tanto a etnia pipipã (sua etnia de origem) quanto a etnia truká, e logo depois passou a se relacionar com o futuro esposo, também truká. Esse depoimento ilustra como a educação formal pode atuar como um catalisador no fortalecimento de identidades étnicas e, ao mesmo tempo, reflete a flexibilidade das fronteiras étnicas, que podem ser reinterpretadas ao longo da vida.

Quando perguntados sobre quais costumes e modos de vida acreditam que serão preservados pelas próximas gerações, as respostas mais comuns destacaram a continuidade de rituais tradicionais, como o "ritual sagrado do toré", a "jurema" e a "liamba". Essas práticas espirituais e culturais são fundamentais para a coesão da comunidade e expressam o forte sentimento de pertencimento ao povo truká. Além disso, alguns mencionaram a "reza", o "zelo pela igreja" e festividades como o "reisado" e a "folia de reis", revelando a influência significativa da religião católica na cultura local. A coexistência dessas práticas religiosas indígenas e católicas demonstra o sincretismo cultural e religioso da comunidade, no qual elementos de ambas as tradições se entrelaçam.

O cuidado com as práticas agrícolas tradicionais também se revelou como uma preocupação significativa. Um dos respondentes ressaltou a importância de preservar "a forma de plantar e pescar, como se fazia antigamente". Ele recordou técnicas de cultivo e roçagem utilizadas durante sua infância, nas quais o mato capinado era revolvido para servir de adubo natural. Além disso, mencionou o uso de sumos de plantas e esterco como alternativas aos defensivos agrícolas modernos, que garantiam colheitas mais saudáveis e abundantes do que as que se observam atualmente. Esse relato demonstra um desejo de retornar a práticas agrícolas mais sustentáveis, baseadas no saber tradicional, em oposição ao impacto das técnicas agrícolas modernas, que utilizam insumos químicos.

No que diz respeito às cantigas tradicionais, apenas dois entrevistados mencionaram lembrar-se de canções ensinadas por seus antepassados. Um deles expressou sua "admiração por Luiz Gonzaga", mas também manifestou o desejo de que as cantigas que cantava na juventude na aldeia não se percam. Durante a entrevista, ele compartilhou algumas dessas canções, destacando a importância da música como um veículo de memória e identidade cultural, embora esse conhecimento tradicional esteja se perdendo com o tempo.

Esses relatos evidenciam uma comunidade que, embora influenciada por fatores externos, busca resguardar e transmitir às futuras gerações seu legado de práticas tradicionais, tanto no âmbito dos rituais e costumes quanto nas técnicas agrícolas e manifestações musicais. No entanto, é visível o desafio de equilibrar essa preservação diante das mudanças contemporâneas, o que reforça a necessidade de iniciativas que promovam o fortalecimento e a continuidade dessas tradições dentro da comunidade.

"O navio quando desce
 Desce todo *embalçando*
 Viva o povo da Bahia
 Brasileiro e americano
 Em cima daquela serra
 Tem duas pedras de amolar
 Uma é minha a outra é sua
 A outra de nós namorar".

Outra canção compartilhada fala sobre a pesca do curimatá, também conhecido como curimbatá (*prochilodus argenteus*), abundante no rio São Francisco, e que não é encontrado no mar.

"Pesqueiro do mar
 Como pesca crumatá?
 Eu sou firme na firmeza
 Pra pegar curumatá"

Em mais uma cantiga apresentada pelos entrevistados, foi referida a temática dos relacionamentos em "Caça noiva Xiriri" abaixo:

Caça noiva, Xiriri
 Pra se casar, Xiriri
 A morena me chama
 Eu nunca! Não vou lá
 Sai fora, Xiriri
 Sai fora, Xirirá
 A morena me chama
 Eu nunca! não vou lá

As canções foram surgindo espontaneamente. Outra temática que aparece nas cantigas é a fauna e flora. após o contato, observada pela inserção da bananeira, trazida para o Brasil no fim do século XV e início do século XVI (Ferrão, 2012).

Sabiá de bananeira

(Xô sabiá)

Trabalhou pra ser ferreiro

(Xô sabiá)

Rodou, trocou

(Xô sabiá)

Torna rodar

(Xô sabiá)

Lá detrás daquela serra

(Xô sabiá)

Tem três vistas se amostrando

(Xô sabiá)

Uma é minha a outra

(Xô sabiá)

E a outra é de quem vem chegando

Apresentação de resultados.

Neste ponto da entrevista, o entrevistado revelou que passou dias ensinando essa cantiga para os amigos na adolescência, e brincou ao afirmar que “um deles até hoje não aprendeu”.
Apresentação de resultados.

Percebe-se que dadas as temáticas das cantigas, e naturalmente a língua em que são cantadas, percebe-se que estas foram criadas após o contato com pessoas não indígenas.

Sobre as receitas, foram mencionadas:

- Doce de facheiro (*Pilosocereus pachycladus*);
- Pão de macambira (*Bromelia laciniosa*);
- Cuscuz de mucunã (*Dioclea grandiflora*) que tem que ser lavado em exatamente nove águas, "nem mais e nem menos".

5.2.3 Medicções Ancestrais

Quando questionados sobre eventuais medicções ensinadas pelos antepassados, todos os respondentes afirmaram utilizar chás, emplastros, tinturas e outras formas naturais de cura. Foi mencionado que, até poucas décadas atrás, o acesso à assistência médica era muito difícil,

e o povo truká dependia essencialmente do que a terra oferecia para suprir suas necessidades de saúde.

Entre as medicações citadas, as mais frequentemente mencionadas são

- Tauá - argila vermelha em estado sólido que é moída para ser usada em pinturas no dia do batismo de alguns povos indígenas. O pó com óleo serve para secar ferimentos);
- A ameixa da caatinga (*Ximenia americana*) - foi referido o uso para tratar os sintomas da gripe;
- Catingueira (*Poincianella pyramidalis*) - o chá das flores foi citado como tratamento para as crianças que estão com os dentes de leite nascendo;
- Quipá (*Tacinga inamoena*), chá da raiz – foi dito para que serve?
- Umurana de cheiro (*Amburana cearensis*), foi dito para que serve?
- Umurana de cambão (*Commiphora leptophloeos*), foi dito para que serve?
- Mulungu (*Erythrina mulungu*) (remédio para ansiedade),
- Boldo (*Peumus boldus*) foi dito para que serve?
- Erva cidreira (*Melissa officinalis*) foi dito para que serve?
- Mastruz (*Dysphania ambrosioides*) foi dito para que serve?
- Apresentação de resultados

5.2.4 Intolerância e religião

Quando perguntados se, em algum momento, já se sentiram deslocados por terem costumes indígenas, todos os respondentes afirmaram se sentir à vontade em qualquer ambiente, mesmo que não indígena. No entanto, um dos depoimentos que mais chamou a atenção foi o de Anaísa, que relatou já ter sido questionada por ser uma indígena com cabelo crespo. Ela contou que, apesar de não se enquadrar no estereótipo indígena "padrão", sente-se plenamente indígena e relembra: "As pessoas esqueceram que aqui foi onde o barco chegou primeiro, houve uma grande mistura, mas eu sou índia (...) Eu uso meu colar de indígena, de sementes e madeira, e vou para onde quiser com ele."

Anaísa também se mostrou convencida de que não é a modernidade que apaga a etnia de um indígena. Ela afirmou: "O índio pode ser moderno, pode ter seu celular, posso até ter um carrão, um dia, mas só não posso esquecer quem sou. Antes de qualquer coisa, eu sou indígena."

Ao investigar as crenças religiosas na comunidade, observa-se um sincretismo

complexo e significativo entre o cristianismo e as espiritualidades tradicionais. Quando questionados sobre a religião que professam, todos os entrevistados se identificaram como cristãos, com a maioria declarando-se católicos e uma minoria afirmando pertencer a denominações evangélicas.

Os entrevistados relataram acreditar em Deus, mas também nas forças da natureza e no Pai Tupã, além de reconhecerem a energia proveniente da água, do vento, da terra e das matas. Uma das entrevistadas ilustrou essa confluência de crenças ao afirmar: "Eu acredito, e sei, e eu sinto elas vindo." Essa mesma respondente também destacou que, embora o catolicismo institucional não aceite plenamente sua forma de crer, isso não a impede de se identificar como católica e de reverenciar tanto Deus quanto os santos, mantendo sua fé nas forças naturais e nos espíritos ancestrais.

Sobre a mesma questão, outro entrevistado, o senhor Ilário, respondeu que, quando representam as almas e os anjos como brancos, ironizou: "Como é que a gente se transforma?" E completou, risonho: "Fiquei em dúvida: é que a gente se apresenta para Deus."

Quando perguntados sobre possíveis conflitos entre suas práticas religiosas e os costumes indígenas, todos os entrevistados asseguraram que não há tensões dentro do ambiente religioso formal, como nas igrejas. No entanto, um dos participantes relatou já ter se questionado sobre a correção de sua vivência católica, devido à sua crença nas forças da natureza, nos Encantados de Luz, e à sua participação em rituais sagrados, como o toré.

Sobre o toré, ritual central da espiritualidade indígena truká, os entrevistados mencionaram que, em sua aldeia, ele é realizado apenas no último dia das novenas de São Félix. A condução do ritual fica a cargo dos indígenas da aldeia-mãe.

5.2.5 Economia e finanças

Quando questionados diretamente sobre suas atividades laborais, todos os entrevistados afirmaram realizar atividades agrícolas. Uma parte deles revelou que, além da agricultura, praticam outras atividades para complementar a renda.

Uma das respondentes se declarou professora e relatou praticar a agricultura apenas para o consumo da própria família. Outra, formada em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia clínica e institucional, afirmou que a agricultura surgiu como uma forma de estar mais presente na criação do filho mais novo.

Três entrevistados se declararam barqueiros, embora tenha sido mencionado que mais

moradores também realizam essa atividade. Houve um único caso de respondente que se declarou barqueira e que auxilia seu esposo quando ele está impossibilitado de realizar o trajeto com os moradores.

Sobre a dependência do território para o trabalho, 85% dos entrevistados relataram que precisam da Ilha de São Félix para obter o sustento. A parcela restante é composta por aposentados e estudantes que ainda não fazem parte da força de trabalho.

5.2.6 Uso de Defensivos/Agrotóxicos

Foi perguntado aos entrevistados se utilizavam defensivos agrícolas, e quase a totalidade afirmou fazer uso desses produtos. O fato de apenas 6% dos entrevistados declararem não utilizar nem concordar com o uso de agrotóxicos revela a aceitação generalizada desses insumos na prática agrícola local. Dos 94% que afirmaram utilizar defensivos, apenas uma entrevistada informou usar algum tipo de equipamento de proteção individual.

Durante a entrevista, um respondente revelou que já foi intoxicado ao aplicar "Furadan", cujo princípio ativo é o carbofurano, na plantação de cebola. O carbofurano teve sua proibição publicada no Diário Oficial em 19 de outubro de 2017, poucos anos após Dejour quase ter morrido ao fazer uso do agrotóxico.

Em relação ao descarte dos vasilhames de agrotóxicos, a queima de embalagens foi indicada como o método principal, adotado por 76% dos entrevistados. O enterramento ou queima simultânea (6%) e o descarte direto no ambiente (6%) refletem a falta de conscientização ou alternativas viáveis para a destinação adequada desses resíduos perigosos. A reutilização dos vasilhames, mencionada por outros 6%, também foi registrada.

Um dado interessante refere-se a uma alternativa mencionada por um dos entrevistados, que relatou ter aprendido com seus antepassados a prática de cobrir o mato ao redor das plantações com terra obtida ao se cavar sulcos, criando um adubo orgânico e seguro, uma técnica tradicional de manejo de pragas.

5.2.7 Descarte de resíduos

A totalidade dos entrevistados declarou realizar a queima ou o enterramento do lixo, independentemente de sua natureza, incluindo materiais eletrônicos e vasilhames de

agrotóxicos. Observou-se desconforto com o tema, com muitos demonstrando consciência sobre a inadequação das práticas adotadas. Expressões como "eu sei que é errado, mas queimo" ou "não tem muito o que fazer, tem que queimar mesmo" indicam que, embora os moradores estejam cientes dos impactos negativos dessas práticas, se sentem limitados pela falta de alternativas viáveis.

A ausência de um sistema de coleta e tratamento de lixo na Ilha de São Félix evidencia a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura e educação ambiental, para que a comunidade possa descartar seus resíduos de maneira segura e sustentável, preservando a saúde dos moradores e o equilíbrio ambiental local.

6 CONCLUSÕES

A concepção da metodologia RARA surgiu de um ideal que vai além da simples preservação das tradições indígenas, buscando sua aplicação e adaptação em contextos mais amplos. Em um cenário marcado por crises socioambientais, culturais e éticas, a RARA busca oferecer soluções inovadoras e integradas, alicerçadas no resgate de conhecimentos ancestrais e na sustentabilidade. A ideia central, embora simples, é profundamente transformadora: transformar a realidade por meio de práticas que combinem a sabedoria dos povos originários com estratégias sustentáveis.

Ao ser aplicada em uma pequena comunidade como a Ilha de São Félix, a metodologia RARA mostrou-se viável e eficaz. A partir desse microcosmo, ela se estabelece como uma abordagem capaz de inspirar soluções locais e, quem sabe, gerar impactos em uma escala mais ampla.

Quadro 3 - Procedimentos RARA e aplicação em São Félix

	PASSOS DA RARA	APLICAÇÃO NA NA ILHA DE SÃO FÉLIX
R E L E M B R A R	Realiza-se a escuta dos moradores para obter informações acerca dos problemas enfrentados, valores e memórias afetivas, que devem ser preservadas e que podem resultar em soluções.	Realizou-se a escuta dos moradores em duas etapas: T0 e T1, nas quais ao todo 25 pessoas foram entrevistadas. Foram obtidas Apego pelo território; Relações familiares; Relação com o território; Intolerância e religião; Finanças; Etnia, costumes e tradições; Medicamentos Ancestrais e Uso de Defensivos/Agrotóxicos), Observou-se vegetação exótica onde havia mata ciliar.
A P R I M O R A R	A aldeia é convidada a declarar um saber que gostaria de desenvolver em curso operacionalizado pela pesquisadora.	Foi realizada reunião com moradores com a participação de lideranças, respeitando o caráter coletivo daquela população. Os entrevistados manifestaram desejo de realizar curso que tivesse relação com manejo de alimentos e este foi realizado em parceria com o IFSertãoPE. Também foi realizada conversa com a Engenheira Agrônoma e doutora em fitopatologia Jane Perez, que forneceu algumas orientações acerca de doenças nas culturas e formas naturais de tratá-las.

R E P E T I R	Etapa na qual será dada publicidade dos valores que a aldeia elencou como relevantes durante as entrevistas por meio de rádio local, <i>lives</i> , blogs ou quaisquer meios tenham bom alcance.	Foi realizada entrevista na rádio local, para divulgar os resultados alcançados e promover um estímulo da população da cidade, eminentemente agrícola, a compreender a necessidade de se proteger a natureza e a cultura truká, evitando descartes de lixo e esgoto no rio ali presente. A entrevista foi concedida pela pesquisadora e um membro da etnia truká, o senhor Carão Truká (José Paixão P. da Silva)
A V A N Ç A R	As questões debatidas serão transformadas em pequenas cenas a partir da utilização Teatro-Fórum, no intuito de sedimentar o conhecimento gerado	Foi criado um pequeno roteiro a partir do qual geraram-se cenas teatrais com base teórica no Teatro-Fórum de Augusto Boal. A maior parte dos moradores da Ilha de São Félix participaram como atores, e não apenas observaram a cena. Todos os presentes fizeram os exercícios e jogos que precederam as cenas.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Conforme o quadro-resumo, a efetiva aplicação da metodologia RARA alcançou o público esperado, tanto por meio da pesquisa quanto pelas ações de marketing social, abrangendo toda a área ao redor da Ilha de São Félix.

Outro resultado significativo foi a entrevista realizada com uma das lideranças da comunidade, o Sr. José Paixão, conhecido como Carão, que falou em nome do povo truká da Ilha de São Félix sobre sua cultura e os aprendizados antigos e recentes, com o objetivo de preservar a memória desse povo e apontar formas de convivência harmônica com a natureza. Além da pesquisadora e do senhor Carão, a entrevista contou com a participação de um vereador eleito, que ouviu diretamente da liderança indígena as necessidades estruturais e de desenvolvimento da comunidade de São Félix, comprometendo-se a atuar como intermediário entre os truká e o executivo municipal, além de legislar em defesa dos interesses desse povo.

Todas as sugestões de melhorias estruturais para a ilha serão encaminhadas ao poder público municipal, e a comunidade acadêmica terá acesso aos artigos, com o intuito de incentivar novas pesquisas no território. O poder público municipal tem demonstrado sensibilidade em relação às questões da ilha e, provavelmente, prestará suporte para resolver as demandas levantadas pela pesquisa. O IFSertãoPE também se mantém atento e disponível para contribuir.

O desenvolvimento e a constituição da RARA como TGS.DT buscou contemplar os princípios norteadores descritos no regulamento de TCC do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, com a ética como princípio fundamental. Também se considerou a replicabilidade e aplicabilidade, sempre prezando pela clareza na escrita.

A sustentabilidade e o impacto são outros dois princípios que foram cuidadosamente observados, uma vez que a RARA, como uma tecnologia social, visa gerar mudanças positivas na mentalidade e no comportamento das pessoas, com resultados que se refletem em impactos socioambientais.

A concepção da metodologia RARA originou-se de uma visão prática, que vai além da simples preservação das tradições indígenas, buscando adaptá-las a contextos atuais e globais. Em um cenário de crises socioambientais, culturais e éticas, a RARA propõe soluções integradas que resgatem conhecimentos ancestrais e os aplicam de forma sustentável. A ideia, embora ambiciosa, é pragmática: combinar a sabedoria dos povos originários com práticas modernas e sustentáveis para enfrentar os desafios locais. Na Ilha de São Félix, a implementação desses princípios gerou resultados concretos, demonstrando o potencial da RARA como uma abordagem que, a partir de soluções locais, pode oferecer respostas viáveis para questões mais amplas.

Uma das limitações identificadas na execução das melhorias necessárias na Ilha é a falta de saneamento básico. Contudo, como a pesquisa não se destina a realizar mudanças estruturais, espera-se que essa questão seja resolvida pela prefeitura municipal. Outra dificuldade apontada foi o acesso à ilha, que é feito exclusivamente pelo modal fluvial, utilizando embarcações de pequeno porte, das quais nem todos os moradores dispõem. Apesar de esses problemas serem graves, eles não representaram impedimentos para a realização da pesquisa.

6.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

O levantamento das respostas revela um forte senso de pertencimento e conexão dos moradores com o território truká, especialmente pela valorização da natureza e do modo de vida tradicional, como o cultivo, a pesca e a vida da terra fértil. A vida comunitária é prioritária para os entrevistados, e as melhorias desejadas são pensadas de forma coletiva, refletindo uma visão integradora de progresso. No entanto, questões como a falta de infraestrutura, saneamento básico, acessibilidade e o manejo inadequado de resíduos sólidos apontam para desafios significativos para a qualidade de vida na região, evidenciando a necessidade de políticas

públicas mais eficazes. A preocupação com a preservação do conhecimento ancestral, mencionada pelo morador mais idoso, também destaca a importância da transmissão cultural para a continuidade da identidade do povo truká.

As respostas indicam que a maioria dos moradores da Ilha de São Félix depende diretamente do território para sua subsistência, sendo a agricultura a principal atividade, complementada por outras funções, como o trabalho de barqueiro e, em menor escala, o trabalho formal na educação. A prática agrícola reflete o forte vínculo com o território e a valorização da vida comunitária e familiar.

Quando questionados sobre a pesca, nenhum dos entrevistados afirmou pescar com o intuito de comercializar o excedente. Nota-se aqui uma oportunidade inexplorada de geração de renda, que poderia se tornar uma fonte de recursos adicionais ou até mesmo exclusiva para aqueles que optassem por adotá-la, destacando uma possível via de desenvolvimento econômico para a comunidade truká.

Em relação às cantigas mencionadas pelos truká, observa-se a continuidade da oralidade como meio de preservação dessas músicas. Não foi possível datá-las ou identificar seus autores, mas alguns pontos interessantes foram destacados: as cantigas são claramente posteriores ao contato com os colonizadores, pois são cantadas em português. Além disso, uma delas faz referência à bananeira, planta que só foi introduzida no Brasil no fim do século XV e início do século XVI (Ferrão, 2012).

A oralidade também está presente na transmissão dos saberes medicinais, sendo novamente perceptível o risco de perda desses conhecimentos, especialmente entre as novas gerações.

No que diz respeito às religiosidades, é importante ressaltar que, apesar das diferentes filiações religiosas, nenhum dos participantes relatou perceber qualquer conflito entre o cristianismo e suas crenças e práticas ancestrais, nem afirmou seguir as religiões de seus antepassados. Essa integração harmoniosa de cosmovisões é expressa na coexistência de crenças cristãs e na reverência por elementos da natureza, refletindo uma espiritualidade que transcende o dualismo entre fé institucional e tradições indígenas. A confluência entre os rituais truká e as práticas religiosas cristãs evidencia a resiliência das práticas culturais indígenas e a capacidade adaptativa da comunidade em continuar exercendo sua espiritualidade, mesmo diante da predominância de uma fé institucionalizada.

Conclui-se que essas dimensões da fé se complementam e coexistem de forma fluida,

sem gerar contradições.

Outro ponto relevante nesta temática é a aparente ausência de conhecimento ou uso das rezas tradicionais entre a maioria dos entrevistados, que declararam não saber ou não lembrar dessas orações. Ao ser procurada para responder ao questionário, a única pessoa conhecida por sua sabedoria nesse campo, a rezadeira da aldeia, D. Maria (ou Neném), não pôde participar do estudo devido a problemas de saúde. Isso representa uma possível lacuna no acesso e na transmissão desses saberes tradicionais.

6.2 OS DESAFIOS

Os desafios relacionados à infraestrutura e à sustentabilidade, como a falta de políticas públicas adequadas e o manejo inadequado de resíduos, destacam a necessidade urgente de ações concretas para garantir a manutenção desse modo de vida em harmonia com o ambiente, bem como o fortalecimento da cultura local. Foi observado certo desconforto em relação ao tema do descarte de resíduos, o que sugere um desejo coletivo de adotar práticas mais sustentáveis e ambientalmente corretas. Isso revela uma lacuna importante, que deve ser preenchida por políticas públicas voltadas para o manejo adequado de resíduos.

Quanto ao uso de defensivos agrícolas, adotado por quase a totalidade dos entrevistados ou por seus parceiros, destaca-se a ausência de capacitação formal para o manuseio desses produtos, uma vez que nenhum dos entrevistados participou de cursos específicos para esse fim. O manuseio inadequado de agrotóxicos, sem o devido treinamento, eleva o risco de contaminação tanto para os trabalhadores quanto para o solo e a água.

Essa lacuna é agravada pela falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), essenciais para minimizar a exposição direta aos agentes tóxicos. O uso esporádico de luvas ou máscaras pelos entrevistados não é suficiente para garantir uma proteção eficaz. É importante ressaltar que o desconhecimento sobre a necessidade de utilizar equipamentos de proteção ao aplicar os agrotóxicos representa um fator de risco significativo, com impactos diretos sobre a saúde pública, incluindo sérios riscos de desenvolvimento de câncer, podendo até levar à morte (Barreira e Philippi, 2002).

Esses achados evidenciam a urgência de ações educativas, políticas públicas e campanhas de marketing social voltadas para a promoção de práticas agrícolas mais seguras e sustentáveis. A implementação de programas de capacitação para o uso consciente de defensivos, o fornecimento de EPIs e a criação de mecanismos para o descarte seguro dos

vasilhames são medidas essenciais para reduzir os impactos negativos dessas práticas sobre a saúde humana e o ecossistema local. Simultaneamente, é fundamental valorizar e disseminar conhecimentos tradicionais e práticas agroecológicas, que podem oferecer alternativas viáveis e menos prejudiciais ao meio ambiente.

Os achados também indicam a existência de saberes ancestrais, potencialmente mais sustentáveis, assim como saberes incorporados de outras culturas, como o uso do nim (*Azadirachta indica*), cujas folhas são utilizadas na preparação de uma solução natural para o controle de pragas. Tais práticas agroecológicas, se difundidas, poderiam reduzir a dependência de produtos químicos, mitigando seus impactos negativos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo promover reflexões sobre a conservação ambiental e a preservação da cultura material e imaterial da etnia truká, em harmonia com o desenvolvimento sustentável na Ilha de São Félix, por meio da metodologia 'RARA', desenvolvida pela autora.

Foram observadas as peculiaridades da região na luta pela demarcação das terras indígenas, assim como a influência das forças econômicas e do narcotráfico, que impactam diretamente o modo de vida local. Além disso, evidenciaram-se as necessidades de políticas públicas que possam garantir melhores condições de vida para o povo truká.

O objetivo central da pesquisa, juntamente com os objetivos específicos, foi alcançado. A escuta das demandas dos moradores e lideranças da ilha ocorreu de forma participativa e democrática, em reunião na qual foi destacada a importância de ações de desenvolvimento que fortaleçam a cultura truká. Foram sugeridas algumas formações voltadas ao aprimoramento de saberes com potencial para auxiliar no desenvolvimento econômico da população, e, a partir dessa proposta, optou-se pela realização de um curso de culinária em parceria com o IFSertãoPE, que contou com a participação de dez mulheres truká.

Além disso, foram realizadas entrevistas individualizadas, cujas respostas foram categorizadas nas áreas: Relações familiares e com o território; Intolerância e religião; Finanças; Etnia, Costumes e tradições; Medicamentos ancestrais e Uso de defensivos/agrotóxicos. A partir dessas entrevistas, foi possível inferir a forte ligação do povo truká com seu território, o interesse em estabelecer uma maior conexão com a ancestralidade e o desejo de se desenvolver de maneira sustentável. Verificou-se também um forte senso de comunidade, com grande contentamento na escolha de uma vida simples, baseada em abundância de água e terra.

O desconforto com temas como o descarte de resíduos demonstrou a consciência das práticas inadequadas atualmente adotadas, o que indica que os moradores estão cientes dos impactos negativos dessas práticas, mas se sentem limitados pela falta de alternativas viáveis. A ausência de um sistema de coleta e tratamento de lixo na Ilha de São Félix evidencia a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura e educação ambiental, para que a comunidade possa descartar seus resíduos de forma segura e sustentável, preservando tanto a saúde dos moradores quanto o equilíbrio ambiental local. Essas e outras demandas foram apresentadas a um representante do poder público local, que se comprometeu a colaborar para a resolução dessas questões.

Ainda, foram sintetizadas três soluções produtivas e/ou de uso da terra, com base nos conhecimentos tradicionais, que podem auxiliar no desenvolvimento sustentável e na conservação ambiental: i) capina em valetas, utilizando o mato como matéria orgânica para a plantação; ii) uso de plantas, como o chá de nim e manjeriço, para afastar pragas; iii) rotação de culturas.

Essas soluções, já presentes no repertório truká, trazem à tona um conhecimento que pode ser explorado e ampliado, realocando a fonte do conhecimento de dentro para fora da aldeia. Assim, redefine-se o papel dos saberes tradicionais, integrando-os como parte das soluções para desafios globais, e mostrando que esses saberes têm valor e aplicabilidade além de seus contextos originais.

No que tange à questão cultural, foram encontradas algumas cantigas provenientes da tradição oral do povo truká, as quais não foi possível precisar a data de criação ou autoria, mas foram devidamente registradas. Também foram elencados remédios naturais e receitas tradicionais utilizadas pelo povo truká.

Seguindo a metodologia RARA, foi realizada uma oficina de teatro-fórum, na qual foi explorada a conexão entre arte e resistência, apoiada na base conceitual e artística de Augusto Boal. Participaram indígenas de idades variadas, entre 13 e 84 anos, e a massiva participação comprovou que, como afirmou Boal, todos podem fazer teatro, inclusive um teatro político. Ao converter espectadores em atores, conforme a perspectiva do teatro-fórum, percebeu-se o potencial inexplorado da arte teatral local para auxiliar na resistência do povo truká frente às situações de opressão que enfrentam. O povo truká perdeu a possibilidade de se comunicar em seu idioma, de usar seus nomes e sobrenomes originários, e muitos perderam suas terras e vidas na luta pela retomada delas. O fortalecimento de seus valores por meio do teatro do oprimido foi uma experiência que transcendeu a camada estética, alcançando a camada política da arte teatral.

Este estudo também possibilitou a abertura de novas frentes de pesquisa como:

- O uso de "remédios do mato" pelas populações truká;
- A valorização das cantigas tradicionais do povo truká;
- A capacitação para a secagem de frutas na intenção de evitar desperdícios dos excedentes das colheitas;
- A construção de fossas sépticas biodigestoras nos moldes das desenvolvidas pela EMBRAPA;

- A produção de materiais educativos acerca do uso de defensivos agrícolas com segurança, e até mesmo a total substituição do modo atual de plantio pela plantação orgânica.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma Oportunidade Para Imaginar Outros Mundos**. 2ª Reimpressão. —: Autonomia Literária, 2016

ALMEIDA, Maria da Penha Cunha de. **Informações gerais sobre a situação dos Wassu e Truka**. Relatório Ministério do Interior - FUNAI. 1981. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0LD00002.pdf>> Acesso em: 03 de outubro de 2024.

AMORIM, L, Leocádio, A.L, Lazaro, J. C, Ladeira. R, Sousa.A.B.V de. **Antecedents Of Electronic Waste Recycling: analysis of planned behavior and protection motivation**. 2024.

ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno: Capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre**. Boitempo Editorial, 2023.

ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Monografias excluídas**. Atualizado em 05 de agosto de 2023, 15h19. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/> Acesso em: 03 de outubro de 2024.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento Sustentável: das origens à agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/CFTV7>> Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

BATISTA, Mércia. Rejane R. **De caboclos da Assunção a índios truká: estudo sobre a emergência da identidade étnica Turká**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1992.

BATISTA, Mércia Rejane R. 2004. **O desencantamento da aldeia**. Exercício antropológico a partir do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Truká. FUNAI, Brasília. *Revista Estudos e de Pesquisas*. v.1, n. 2, p. 157-247. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&pagfis=376133> Acesso em: 02 de outubro de 2024.

BARCELOS, Eduardo. **Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global**. *Revibec-Revista Iberoamericana De Economía Ecológica*, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. <<https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356>> Acesso em: 18 de Janeiro de 2024.

BARREIRA, Luciana Pranzetti; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. A problemática dos resíduos de embalagens de agrotóxicos no Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001347743>>. Acesso em: 17 out. 2024.

BARROS, Juliana Couto Monteiro de; SAUERBRONN, João Felipe Rammelt. Marketing Social como Estratégia para o Controle do Tabagismo. **Revista Brasileira de Cancerologia**. [Internet]. 31º de maio de 2021. Acesso em: 18º de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1183>>

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amárico. **A pedagogia brasileira nos primeiros tempos da colonização**: escolas de ler e escrever, teatro, música e ensino de artes mecânicas. Revista Irice, n. 32, p. 13-38, 2017. Disponível em: <<https://acesse.dev/9XUiv>> Acesso em: 31 de Janeiro de 2024.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009._____, Augusto. 200 Exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1982.

BRASIL. **Decreto nº 780, de 25 de maio de 1992**. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena YANOMAMI, nos Estados de Roraima e Amazonas. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes_a_2000/1992/Dnn780.htm#:~:text=Dnn%20780&text=DECRETO%20DE%2025%20DE%20MAIO,Estados%20de%20Roraima%20e%20Amazonas. Acesso em: 30 ago. 2024.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Papyrus Editora, 2020.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Ensinar História** Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/indios-brasileiros-retratados-por-um-holandese>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CAMPANINI, Barbara Doukay; ROCHA, Marcelo Borges. **O Teatro Científico como estratégia didática para o ensino de ciências nas instituições de pesquisa pelo Brasil**. Revista Ciências & Ideias, v. 9, n. 3, p. 140-152, 2018. Disponível em: <<https://fisica.ufmt.br/eenciojs/index.php/eenci/article/view/807>> Acesso em: 10 de maio de 2023.

CAMPOS, Rui. CIVILIZAÇÃO ECOLÓGICA: A CHINA E A SUSTENTABILIDADE. **Relações Internacionais**, n. 72, 2021. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI72/n72a07.pdf> Acesso em: 5 de novembro de 2024.

CIMI. **Conselho Indigenista Missionário**. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2023. Relatório - [S.l.]: Cimi-CNBB, [2023].

_____. Liderança do povo truká é atingida por três tiros durante atentado de pistoleiros em Caruaru (PE) | **Cimi**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2016/04/38322/>>. Acesso em: 21 out. 2024.

COELHO, Claudio Marcio; RODRIGUES, Marcia Barros Ferreira. **Gilberto Freyre, identidade nacional e Latinoamericanidade**. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, p. 283-300, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/56244>. Acesso em: 21 de dezembro de 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo - Brasil 2022** Goiânia: CPT Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0> > Acesso em: 05 de Janeiro de 2024.

DOMÉZI, Maria Cecília. **Religiões na história do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2015.

ECKHOUT, Albert. **Mulher Tapuia**. 1641. óleo sobre tela, 2,72 m x 1,65 m.

ELKINGTON, J. **Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium**. Australian CPA, 1994.

FERRÃO, José Eduardo Mendes. **Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI - Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América**. Revista de Ciências Agrárias, v. 36, n. 2, p. 250–269, 2013.

FLEXOR, M. H. O. (2010). **Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o Direito <Indiano. Politeia - História E Sociedade, 2(1). Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3958> Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.**

FOLHA DE SÃO PAULO - **Questão indígena: Índios viram seguranças do tráfico em PE - 06/04/2003**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0604200316.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

FOSTER, John Bellamy; HOLLEMAN, Hannah; CLARK, Brett. **Imperialismo en el Antropoceno**. Revisión mensual, v. 71, p. 81-85, 2019.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da pesquisa-ação**. Educação e pesquisa, v. 31, p. 483-502, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011> > Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação**. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 63, p. 07-20, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1250> > Acesso em: 11 de setembro de 2024.

FREITAS, Raquel Lima. **Arte: uma práxis humana**. SCIAS-Arte/Educação, v. 2, n. 02, p. 100-114, 2014. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/scias/article/view/482> > Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. L&PM Editores, Montevideu: 2010.

GARE, Arran. Soviet environmentalism: The path not taken. **Capitalism Nature Socialism**, v. 4, n. 4, p. 69–88, dez. 1993. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/10455759309358566>>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

GOULART, Joender Luiz. **A catequese dos povos originários no Brasil e a educação da população nativa**: Uma revisão de literatura. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 10, pág. 17236–17261, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N10-035. Disponível em: <<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1648>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

GOUVEIA, Aline. **Povo indígena resgata nomes de abelhas em risco e eterniza saberes tradicionais**. *Correio Brasiliense*. 2024. Disponível em <<https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2024/08/6930307-povo-indigena-resgata-nomes-de-abelhas-em-risco-e-eterniza-saberes-tradicionais.html>> Acesso em: 27 de setembro de 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói : EDUFF, 1997. Porto Alegre, 2004.

HAWKINS, Lindsey G. *et al.* All Survivors Have the Right to Heal: A #Metoomen Content Analysis. #Metoomen, **Journal of Feminist Family Therapy**, 31:2-3, 78-99, Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08952833.2019.1633840>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

HEISE, Ursula. (2020). Multispecies Futures and the Study of Culture. 10.1515/9783110669398-017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/344087274_Multispecies_Futures_and_the_Study_of_Culture> Acesso em: 02 de fevereiro. 2024.

IJUIM, Jorge Kanehide; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; URQUIZA, Moema Guedes. **Imprensa, indígenas versus ruralistas**: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã). *Revista Extraprensa*, v. 9, n. 2, p. 53-70, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/113880>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

JOLY, Carlos A.; QUEIROZ, Helder Lima de. **Pandemia, biodiversidade, mudanças globais e bem-estar humano**. *Estudos avançados*, v. 34, p. 67-82, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.006>> Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

KARAM, Karine. **Mas, Afinal o que é Marketing?** Um Estudo Sobre o Marketing na História, na Teoria e na Prática. Curitiba: Appris, 2024.

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, ano 1992.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das letras, 2009.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. São Paulo: Pearson. 2023.

KOTLER, Phillip; LEE, Nancy R. **Marketing Social: Influenciando comportamentos para o bem**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman. 2011.

KOTLER, Philip; ZALTMAN, Gerald. Social marketing: an approach to planned social change. *The Journal of Marketing*, v. 35, n.3, p. 3-12, jul. 1971.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yusef Daibert Salomão de. **Lugares de origem**. Jandaíra, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**. Editora Companhia das Letras, 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 24 ed.1986.

LASCHEFSKI, K. A.; ZHOURI, A. **Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil**. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 278–322, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1552>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

LATOUCHE, Serge. **Hecho para tirar: la irracionalidad de la obsolescencia programada**. Ediciones Octaedro, 2018.

LOPES, Mária de Sousa; BRITO, Daginete Maria Chaves. **Impactos socioambientais ocasionados por hidrelétrica no Vale do Jari, Amapá, Brasil: percepções comunitárias**. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20190068r3vu2021L2AO>> Acesso em: 19 de Janeiro de 2024.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?**. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 32, p. 433-460, 2015. <<http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1656>> Acesso em: 09 de Janeiro de 2024.

MATTOS, Amilton; HUNI KUIN, Ibã. **OLHARES-Por que canta o MAHKU: Movimento dos Artistas Huni Kuin**. Revista Landa, 2016. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177517/36.%20OLHARES%20Amilton%20Mattos%20e%20Ib%C3%A3%20Huni%20Kuin%20%20Por%20que%20canta%20o%20MAHKU.pdf?sequence=1>> Acesso em: 02 de setembro de 2024.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. **O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos**

Humanos. **Revista Direito GV**, v. 9, p. 199-241, 2013. Disponível em <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32790-40564-1-PB.pdf>> Acesso em 26 de setembro de 2024.

MELO FILHO, C. de . Incertezas emergentes: arte, ecologia e mudanças climáticas no tempo do Antropoceno. **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 141–166, jan.2023. DOI: 10.20396/modos.v7i1.8670574. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8670574>> Acesso em: 31 de março de 2024.

PINTO DE MEDEIROS, R. **Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ricardo_pinto_medeiros.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

MERÇON, Juliana; GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho; WERNECK, Thaís Borges da Silva Pinho. **Línguas indígenas e naturezas**.: Desafios frente à perda de mundos. *Das Questões*, v. 10, n. 1, p. 1-6, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/download/32321/26564>> Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

MILANEZ, Felipe *et al.* **Existência e diferença**: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, p. 2161-2181, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/3SxDNnSRRkLbfh3qVFtmBDx/>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2023.

MONDARDO, Marcos. **Em defesa dos territórios indígenas no Brasil**: direitos, demarcações e retomadas. *GEOUSP*, v. 26, p. e176224, 2022.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. **“Qual desenvolvimento? o deles ou o nosso?”**: a UHE de Belo Monte e seus impactos nos direitos humanos dos povos indígenas. 2019. Disponível em: <<http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/34052>> Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

NUNES, Kleber. **Demolição de templo em aldeia truká expõe ofensiva evangélica em terras indígenas**. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2021/04/28/demolicao-de-templo-em-aldeia-truka-expoe-ofensiva-evangelica-em-terras-indigenas>>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

NYM, João. **O teatro como contracolonyzação Tupy-guarany**. In: TERENA, Naine *et al.* *Teatro e os povos indígenas: Janelas abertas para a possibilidade*. n-1 edições, 2022. Disponível em <<https://play.google.com/store/books/details?id=73NdEAAAQBAJ>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Nosso Futuro Comum**. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>. Acesso em: Outubro de 2017.

OLIVEIRA, Jéssica Rafaella de. **História indígena de longa duração: um estudo arqueológico na Ilha de Piraçú, médio Rio São Francisco, Orocó-PE.** 2023. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17340>> Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Santos de; MIRANDA, Maria Geralda de. LIXO E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 125-146, out. 2019. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<https://doi.org/10.30749/2594-8261.v3n2p125-146>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OSPINA, Lucas; ITURRALDE, Manuel. **Um diálogo entre a arte e o direito ao redor de quatro obras.** Naturalidade e Sociedade. Desafios Medioambientais , n. 4, pág. 247-272, 2022. Disponível em: <<https://openscience.uniandes.edu.co/nys4-12/>> Acesso em: 18 jan. 2024.

PAULA, Leandro Rafael Nascimento de; MONTEIRO, Alves, Josy.; DEL CÁRMEN, Maria Rodrigues de Oliveira; BRUSSOLO, Pritama Morgado. **Txaísmo e perspectivismo ameríndio em Jaider Esbell: um processo decolonial atravessado pela arte indígena contemporânea.** Revista Estado da Arte, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 464–477, 2022. DOI: 10.14393/EdA-v3-n2-2022-64418. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaestadodaarte/article/view/64418>. Acesso em: 3 set. 2024.

PEREIRA, Artenízia Luisa da Silva; FLORÊNCIO, Roberto Remígio; SANTOS, Carlos Alberto Batista dos. **Educação Indígena: Relação Identitária dos truká com a Caatinga.** Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho), v. 19, n. 8, p. 213–231, 2022. Disponível em <<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2527>> Acesso em: 02 de Outubro de 2024.

PIÃNKO, Benki. Participação na GLF Amazônia. **Casa Ninja Amazônia**, Outubro de 2021. Acesso em: 30 de Agosto de 2024. Disponível em: <https://casaninjaamazonia.org/2021/10/04/as-mudancas-do-clima-sao-um-problema-social-e-de-todos-indigenas-e-nao-indigenas-afirma-benki-piyako/>

QUESADA, Luis Roberto Andrade. **Artivismo indígena e indigenista.** 2019. 194 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/fdf78c29-26ba-47fb-8fa1-55f62a4064fc/full>> Acesso em: 30 de Agosto de 2024.

RAFFESTIN, C. Prefácio. In: SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades.** Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

REBÊLO, Paulo. **Índio candidato a vereador foi morto por traficantes.** Diário de Pernambuco, Recife. 2008. Disponível em: <<https://rebelo.org/artigos/jornais/indio-candidato-a-vereador-foi-morto-por-trafficantes/>>. Acesso em: 21 out. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2017.

RICHERS, Raimar. **O que é marketing**. 15. ed. São Paulo : Brasiliense, 2017.

RODRÍGUEZ-SANCHEZ, Carla. **Análisis de las barreras al comportamiento de conservación de agua**: implicaciones para el Marketing Social (Analysing barriers to water conservation behaviour: implications for Social Marketing). Tese doutorado em Marketing y Dirección Estratégica de Empresas. Universidad Miguel Hernández de Elche, España. 2016. Disponível em: <http://dspace.umh.es/bitstream/11000/5131/1/Tesis%20Rodr%C3%ADguez%20S%C3%A1nchez%2C%20Carla%20.pdf>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

ROSTOW, Walt Whiteman. **The stages of economic Growth**: A Non-Communist Manifesto. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1960.

ROTHSCHILD, Michael L. Revisado por pares: Usando o marketing social para gerenciar o desempenho da saúde da população. **Prevenir doenças crônicas**, v. 7, n. 5, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2938412/pdf/PCD75A96.pdf>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

RHMANI, Aviva. Practical Ecofeminism. In: RHMANI, Aviva. **Blaze** - discourse on art, women and feminism. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2007. p. 315-332.

———. 2019. “A Música das Árvores: A Sinfonia e Ópera das Árvores **Blued como Pesquisa Ambiental e Ativismo Legal**”. Leonardo Music Journal 29 (dezembro): 8–13. Disponível em: https://doi.org/10.1162/lmj_a_01055. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

———. 2015. “**Árvores Azuis**”. Vídeo. Disponível em: <https://vimeo.com/135290635>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

SACHS, Ignacy et al. Estratégias de transição para o século XXI. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. London: Vintage edition, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **A Globalização e as ciências sociais**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Carlos Oliveira. O marketing Social como instrumento das políticas públicas. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, v. 5, n. 3, p. 28-35, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3885/388541368004.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

SANTOS, T.; SANTOS, L.; ALBUQUERQUE, R.; CORRÊA, E. **Belo Monte**: Impactos Sociais, Ambientais, Econômicos e Políticos. Tendências, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 214–227, 2013. Disponível em: <https://revistas.udenar.edu.co/index.php/rtend/article/view/479>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2024.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos ; 110) 12ª reimpr. da 16ª. ed. de 1996.

SANTIAGO, Lúcia. Fios que tecem a resistência – o fio a fio ancestral de Sonia Gomes. dObra[s] – **revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], n. 41, p. 292–315, 2024. DOI: 10.26563/dobras.i41.1866. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1866>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SANTOS, Solon Natalício Araújo dos et al. **Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: tapuia, tupi, colonos e missionários (1651-1706)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011. 228 f.: il. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35232/1/Conquista%20e%20resist%C3%Aancia%20dos%20Payay%C3%A1%20no%20Sert%C3%A3o%20das%20Jacobinas%20tapuia%2C%20tupi%2C%20colonos%20e%20mission%C3%A1rios%20%281651-1706%29.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

SAQUET, M. A., & Briskievicz, M. **Territorialidade e Identidade: Um patrimônio no Desenvolvimento Territorial**. Caderno Prudentino De Geografia, 1(31), 3–16. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**, v. 8, n. 18, p. 385-406, 1954. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/36385/39105/42800> Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

SCHILLACI, Manuela. **Religiosidade truká e o Rio São Francisco (PE): um estudo da violência simbólica das grandes obras**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31371> Acesso em: 27 de setembro de 2024.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Serviço social & sociedade, p. 480-500, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SCHMIDHEINY, Stephan. A empresa do desenvolvimento sustentável. **Finanças & Desenvolvimento**, v. 12, n. 4, p. 24-27, 1992. Disponível em: <http://periodicos.fgv.br/fdesenvolvimento/article/download/65138/63007> >. Acesso em: 5 jan. 2024.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

STEWART, David. **O Manual de Persuasão e Marketing Social** [3 volumes]. 1ª ed. Publicação Bloomsbury. 2014. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/4202007/the-handbook-of-persuasion-and-social-marketing-3-volumes-3-volumes-pdf> Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

SÜMER, Selay ILGAZ. The effects of social marketing efforts on Consumers: the ice bucket challenge. **The Online Journal of Science and Technology**- Ankara, Turkey. 2017, v. 7, n. 3,

2017. Disponível em: <<https://www.tojsat.net/journals/tojsat/articles/v07i03/v07i03-18.pdf>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London, Methuen, 1970.

TUGNY, R. P. **Sobreviver com os cantos**: Discussões sobre “mistura”, “variação” e transformação na estética Tikmũ’ün”. Trans: *Transcultural Music Review*= Revista Transcultural de Música, n. 20, p. 8, 2016. Disponível em: <<https://www.sibetrans.com/trans/public/docs/08d-trans.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2024.

TURNER, Stephanie S.; LINDAHL, EvaMarie; NICHOLSON, Tara. Sites of Cultural Production in Response to Mass Extinction. **Animal Studies Journal**, v. 12, n. 2, p. 247-275, 2023. Disponível em: <<https://ro.uow.edu.au/asj/vol12/iss2/12/>> Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor – 3. ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

WIEBE, GD. Merchandising Commodities and Citizenship on Television, **Public Opinion Quarterly**, Volume 15, Edição 4, Inverno de 1951, Páginas 679–691, <<https://doi.org/10.1086/266353>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

YEPA’MAHSÃ, João Paulo Barreto; GONÇALVES, Luiz Davi Vieira. Teatro e os povos indígenas, o prigo da folclorização. In: TERENA, Naine *et al.* **Teatro e os povos indígenas**: Janelas abertas para a possibilidade. n-1 edições, 2022. Disponível em <<https://play.google.com/store/books/details?id=73NdEAAQBAJ>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

ZAGATO, Alessandro; ARCOS, Natália. **The Coming War and the Impossible Art**: Zapatista Creativity in a Context of Environmental Destruction and Internal Warfare. IN: DEMOS, T. J.; SCOTT, Emily Eliza; BANERJEE, Subhankar (Ed.). *The Routledge Companion to Contemporary Art, Visual Culture, and Climate Change*. Routledge, 2021. p. 88-99.

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista semi-estruturada

Introdução:

- 1 - Se apresentar para quem ainda não conhecer. Apresentar brevemente o trabalho e a importância do respondente para a pesquisa. Deixar claros os objetivos da entrevista.
- 2- Solicitar registro (gravação) da entrevista.
- 3- Agradecer pelo tempo disponibilizado.

Questionário:

Dados

Nome _____
 Sexo _____ Idade _____ Documento _____

Família:

Qual a sua filiação?

Seus pais moram ou moravam na Ilha?

Relação com o território:

Há quantos anos mora no território?

Você se sente bem morando aqui?

Do que mais gosta e o que menos gosta na Ilha?

Como você descarta o lixo?

sua casa possui fossa séptica ou sumidouro?

Etnia:

Você pertence a qual etnia?

(Se aplicável)

Quando você percebeu que é indígena?

Quais os costumes indígenas você sente que continuarão a ser preservados pelas próximas gerações?

Quais os costumes da etnia truká você conheceu quando criança e que ainda são visualizados até hoje?

Você conhece alguma canção que lhe foi ensinada pelos seus antepassados?

Você conhece alguma dança que lhe foi ensinada pelos seus antepassados?

Você conhece alguma receita que lhe foi ensinada pelos seus antepassados?

Você conhece alguma medicação que lhe foi ensinada pelos seus antepassados?

Já se sentiu deslocado(a) por ter costumes diferentes?

Você tem religião?

Sua religião entra em conflito com os costumes indígenas? (se aplicável)

Finanças:

Qual a sua ocupação?

Depende da ilha para trabalhar ou possui emprego formal ou informal na cidade?

A agricultura faz parte das suas atividades?

A pesca faz parte de suas atividades?

Defensivos Agrícolas:

Você faz uso de defensivos/venenos/agrotóxicos?

(Se aplicável)

Já fez algum curso para manusear os equipamentos e o material?

Você possui alguma roupa especial para se proteger (EPI)?

Como é feito o descarte dos vasilhames?

Finalização:

Agradecimento aos participantes por participar da entrevista.